

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 688  
5 de Março de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## 1921-1987 Partido Comunista Português



### 66 anos de luta virados para o futuro

Editorial • Págs. 1, 2, 3 e 4 / Semana • Pág. 1 / Agenda

Tempo de Antena do PCP na RTP-1/amanhã, a seguir ao Telejornal



### 8 de Março



### Dia Internacional da Mulher

Págs. 1, 2 e 3 / Em Foco • Pág. 1 / Agenda

# Editorial

**Avante!**

Ano 56 — Série VII

N.º 688

5 de Março de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

## Virados para o futuro

**A** manhã, 6 de Março, passa o 66.º Aniversário do nosso heróico Partido Comunista Português.

É, compreensivelmente, um dia grande de alegria e legítimo orgulho para os comunistas portugueses e todos os seus amigos, para todos os trabalhadores e os homens e mulheres progressistas que em Portugal, ombro a ombro com os comunistas, aspiram e lutam por uma pátria livre, feliz, independente e democrática.

O 6 de Março de 1921 é uma data refulgente do memorial de luta do nosso movimento operário e popular, foi um passo qualitativo historicamente necessário na organização, na consciencialização de classe e na afirmação política da classe operária portuguesa, alçou-se como iniciativa revolucionária que iria marcar e influenciar profundamente este mais de meio século da nossa História contemporânea.

São 66 anos de vida e de luta ao serviço dos interesses superiores do nosso povo e do nosso país. De um infatigável combate pelas aspirações populares mais sentidas. De inteiro devotamento à causa da Liberdade, da Paz, do Progresso Social, do Socialismo. De empenhamento militante na realização dos mais elevados ideais do Homem.

**N**os 66 anos da sua existência o PCP viveu as profundas transformações históricas, sociais e políticas de Portugal e do Mundo não como testemunha passiva e marginal mas como força interveniente e activa no processo histórico, na linha de rumo dos acontecimentos nacionais.

Nos seus primeiros 5 anos e último lustro de agonia e morte da República democrática burguesa, implantada em 1910, o PCP, pela verdura dos seus anos e pela sua fragilidade orgânica e inexperiência política, foi incapaz de exercer, como lídimo partido da classe operária portuguesa, um papel determinante na travagem do avanço do fascismo e na consumação do golpe vitorioso da contra-revolução em 28 de Maio de 1926.

Mas em plena noite fascista, quando os velhos partidos da burguesia liberal soçobraram diante da ofensiva e da bárbara repressão da ditadura fascista e se mostraram incapazes de resistir, só o jovem Partido Comunista Português soube enfrentar a dureza do combate, mobilizar as suas energias de classe, fincar sólidas raízes na classe operária e no povo, organizar, dinamizar e encabeçar a resistência popular e antifascista contra os opressores, contribuir decisivamente para a radlosa vitória do 25 de Abril e o advento do regime democrático.

A tenaz acção dos comunistas portugueses e do seu heróico Partido está na argamassa da luta vitoriosa que por iniciativa dos jovens Capitães de Abril derrubou em

Portugal um regime fascista de quase meio século, pôs termo a uma impiedosa guerra colonial de 13 anos, levou à derrocada um império colonial de meio milénio, operou profundas transformações políticas, económicas e sociais, tem podido defender em condições extremamente difíceis e complexas ao longo dos últimos onze anos as conquistas democráticas fundamentais do povo português actualmente sob a mais grave ameaça da contra-revolução.

**E**ste 66.º Aniversário da fundação do PCP ocorre num momento particularmente crítico da conjuntura portuguesa, quando, simultaneamente com a grave ameaça ao regime democrático e ao 25 de Abril resultante da acção antipopular e antinacional do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD, surgiram, e se verificam, condições institucionais favoráveis a uma alternativa, se justamente aproveitadas pelos partidos da oposição democrática em maioria na Assembleia da República.

Lamentavelmente, com todos os perigos para os destinos imediatos da democracia portuguesa e todas as consequências para as ilusórias ambições de hegemonia política dos outros dois partidos da área democrática, dos quais, com o PCP, depende essa excepcional possibilidade institucional de demitir o actual Governo e substituí-lo por outro — o PS e o PRD — aqueles partidos estão insensatamente ou de maneira deliberada a prolongar a vida do frágil Governo da direita Cavaco/PSD, a facilitar e propiciar a sua continuação e consolidação no Poder assumindo perante o povo português e muitos dos seus próprios eleitores as mais sérias responsabilidades.

É desejável — e é ainda tempo de corrigir erróneas posições — de reanimar de maneira positiva e frutuosa o diálogo democrático, de reexaminar as condições e possibilidades reais de elevar qualitativamente a convergência democrática — que tem já no seu activo, no decurso dos últimos quinze meses, expressivas vitórias pontuais no terreno legislativo contra perigosos projectos e medidas reaccionárias do actual Governo — de pôr em movimento os mecanismos institucionais susceptíveis de viabilizar a necessária alternativa de governo e de política.

É essa, aliás, a vontade inequívoca e manifesta dos mais vastos sectores do nosso povo, afirmado de maneira diversificada mas categórica, nas importantes greves, manifestações e acções populares de massas, em frontal oposição ao Governo minoritário e à sua política.

**O** Aniversário do PCP comemora-se este ano no quadro de uma notória agudização da luta de classes e

de uma acesa batalha ideológica.

No plano interno é um ponto alto da Campanha organizativa para o reforço do Partido decidida pelo Comité Central para os meses de Fevereiro a Junho de 1987.

A Campanha organizativa visa o aumento do número e da qualidade dos militantes do Partido; o crescimento dos organismos partidários e o melhoramento do seu trabalho colectivo; a elevação do nível político e ideológico dos quadros; o aprofundamento da democracia interna do PCP e o reforço da sua ligação às massas.

É uma Campanha que se situa na sequência de outras importantes iniciativas do Partido ao longo dos últimos meses reveladoras da notável capacidade política do nosso grande colectivo partidário, da sua profunda inserção na vida e nos problemas do nosso tempo.

A Festa do «Avante!», a Conferência do Partido para a Emancipação da Mulher, o Encontro Nacional dos Quadros do Partido Sobre a Comunicação Social, importantes Assembleias de organização regionais, distritais, concelhias, de empresa, de freguesia, de sectores específicos de actividade; reuniões e plenários diversos de células e de sectores profissionais, iniciativas culturais nos campos mais diversos e de elevado nível constituíram um conjunto de realizações de um vibrante colectivo partidário entranhadamente empenhado na construção do futuro.

**V**irado para o futuro, o PCP lança-se arduosamente na batalha organizativa, política e ideológica.

Já no mês de Fevereiro, primeiro mês da Campanha, resultados positivos foram obtidos mais ou menos por todo o País. Metas regionais e sectoriais foram no essencial atingidas no capítulo do recrutamento de novos membros, na dinamização da actividade dos organismos do Partido, no trabalho ideológico.

Firmemente radicado nos princípios do marxismo-leninismo o Partido Comunista Português vê aumentar o seu prestígio e autoridade política no plano nacional, é cada vez mais objecto do respeito do movimento comunista e operário internacional.

A fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo tem sido a condição basilar para o reconhecimento de uma realidade objectiva em constante movimento, para a definição e materialização de uma justa linha política e organizativa, para a detecção e previsão dos acontecimentos e das mudanças.

Aqueles que acusam o PCP de imobilismo, ou deformam deliberadamente a realidade e caluniam conscientemente os comunistas portugueses — o que é verdade na maior parte dos casos — ou mostram nada compreender e pouco conhecer das realidades sociais e políticas da hora actual, das grandes transformações da época actual.

# Resumo

25

Quarta-feira

A Comissão Política do PCP divulga uma nota acerca das relações com o MDP/CDE no quadro da APU. ■ Cavaco Silva vai a Bragança para a «habitual audiência» com o Presidente da República e fazer reparos às reivindicações apresentadas a Mário Soares por responsáveis autárquicos. ■ Metalúrgicos e mineiros anunciam jornada nacional de luta para 11 de Março. ■ É completada a reintegração dos 22 trabalhadores despedidos há 12 anos da RTP, embora continuem por cumprir aspectos importantes da sentença do STJ. ■ Rui Machete admite que a concentração de serviços de informações «dá ao Estado um poder enorme» e que «a definição de terrorismo é extremamente vaga». ■ «Penso que elas poderão ir para Portugal» — afirma o ministro da Defesa de Itália, Spadolini, referindo-se às bases aéreas dos EUA em Espanha, pois no seu país «já as temos em número suficiente». ■ O Supremo Tribunal britânico autoriza o jornalista Duncan Campbell a divulgar as informações que obteve sobre o «Projecto Zinco» de espionagem contra a URSS e o Médio Oriente. ■ Felipe Gonzalez anuncia a adesão da Espanha ao tratado de não-proliferação nuclear, a revogação da lei antiterrorismo e um estatuto de autonomia para Ceuta e Melilla.

26

Quinta-feira

A AR aprova na generalidade um projecto do PSD sobre os símbolos das coligações eleitorais. ■ Activistas sindicais repudiam frente ao Ministério do Trabalho a política laboral do PSD/Cavaco e desfilam depois até ao edifício da RTP, «megafone do Governo». ■ Ferrovários realizam concen-



trações em Lisboa, Coimbra, Porto e Guarda contra a intransigência negocial do Governo e do CG da CP. ■ «Empresários sem escrúpulos» utilizam os apoios à formação profissional como uma forma de «ganharem dinheiro com facilidade» — denuncia a União dos Sindicatos de Leiria. ■ Uma delegação do grupo parlamentar do PCP tem uma audiência com o Primeiro-Ministro, solicitada para tentar obter do chefe do Governo esclarecimentos sobre actividades de espionagem. ■ Um forte temporal destrói parte do molhe de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria; o LNEC e o presidente da Câmara haviam alertado o Governo Regional para a debilidade da obra. ■ Inicia-se em Silves a III Feira Internacional de Citricultura. ■ Chega a Portugal William Traft, subsecretário da Defesa dos EUA, para assinar um acordo de cooperação tecnológica e investigação. ■ A URSS realiza o seu primeiro ensaio nuclear desde Agosto de 1985. ■ Mineiros das Astúrias paralisam contra o despedimento de dois mil trabalhadores. ■ É divulgado o primeiro relatório da comissão Tower sobre o Iran-

gate. ■ O general John Galvin (EUA) é nomeado comandante supremo das forças da NATO na Europa. ■ António Borges Coelho defende a sua tese de doutoramento sobre «Inquisição em Évora» com distinção e louvor.

27

Sexta-feira

As respostas do Governo no debate na AR sobre o escândalo da espionagem interna são consideradas «inadequadas e nada esclarecedoras» por Carlos Brito. ■ É revelado que a UCAL vai pagar 230 mil contos das suas dívidas à Previdência com manteiga, iogurtes e leite. ■ O plenário geral da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, de Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal repudia o «pacote laboral» do Governo. ■ O Comité Local do Porto do PCP reclama um plano de emergência para resolver o problema da habitação na cidade. ■ Estudantes de Letras de Lisboa fazem o balanço da greve e decidem realizar uma semana de luta de 9 a 14 de Março. ■ O mar invade a vila de Ribeira Brava, provocando sérios prejuízos. ■ Manuel Carvalho da Silva discursa no Congresso dos Sindicatos da URSS. ■ Os dirigentes dos cinco partidos da coligação governamental italiana debatem a demissão de Bettino Craxi anunciada para a próxima semana. ■ Comércio, bancos, restaurantes e escolas das Astúrias paralisam em apoio aos mineiros, que entram no segundo dia de greve. ■ A Santa Sé rejeita o mandato de captura e o pedido de extradição emitidos por juízes de Milão contra o arcebispo Marcinkus por envolvimento na «banca fraudulenta» do sistema bancário Ambrosiano. ■ Os aliados dos EUA na NATO manifestam reservas à interpretação alargada do Tratado sobre limitação dos sistemas de Defesa Anti-Míssil assinado com a URSS. ■ Ronald Reagan anuncia que aceitou a demissão de Donald Regan e nomeou Howard Baker secretário-geral da Casa Branca.

28

Sábado

PCP promove em Matosinhos debate aberto sobre habitação e ensino no concelho. ■ Dirigentes, delegadas e activistas sindicais de Braga denunciam as tentativas do Governo de retirar direitos às mulheres em matéria laboral. ■ A Comissão Organizadora do Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz» informa que 160 estruturas já aderiram à iniciativa. ■ Torres Couto afirma à RDP que o maior defeito do Governo é não saber encontrar apoio na AR. ■ O 1.º Encontro de colaboradores e amigos do CPPC denuncia o agravamento da dependência externa de Portugal. ■ A polícia carrega em Salamanca contra agricultores que protestavam contra a política agrícola imposta pela CEE. ■ Mikhail Gorbachov anuncia uma proposta de acordo sobre a redução de mísseis de médio alcance na Europa independentemente de outras questões de controlo de armamentos.

1

Domingo

O IPE — Investimentos e Participação do Estado teve em 1986 um lucro de 307 mil contos, de acordo com o relatório e contas apresentados à Assembleia Geral de accionistas. ■ A Federação sindical da química e farmacêutica considera a decisão de extin-

guir a Companhia Nacional de Petroquímica um acto «desajustado» e «de natureza política». ■ Agricultores do concelho de Porto de Mós repudiam a portaria 733/C que abre à iniciativa privada a recolha de leite feita pelas cooperativas e acaba com os subsídios ao produtor. ■ O Sindicato dos Pescadores do distrito de Faro manifesta a sua oposição à intenção do Serviço de Lotas e Vendagens de substituir no porto de Portimão «os braços dos descarregadores pelos braços dos pescadores». ■ A JS anuncia que vai promover um seminário nacional sobre o serviço militar obrigatório. ■ 11 pessoas foram assassinadas, 5 morreram em acidentes de viação, 7 sucumbiram por doença súbita, 2 afogaram-se e 1 suicidou-se, durante o primeiro dia do Carnaval «mais pacífico» do Rio de Janeiro.

2

Segunda-feira

Trabalhadores da Cometa na Venda Nova recusam a proposta de viabilização que prevê 235 despedimentos até 1990 e exigem o pagamento de 70% dos salários de Fevereiro em dívida. ■ Um estudo do INDC sobre 18 marcas de dentífricos mostra que, em geral, só o preço as distingue. ■ Espanha suspende o acordo de pesca assi-



nado com Portugal para a zona fronteiriça do Sul. ■ As delegações da URSS e dos EUA às conversações de Genebra sobre controlo de armamento reúnem especial-



mente para discutir as propostas soviéticas anunciadas sábado. ■ Ministros da Agricultura da CEE iniciam debate sobre política de preços. ■ A Frente Democrática Nacional considera uma «farsa grosseira» a proposta de amnistia feita sábado por Corazón Aquino.

3

Terça-feira

A OIT recomenda ao Governo português que «não volte a recusar pedidos de negociação das organizações sindicais mais representativas». ■ Suharto, presidente da Indonésia, defende a anexação de Timor, afirmando que a ditadura que dirige «libertou a antiga colónia portuguesa». ■ Bettino Craxi anuncia a demissão do seu governo ao senado italiano. ■ O filme soviético «Tema», de Gleb Panfilov, ganha o urso de ouro do 37.º festival de Berlim.

Nos 66 anos de existência do PCP um longo e difícil caminho foi percorrido. A vida e a luta do povo português sofreram profundas modificações, tornaram-se mais exigentes. Problemas novos e mais complexos fizeram a sua aparição e reclamam soluções adequadas.

O Mundo dos nossos dias é radicalmente diferente dos que viram nascer o Partido Comunista Português.

A divisão do Mundo em dois grandes sistemas, o crescente alargamento do campo anti-imperialista, do Socialismo e da Paz alteraram de maneira profunda o panorama social e político do nosso Planeta.

A revolução tecnológica e científica abriu ao Homem horizontes insuspeitados, criou situações e problemas impossíveis de resolver no quadro do capitalismo.

Também no nosso país profundas mudanças se operaram colocando às forças viradas para o futuro como o PCP novos conceitos, uma nova visão dos acontecimentos, novas formas de comportamento e de organização.

Tais mudanças, tais transformações, tais situações novas, não representam a negação dos princípios do marxismo-leninismo mas a comprovação da sua riqueza e actualidade, do seu dinamismo, da sua justeza.

As mudanças, as transformações, as situações novas reclamam dos comunistas portugueses a rápida superação das suas lacunas e insuficiências, o seu activo empenhamento na aquisição dos novos conhecimentos e das novas técnicas, o estudo aprofundado dos problemas da vida e da luta, o decidido abandono do espírito artesanal e praticista na solução das complexas questões actuais. Simultaneamente uma operosidade superior, uma nova dinâmica no enfrentamento das novas realidades.

O melhoramento e o reforço da actividade dos comunistas é uma exigência absoluta do momento actual. Ao salientar a importância decisiva da luta popular e as tarefas imediatas do movimento popular e democrático, Álvaro Cunhal, no Comício de Amizade PCP-PCUS de 24 de Fevereiro no Pavilhão dos Desportos, sublinhava com justeza que «a força e o reforço do PCP constituem também um factor essencial, indispensável, que nada pode substituir, para assegurar a derrota da direita e uma alternativa democrática».

Nos 66 anos de vida e de luta do nosso heróico Partido, os comunistas portugueses encontram inspiração e razões de sobra para uma inabalável confiança no seu Partido de classe e na sua capacidade para, em estreita ligação com os trabalhadores e o povo, construir o futuro.

Viva o 66.º Aniversário do PCP!

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livrelra,  
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos  
Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alcarruva de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto  
Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B  
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36 77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro: 30 100

# Semana

Avante!

Ano 56 - Série VII  
N.º 688

5 de Março de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Um jovem de 66 anos!

Ao entrar no seu segundo mês, a campanha de reforço organizativo decidida pelo Comité Central na sua última reunião e em curso até Junho próximo em todo o País, tem agora mais um motivo para dinamizar o trabalho e reforçar as iniciativas: a 6 de Março, o Partido Comunista Português assinala o 66.º aniversário da sua fundação.

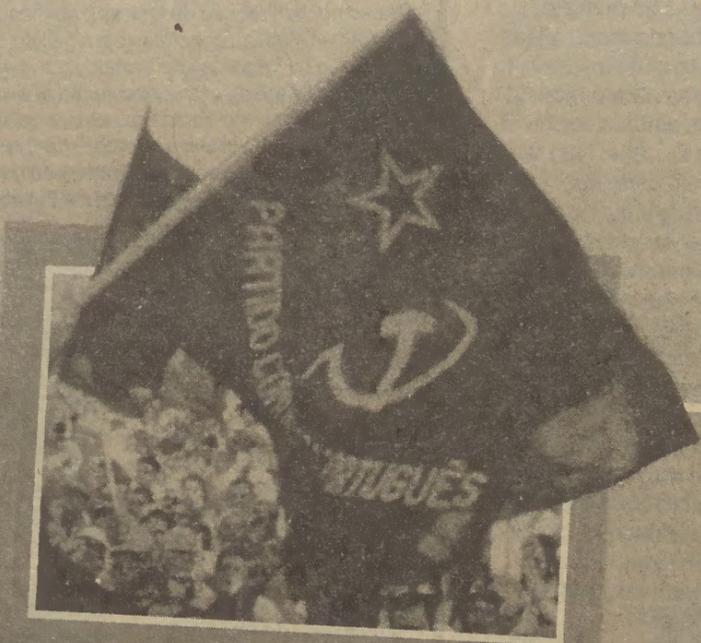
Património valioso da luta do povo português, afirmação de responsabilidade histórica e política na construção do futuro, os 66 anos de vida do Partido da classe operária já começaram a ser evocados nas diferentes regiões do País, continuando, entretanto, uma agenda impressionante de realizações previstas para os próximos dias, particularmente sexta, sábado e domingo.

Nesse último dia uma outra efeméride proporcionará um vasto painel de iniciativas unitárias e outras promovidas por organizações do PCP: o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Sessões políticas e culturais, colóquios e debates, diaporamas e outras acções com a participação e intervenção de dirigentes do PCP e de camaradas das organizações; festas, convívios, exposições, cartazes, panos e faixas vão evocar mais um ano de vida e de luta do Partido Comunista Português, juntando milhares de militantes, de amigos e simpatizantes do PCP e certamente de muitos democratas que respeitam e compreendem o papel do PCP na sociedade portuguesa, como força de primeiro plano para a defesa do regime democrático e dos direitos dos trabalhadores.

Na Agenda desta edição do «Avante!» referimos uma parte significativa das numerosas iniciativas marcadas pelas organizações.

66.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



uma vida de luta  
com o povo, pela democracia



LIBERDADE · PROGRESSO · SOCIALISMO  
O FUTURO QUE QUEREMOS!

Karl Marx A Guerra Civil em França

Colecção  
Biblioteca  
do Marxismo-Leninismo

edições  
Avante!



Luanda/Março/61

## Acessos de memória mínimo diminuidor comum

1. Os pretos calcinhas falavam baixo, eram três. Nem se conheciam, provavelmente. Ouviam-se no passeio contrário algumas palavras de quimbundo muito aflitas, porém musicais. Teriam parado ali por instinto, sem reflectir. Dois olhavam de cabeça baixa para o lado da Mutamba. Pareciam estar suspensos ainda a correr. O outro estava virado para a pastelaria Docélia. Não falava, era o mais alto e era o que estava mais perto do desastre. O cadáver com a cabeça suspensa no rebordo de cimento na base da árvore, em frente ao Carmo, usava calças quase brancas de linol cru muito estreitas repuxadas a meio da frente, os pés pequenos acinzentados, com veias inchadas azuis. Era pelo menos o que mais se via dele, assim de repente. Uns catorze anos, não mais. Perto da cerca de zinco canelado pintada de branco, um grupo de brancos, talvez vinte, rodeava uma mulher de meia idade, pró gordo, branca, afogueada de boca aberta. Na borda do passeio, perto do cadáver via-se um saco de ráfia com cal derramada ao lado de um porte-moné castanho aberto com fecho de metal azulado de pequenas bolas em cima, que ao fechar produzem um estalido inconfundível, brusco e seco.

2. O João Cricagorda tinha desaparecido há muito. Quando o carro de praça descia para a Mutamba houve, como se lembram alguns — cada vez menos, é certo — uma aceleração escusada. Em toda a rua e em frente à chapa de zinco ao lado — era meio-dia em Março sem chuva — o sol batia em cheio. Encandeado, dizem uns, o Cricagorda a pala do seu lado nunca a baixava. Outros, poucos, testemunhas espontâneas no local, dizem ainda hoje que o Cricagorda sem óculos acelerou de propósito na descida e apanhou em cheio a vítima de frente. Ninguém se lembrava de pormenores sobre o que imediatamente antes se tinha passado. O carro bateu, não parou. Foi ao certo o que se soube. O trânsito era pouco àquela hora. Teria havido antes do choque uma correria atrás da vítima. Todos falavam como se fossem amigos do motorista que intervieria no acidente. A mulher branca, afogueada, mal vestida, desgrenhada, dona do porte-moné e do saco com cal parece que gritava muito e esbracejava, pedindo auxílio não se sabia porquê. Nada sofreu. Nessa altura, pouco antes do choque, corria rente ao passeio em sentido contrário ao carro de praça que provocou o acidente. A vítima caiu dois metros à frente da mulher que perseguia o preto morto. Assim o dava a entender um ou outro rápido gesto brusco do preto mais alto na direcção dela; mas que olhava agora para a Docélia sem se mexer. A esplanada estava cheia. Alguns ergueram-se, mas ninguém se aproximou. Do lado da Mutamba vinha gente a gritar. Gritos a mais. (A memória aqui funciona melhor: os gritos não deixavam ver nada.) Os três pretos calcinhas desataram a fugir e ninguém os viu.

3. O Cricagorda ao volante num dia de 30 graus de calor e 100 por cento de humidade, um pouco inclinado contra a porta, como guiava sempre por causa do volume das coxas que tinham que assentar quase metade no banco da sua direita, deve ter-se distraído momentaneamente. Nunca se soube. Com brancos a guiar nestas ruas neste ano, às vezes sucediam destes acidentes inevitáveis, banais.

4. O João da Mena, dito o Cricagorda devido às coxas doentes que herdou da mãe, continuou a guiar. Um gajo porreiro, é capaz... (A memória tem destas reticências. Aqui, assim se justificam, o leitor desculpará.)

■ AL

PCP

## Avante!

# Os problemas da difusão em destaque nas comemorações do 56.º aniversário

Na semana do aniversário do Partido Comunista Português, outra efeméride de especial significado para os comunistas portugueses continua ainda a fazer-se sentir através de múltiplas e diversificadas iniciativas promovidas pelas organizações do Partido. À nossa Redacção continuam a chegar saudações aprovadas em reuniões, em plenários e encontros (como o fez, por exemplo, a Organização Local de Lisboa, reunida em Alcântara «por um PCP mais forte e influente na cidade» ou o organismo da direcção de Oelras), ao mesmo tempo que avançam iniciativas concretas para o êxito da campanha de divulgação da Imprensa do Partido, como está a suceder no distrito de Coimbra, com a circulação dos «compromissos de compra». A esse região do País deslocou-se no último sábado o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do nosso jornal, que participou em iniciativas realizadas em Condelxa, Coimbra e Figueira da Foz.

Até Junho e integrada na campanha de reforço organizativo decidida pelo CC na sua última reunião, a actividade dos militantes e das organizações insere uma oportuna dinâmica em torno da Imprensa do Partido, nomeadamente do «Avante!», a que nos referiremos ao longo das próximas semanas. Para além das acções viradas para o debate das questões relacionadas com esta frente de trabalho, para além das acções de divulgação e propaganda (folhetos, cartazes, targetas, panos, murais, etc.), é preocupação das organizações a definição de metas e a dinamização de objectivos concretos com vista a uma maior difusão e leitura do «Avante!» e de «O Militante».

A tradicional matança do porco em Condelxa, iniciativa anual da Concelhia do Partido, voltou no último sábado a mobilizar largas dezenas de camaradas e amigos. Os aniversários do «Avante!» e do PCP foram presença constante nesta jornada de convívio, que durante todo o dia contou com diferentes motivos de interesse e participação, na escola Preparatória e Secundária de Condelxa.

Foi com o desporto e com um animado jogo de futebol entre as equipas de duas cooperativas de cerâmica, uma realidade do pós-25 de Abril no concelho, que o programa começou a desenrolar-se, «anunciado» por gaiteiros nas ruas da vila. Depois do jogo entre os futebolistas da «Estrela de Conímbriga», e da «Filerâmica», realizou-se o almoço-convívio, que no final registou, as intervenções de Dias Lourenço e de Miguel Pessoa, este em representação da organização concelhia. Jogo da malha, «lanche» com febras, fados de Coimbra e baile de Carnaval sucederam-se num dia de animação, só possível pelo trabalho voluntário e pelas contribuições solidárias de camaradas e amigos do Partido. Entre os participantes na iniciativa contavam-se eleitos da APU nos órgãos autárquicos, amigos do MDP e independentes.

O aniversário do «Avante!» seria ainda assinalado no último sábado em Coimbra e na Figueira da Foz, nos CTs do Partido. Na capital do distrito, realizou-se um debate, seguido de merenda com vários bolos — qual deles o mais apetitoso?! —, enquanto na Figueira um jantar-convívio muito participado prosseguiu com intervenções alusivas ao nosso jornal e à sua divulgação. Na Figueira, o

este encontro decorreu animadamente, com muita participação e intervenções, e um debate onde as opiniões, por vezes contraditórias sobre as causas da continuada descida da venda da nossa imprensa, nunca perderam de vista a necessidade de travar e inflectir esta tendência como condição essencial para que o partido atinja os seus objectivos.

Terá a alta do custo de vida tanta importância como à primeira vista se pode pensar na descida da venda do Avante! e do Militante? A forma de distribuir a nossa imprensa é a mais ade-

quada? O que é que está a ser feito para conquistar novos leitores? Como se compreende que os efectivos da DORS cresçam e se vendam menos «Avantes» e «Militantes»? A estas e muitas outras perguntas e outras tantas que ficaram por fazer procuraram os presentes responder, cada um com a sua experiência pessoal.

No final, Dias Lourenço, director do jornal que nesse dia fazia 56 anos, recebeu os votos de feliz aniversário dos presentes e foi encarregado de transmitir a todos os trabalhadores do Avante! as suas saudações de luta.

Dias Lourenço, na sua intervenção final, pôde falar do Avante! de antes e depois do 25 de Abril, fazer o «ponto da situação política» e estabeleceu a relação entre a difusão da nossa imprensa e o fortalecimento do Partido, necessário para construir a alternativa necessária ao governo minoritário e à sua política anti-25 de Abril.

Seguiu-se o lanche e o convívio. E até houve bolo com 56 velas acesas a entrar na sala entretanto às escuras.

Presentes estiveram repórteres da TV soviética e ainda uma jornalista da Rádio Pal (Palmeira), uma rádio local que nesse dia curiosamente comemorava o seu primeiro ano de vida e que por esse facto foi saudada. A Rádio Azul de Setúbal entrevistou também telefonicamente o camarada Dias Lourenço.

Os difusores presentes saíram deste Encontro-Convívio dispostos a levar à prática o lema da campanha de difusão da ORS: «Ler para Saber. Formar para Agir», dispostos a agir por uma imprensa do Partido mais divulgada e lida, dispostos a «reforçar o Partido e a lutar pela alternativa democrática».



O convívio e a discussão dos problemas da difusão do «Avante!». Em Condelxa, Coimbra e Figueira da Foz

camarada Dias Lourenço foi entrevistado por uma rádio local.

### Encontro-convívio no Pinhal Novo

Outra acção realizada recentemente no âmbito das comemorações do aniversário do Avante! foi o encontro-convívio de difusores do nosso jornal, no distrito de Setúbal. O camarada Dias Lourenço participou nesta iniciativa que decorreu no CT de Pinhal Novo.

Este Encontro dinamizado pela Comissão para a Difusão da Imprensa do Partido, entretanto constituída junto da DORS para acompanhar o andamento da campanha organizativa no que toca à difusão da imprensa visava dar o arranque inicial a este mesmo trabalho e colocar as tarefas de difusão até final do ano, específicas do distrito, como na sua intervenção referiu Carlos Humberto, do secretariado da DORS.

Contando com a participação de 190 difusores e outros activistas do partido, de todo o distrito,

## Comunistas de Alpiarça em Assembleia

Cerca de 300 delegados, eleitos em todos os organismos do Partido neste concelho ribatejano de fortes tradições democráticas e antifascistas, irão participar já no próximo domingo, dia 8, na 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP.

Nos trabalhos da Assembleia, que reunirá ainda 150 convidados, intervirá o camarada Blanqui Telxela, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Com início marcado para as 10 horas, a Assembleia dos comunistas alpiarcenses — força política com importantes responsabilidades no concelho — definirá objectivos de trabalho e contribuirá, certamente, para o reforço do Partido a todos os níveis.

PCP

# COIMBRA Agricultura, alvo da política

## de destruição

• C. Distrital do PCP mostra os pormenores da ofensiva Governo/CEE

Os agricultores do Baixo Mondego continuam sob a ameaça do Governo executar o processo de **emparcelamento** baseado numa lei fascista de 1962 (feita contra os interesses de quem produz), tendo sido já anunciado o início das obras nos perímetros de **S. Martinho do Bispo** e **São João do Campo** durante este ano — refere a Comissão Distrital de Coimbra do PCP, nas conclusões da sua recente reunião, convocada para análise da evolução da situação económica e social do distrito, situação política, actuação do Governo e outros órgãos de soberania.

Saliendo que «os agricultores e a agricultura do distrito continuam a ser alvo de uma política de liquidação da produção e de destruição do sistema produtivo», aquele organismo do PCP esclarece mais adiante:

«É preocupante a quebra no consumo de adubos registada em 1986, reflexo da vasta manobra encetada pelo Governo e pela CEE», com o objectivo de «fazer depender cada vez mais a balança alimentar de interesses contrários aos de Portugal».

Entretanto, «a produção pecuária vive uma situação aflitiva com

os focos de peste suína e de peripneumonia, que continuam a dizimar o efectivo e a arruinar numerosos agricultores, enquanto os serviços do ministro Barreto continuam totalmente inoperantes quanto ao indispensável apoio» a dar à pecuária.

Os comunistas de Coimbra chamam também a atenção para a recente portaria 733 - C/86, que «para além da brutal penalização do leite da classe «B», visa dar o golpe final na produção leiteira e no movimento cooperativo, abrindo a zona de recolha organizada aos interesses especula-

dores e lucrativos de industriais que, se conseguissem liquidar o movimento cooperativo, imporiam as suas próprias leis à produção».

Ainda o sector agrícola, outro apontamento das conclusões da Distrital do PCP: «os rendeiros e os compartes dos baldios vivem na incerteza e insegurança com as tentativas da minoria parlamentar de fazer aprovar leis de limitação dos direitos dos rendeiros e de liquidação dos baldios».

Os agricultores resistem a toda a esta política de destruição e ameaça, «e é realçar a vastíssima representação nacional e a deter-

minação dos mais 7 mil agricultores e organizações camponesas que participaram no **IV Encontro da Lavoura**, promovido pela CNA em Coimbra, a 15 de Fevereiro».

35 iniciativas em Março

A situação dos trabalhadores e os problemas nas empresas, o Poder Local, (eleições, com a APU, em S. João do Campo em 12 de Abril) a Regionalização e, por úl-

timando e exemplificando a grave situação que se vive num grande número de empresas da região, a Distrital de Coimbra aponta problemas existentes nas seguintes empresas: **Termec, Tecnopol, Viúva Macieira, Cimpor, Danecake, Textábua, Roscon, AMMA, Coimpor, José Maria dos Santos, Mirvel e Canhão, entre outras.**

A C. Distrital do Partido aponta ainda a injustiça criada aos trabalhadores do **Sector de Higiene da CM de Coimbra**: são espoliados em cerca de 7 mil escudos mensais com a aplicação do decreto regulamentar 48/86 do Governo Cavaco, que retirou 50% do subsídio de trabalho nocturno.

timo, a necessidade de fortalecimento do PCP são outros temas tratados pela Comissão Distrital.

Dando mostras do seu dinamismo e da sua permanente ligação aos problemas do Povo e do País, o PCP promove no distrito de Coimbra 35 iniciativas públicas durante o mês de Março, incluindo sessões come-

morativas do aniversário do PCP, do aniversário do **Avante!** e do **8 de Março** — Dia Internacional da Mulher e ainda encontros de células de empresa, debates sobre regionalização, sobre os problemas do sector cerâmico, debates sobre a CEE e as consequências nas áreas da agricultura e pescas, etc.

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP, ao realizar a sua primeira reunião plenária deste ano de 1987, fez um desenvolvido balanço da situação social, económica e política da região. Aqui deixamos de seguida uma síntese de algumas das suas conclusões, a partir da documentação que aquele organismo do Partido fez chegar à nossa Redacção:

# AVAREIRO

## Agricultura

As dificuldades da pequena e média lavoura continua o Governo minoritário de Cavaco Silva a fazer orelhas moucas. Graças à CEE, problemas graves como a ameaça da redução da produção de carne e leite, a entrega da recolha do leite novamente a interesses privados, as ameaças do arranque da vinha americana e o emparcelamento rural são já motivo de sérias apreensões e dificuldades para milhares de famílias. Os agricultores, entretanto, não cruzam os braços e iniciativas como a deslocação de centenas de aveirenses à recente Assembleia Geral da CNA em Coimbra e a outras movimentações de agricultores em Aveiro, Ovar, Estarreja e Castelo de Paiva, comprovam que a política cavaquista não passa com a demagogia e as fantasias da integração na Comunidade Europeia.

## Vergonhoso

É, no mínimo, o que se pode dizer da actuação de indivíduos que, a coberto de uma política contra os trabalhadores, obrigam a intensos e desumanos ritmos de trabalho, como sucede em empresas como a **Rabor, Toyota, Frunfrap e Renault**. O movimento sindical unitário está atento a estas e a outras formas de exploração e injustiça no distrito de Aveiro.



## Empresas

Situações extremas de gravidade, prepotência e injustiça reinam em numerosas empresas do distrito. São os despedimentos, como na **«Carlos Lima»** (Feira) ou na **«Joaquim Catarino»** (Espinho). São as rescisões de contratos de trabalho ditos de «mútuo acordo» mas de facto realizadas em circunstâncias intimidatórias e depois de estabelecido um clima de grande instabilidade, como acontece na **Rabor, na Handy e na Oliva**, preparando-se situações idênticas na **Portucel** e na **F. Ramada**. É o encerramento de empresas, como aconteceu na **Malheiros, Soperfil, Tavares Ferreira**, entre outras. São os contratos a prazo, que deixam de ser excepção para atingirem o «estatuto» geral, como sucede em muitas empresas com a totalidade (!) dos seus trabalhadores nessa situação. É o trabalho precário ao domicílio (incluindo a **Rabor**, pioneira da robotização) e à peça, o trabalho infantil, os salários em atraso, etc. «Entretanto, novas e perigosas ameaças pairam sobre os trabalhadores, nomeadamente através da tentativa de imposição governamental do chamado **Pacote Laboral**», alerta a C. Distrital do Partido.

## Incertezas

Incertezas e preocupações manifestam-se no quotidiano da população laboriosa. Não apenas entre os operários da indústria e os agricultores. Também os **pescadores** enfrentam graves problemas, causados também pelos efeitos da adesão à CEE. Todos os tipos de pesca estão a ser afectados, sublinha a C. Distrital do PCP, e, paralelamente, os trabalhadores de outros sectores dependentes da pesca, como as **conservas e secas**, entre outros.

## Ineficácia

Ineficácia, rotina e casos de corrupção são, entretanto, pontos de referência obrigatórios na análise à vida autárquica do distrito. Continua a verificar-se, lembram os comunistas, a inexistência, nos Planos e Orçamentos de qualquer reivindicação junto do Poder Central, sobre as necessidades e carências da sua exclusiva responsabilidade. Continuam a verificar-se situações de corrupção, como nas Juntas de Freguesia de **Prestilmo, S. Jacinto e Trofa do Vouga**. Tarifas da luz e da água sobem vertiginosamente, como o fez a CM de Espinho: aqui a subida chegou aos 1000%. As coisas não ficam por aí mas desde já se pode concluir das repercussões negativas que resultam da não eleição de vereadores APU para os Executivos Municipais.

## Regionalização

É uma necessidade sentida pela população e pelas diversas instituições do distrito de Aveiro. Como foi sublinhado na tribuna da 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP (8 de Novembro de 1986), «o adiamento da regionalização só serve a direita, centralizadora por natureza, que não desiste das ingerências na área do Poder Local, nomeadamente através das Comissões de Coordenação Regional (CCRs)».



## Organização

Melhorar a organização, para fortalecer o Partido e responder com mais dinamismo às tarefas e responsabilidades do Partido nos 19 concelhos e 207 freguesias do distrito, é objectivo que mobiliza o empenhamento e o espírito de iniciativa dos militantes comunistas. A campanha de reforço organizativo, a decorrer a nível nacional até Junho, também em Aveiro possibilitará mais avanços à «considerável dinamização da actividade do Partido» que já vem de 1986, ano da realização da 1.ª Assembleia da Organização Distrital. Por iniciativa das organizações do Partido, o 66.º aniversário do PCP será comemorado na maioria dos concelhos.



PCP

## LEIRIA

# Objectivos do reforço organizativo: um PCP mais forte para lutar pelo distrito

Desenvolver a região de Leiria, trabalhar para resolver os problemas dos trabalhadores e das populações. Reforçar a organização do PCP para melhor continuar a luta. Esta é a temática do encontro distrital de quadros anunciado pela Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, para o próximo dia 28 de Junho. A iniciativa está a ser preparada por uma comissão regional com oito subcomissões, constituída por decisão da DORLEI também para acompanhar a campanha organizativa em curso.

No âmbito da campanha de reforço organizativo, os comunistas de Leiria estão empenhados na concretização de importantes objectivos, como por exemplo o recrutamento de 150 novos camaradas (incluindo 50 mulheres), o aumento da difusão e da venda da Imprensa do Partido (mais 200 Avantes! por semana), a constituição de novos secretariados de célula em 13 empresas do distrito, o acompanhamento mais dinâmico de cerca de três dezenas de células, a constituição de novas comissões locais e o reforço de outras 6, a realização de 12 Assembleias aos mais variados níveis da organização, e a constituição de mais 28 organismos e comissões várias, além de 16 novas comissões de freguesia. Trata-se de um significativo conjunto de direcções de trabalho, a concretizar até Junho próximo.

## Salários em atraso: 62 empresas, 812 mil contos

Reunida recentemente no CT da Marinha Grande, a DORLEI do PCP, ao debater a situação social do distrito, destacou os problemas do «mundo do trabalho» e a situação muito difícil em

que vivem numerosas famílias da região de Leiria.

Vejamos alguns apontamentos da DORLEI:

54 empresas encerradas nos últimos 3 anos, as perspectivas de outras virem a encerrar e as tentativas de redução dos quadros de pessoal em grandes empresas do distrito. A existência nos 3 centros de emprego de 15 mil desempregados. A peste dos contratos

a prazo, que continua a alastrar (mais de 80% das admissões para postos de trabalho permanente no distrito são a prazo).

A proliferação do trabalho clandestino, a exploração da mão-de-obra infantil, a super exploração da mão-de-obra feminina, os miseráveis salários pagos a muitas crianças e mulheres, a falta de condições de trabalho, de segurança, de segurança social e o conjunto de ilegalidades praticadas, que impõem medidas urgentes para que esta situação tenha fim.

A dramática situação dos salários em atraso, que continua (os dados disponíveis indicam que em 62 empresas mais de 6600 trabalhadores têm a receber do patronato

812 mil contos de salários em atraso).

Depois de chamar a atenção para as consequências da adesão à CEE no sector da agricultura e da pecuária, a DORLEI do PCP refere assim alguns aspectos da vida e dos problemas no distrito:

«Nas Pescas, para além de chumbarem propostas e planos para o desenvolvimento das pescas portuguesas em Peniche, querem reduzir a nossa capacidade de captura, decidirem das nossas águas e encherem o nosso mercado com pescado estrangeiro, ao mesmo tempo que desenvolvem uma forte campanha para interferir e enfraquecer a organização cooperativa dos pescadores em Peniche.

«Na Saúde, agravam-se constantemente as condições de trabalho e assistência. O novo hospital de Leiria, a ampliação e melhoramento dos Hospitais Distrital e Termal de Caldas da Rainha, a conclusão e entrada em funcionamento dos Hospitais de Marinha Grande e Peniche, são algumas das obras de urgente solução.

«Na Educação, ensino e cultural, degradam-se as condições de trabalho e aprendizagem. É urgente a criação e funcionamento do Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior Artística de Cerâmica em Caldas da Rainha e Museu Nacional do Vidro na M.ª Grande, construção e reparação de escolas secundárias em Alcobaca, Ansião, Gula (Pombal) Caldas da Rainha, Leiria e Nazaré.

«Nas vias de comunicação é necessário avançar com medidas concretas que ponham termo ao estado caótico e de estrangulamento na circulação de pessoas e mercadorias. O desenvolvimento socioeconómico do distrito exige, entre outras, a rápida abertura ao tráfego civil da Base Aérea de Monte Real, a rectificação e modernização da linha ferroviária do Oeste, a reparação da E. N. 242 que liga Leiria-Marinha Grande-Pataias, a extensão da Auto-estrada de Torres Vedras a Caldas da Rainha, a construção das vias rápidas Peniche-Rio Maior e Figueira da Foz-Pombal-Pontão-Pedrogão Grande e a passagem da Auto-estrada Lisboa/Porto no distrito de Leiria.

«A despoluição do Liz e Lena, do Paúl de Tornada e Lagoa de Óbidos, a desafectação de terrenos das Matas Municipais para a criação da Zona Industrial da Marinha Grande, a construção de pavilhões gimnodesportivos em Porto de Mós, Vieira de Leiria e outras escolas, serão estas algumas das medidas urgentes e indispensáveis.»



Caldas da Rainha: a ampliação e melhoramento dos hospitais Distrital e Termal devem ser encarados como obras urgentes, sublinha a DORLEI do PCP



Ajudas da CEE? Só para alguns grandes industriais...

# já abriu!

## O NOVO CENTRO DE TRABALHO DE LAMEGO DO PCP

É do conhecimento geral que um violento incêndio destruiu completamente em Agosto de 1986 o Centro de Trabalho de Lamego do Partido Comunista Português.

Para reparar tão grave perda, a Comissão Concelhária quis um andar no centro da cidade - Av. Alfredo - no qual já se encontra em funcionamento o novo

O facto de se ter resolvido este grave problema é uma prova da vitalidade e da determinação que têm por uma sociedade melhor e atesta a sua progressão desta Região e o bem-estar das suas

### Por uma grande Campanha distrital de Fundos

O pagamento do novo Centro de Trabalho envolve elevados custos, sendo ainda precisos 3.000 contos para o seu funcionamento. Foi por isso decidido o lançamento de uma Campanha de Fundos para o pagamento do novo Centro de Trabalho de Lamego.

A Comissão Distrital de Viseu aspira a que a Campanha seja viva, dinâmica, alegre e criativa. Deseja todos os camaradas, de todos os amigos do Partido da Liberdade, da Paz e do Progresso, de todos os cidadãos alcançados com o 25 de Abril e em cuja vida o papel essencial e insubstituível.

A Comissão Distrital de Viseu do PCP apela a todos os camaradas e activamente, contribuam no âmbito do novo centro de trabalho, com o pagamento do novo Centro de Trabalho, para tanto podem dirigir-se aos Centros do Partido, podem participar nas iniciativas e ajudar as cidades ou podem depositar as suas doações no Banco Pinto e Sotto Mayor em Lamego.

CONTRIBUAMOS COM A NOSSA SOLIDARIEDADE NAS TAREFAS DA LUTA DO NOSSO POVO EM DEFESA DA DEMOCRACIA!

Fev./87  
A Comissão Distrital de Viseu do PCP



Como revela este comunicado dirigido à população do distrito de Viseu, a campanha de fundos em curso para o novo CT de Lamego, já em plena actividade, tem a sua conta aberta no Banco Pinto e Sotto Mayor (BPSM) de Lamego, com o número 035957/4. No apelo que dirige à população de Viseu, a Comissão Distrital do PCP refere que os camaradas, amigos, simpatizantes do Partido, democratas e todos os interessados em ajudar a organização nesta importante batalha devem contactar os Centros de Trabalho do PCP no distrito.



Durante os trabalhos do recente encontro da Organização Local de Lisboa (OLL) do PCP

## Encontro da OLL do Partido

# Uma outra face de Lisboa

Na obsessão de recuperar antigos privilégios, o patronato deita mão a todo o tipo de expedientes para alcançar os seus intentos. Expedientes como a asfixia económica, encerramento, desmantelamento e divisão de empresas, criação de novas empresas com o capital das destruídas, tentativa de criação de holdings, transferências de maquinaria — são casos frequentes e fazem parte da grave situação social e económica da cidade de Lisboa, como assinala a resolução aprovada no recente encontro de quadros da Organização Local de Lisboa, efectuado em Alcântara.

Alertando para os problemas que são impostos aos trabalhadores de empresas como a Utic, Baptista Russo, Olavo Cruz, Control, Quimigal, Ronar, EPNC, Sorel, Petroquímica, Sheraton, Bosch, OGFE, CML, Indep, Efacec, CI Portugal e Colónias, entre outras, o encontro do PCP chama a atenção da opinião pública para situações como a tentativa de intensificação dos ritmos de trabalho, a imposição de tectos salariais, a violação da contratação colectiva, os salários e subsídios em atraso, o não pagamento de horas extraordinárias, a imposição de turnos nocturnos às mulheres, as reformas antecipadas e compulsivas, as rescisões forçadas, as ameaças de despedimentos, etc.

A Organização Local de Lisboa sublinha entretanto a firmeza dos trabalhadores e a importância das suas lutas e acções, apontando aos militantes comunistas algumas linhas principais de acção «com vista a prosseguir a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, dos direitos conquistados, das liberdades sindicais e da contratação colectiva», fazendo assim gorar os objectivos do patronato e do Governo.

Assembleia da República

# Actividades de espionagem O estranho silêncio do Governo

As actividades de vigilância e fichagem de partidos políticos ou de militantes seus por parte de agentes ou colaboradores de serviços de informações — tema que tem merecido larga projecção em vários órgãos de comunicação social — voltou de novo ao Parlamento, na passada sexta-feira, no decorrer de uma sessão de perguntas ao Governo.

Matéria de grande importância, aguardava-se que, depois de insistentes pedidos formulados nesse sentido, fossem finalmente facultados os necessários esclarecimentos que permitam apurar responsabilidades, tranquilizar a opinião pública e introduzir a indispensável transparência que deve regular o normal funcionamento da nossa vida democrática.

Tal não aconteceu. Gorando as expectativas, o Governo iludiu uma vez mais o essencial das questões colocadas pela bancada comunista, ora refugiando-se no «segredo da justiça», ora produzindo respostas claramente insatisfatórias que o camarada Carlos Brito considerou «inadequadas e nada esclarecedoras».

Quis o Grupo Parlamentar do PCP saber concretamente, por exemplo, por que é que o Governo ainda não prestou um indivíduo esclarecimento sobre as graves revelações feitas pela imprensa, as quais deram conta, recorde-se, de que pelo menos um indivíduo do Serviço de Informações se dedicava à actividade de espionagem e de vigilância de partidos políti-

cos, tendo-lhe sido apreendidas no momento da prisão fichas que pela sua natureza, de acordo com os jovens, pressupõem uma acção colectiva e não a de um indivíduo isolado.

Este silêncio é tanto mais estranho e escandaloso quanto se sabe, ainda segundo as referidas notícias, que esse indivíduo terá mantido contactos com a DINFO até ao momento da sua prisão e da apreensão das fichas, facto ocorrido vai para um ano e mais de 15 dias passados sobre a revelação da sua existência.

Acresce ainda que o referido elemento, Mário Correia Cunha, ligado (repita-se) ao Serviço de Informações Militares, terá estado profundamente envolvido em acti-

vidades terroristas do GAL, sendo até acusado de recrutamento para acções terroristas em França (concretamente atentados contra membros da ETA), de elementos que faziam parte da empresa que presta serviço de segurança à embaixada dos Estados Unidos em Lisboa.

## «Segredo de Justiça»

Tais factos, de reconhecida gravidade, não merecem contudo por parte do Governo qualquer resposta plausível, limitando-se o ministro Leonardo Ribeiro de Almeida a afirmar perante o hemiciclo que «a divisão de informações exerce a sua acção no estrito cumprimento da lei e que não faz nem promove qualquer vigilância sobre partidos políticos». Convinhamos que é pouco.

Não deixa aliás de ser preocupante, mas porventura sintomático, que o Governo tenha optado por nem sequer responder a uma pergunta do MDP sobre o «âmbito da colaboração» de Mário Correia com a DINFO, facto que originou vários protestos que acabariam por levar o ministro adjunto Fernando Nogueira a refugiar-se no «segredo de justiça» para dizer que nada podia dizer, isto é, manter uma cerrada cortina de silêncio

sobre o assunto.

Como salientou para o «Avante!» o camarada Carlos Brito esta atitude do Governo «mostra que não há um mínimo de garantias para resguardar das perversões antidemocráticas a que serviços deste tipo estão sujeitos», constituindo por isso mesmo um dever, segundo nos disse, que a Assembleia da República leve por diante «acções de esclarecimento como a em curso» pois é por esta via que se pode em face de acções tão graves «garantir os direitos dos cidadãos».

A questão colocada pelo deputado José Manuel Mendes sobre a aplicação inconstitucional de meios de vídeo e informáticos em actividades de carácter político e sindical (recorde-se a filmagem por forças policiais de trabalhadores da Covina recentemente ocorrida) acabou por merecer do representante do Governo um tratamento em tudo idêntico à questão dos bufos limitando-se a um curto exercício teórico, fugindo às questões, mas ainda assim — talvez por percalço — deixando escorregar a afirmação de que a captação de imagem por forças policiais em manifestações públicas lhe parecia, «em si, legítima».

# Símbolos eleitorais O jogo viciado do PSD

Sob a pretensa capa de «tornar mais rigorosa e consciente» a expressão do sentido do voto, o PSD conseguiu fazer passar na Assembleia da República um projecto de lei que obriga à inclusão dos emblemas partidários nos símbolos das coligações eleitorais. Aprovada na generalidade com os votos favoráveis do próprio PSD, do CDS e do PRD, a abstenção do PS e os votos contra do PCP e do MDP/CDE, esta iniciativa legislativa do partido governamental que introduz alterações parcelares no sistema eleitoral português é comumente interpretada como visando atingir exclusivamente a Aliança Povo Unido (APU), objectivo inserido numa estratégia mais vasta apontada para a eternização, a qualquer custo, da direita no Poder.

Isso mesmo ficou demonstrado de forma inequívoca, aliás, através da intervenção de Odete Santos que em nome da bancada comunista desmontou um por um os argumentos sustentados pelo partido proponente do diploma a quem acusou de à margem de toda a transparência democrática procurar alterar as regras do jogo «com vista a obter entorses eleitorais que sirvam os seus objectivos».

## Velha questão

Na opinião do PS (que tal como o PRD deu a entender estar disposto a introduzir alterações durante a discussão na especialidade a realizar durante 15 dias na Comissão de Direitos, Liberdade e Garantias) o projecto agora aprovado é insuficiente já que a sua proposta ia no sentido de que as coligações sejam identificadas apenas pelos nomes e siglas dos partidos componentes.

O PRD estabelece, por seu turno, uma distinção entre coligações que reflectem na sua formação uma proposta política diferente da dos partidos que a compõem e que como tal subsiste ao acto eleitoral, das coligações que apenas se estabelecem até ao fecho das urnas. No primeiro caso o PRD admite a possibilidade da coligação apresentar aos eleitores um símbolo não necessariamente idêntico aos dos partidos coligados.

Mas seria sobretudo em torno da intervenção da bancada comunista que se centrariam as atenções. Dirigindo as linhas fundamentais do seu ataque para o partido do Governo, Odete Santos co-

meçou por questionar a oportunidade desta medida avulso sobre os símbolos das coligações, uma velha questão que, importa lembrar, o PSD persegue vai para cerca de dez anos.

## Defraudar a vontade

Em sua opinião, de acordo com outros projectos que se conhecem sobre esta matéria, o que se esconde por detrás da iniciativa é tão só a tentativa do PSD «defraudar a vontade popular através de uma alteração do sistema eleitoral», ou seja, partindo de figurinos estranhos e do «espantinho da instabilidade governativa», obter o «molde eleitoral que lhe permita governar sonolente e esterilmente apoiado numa maioria obtida à custa do jogo viciado».

Desmentindo categoricamente o principal argumento aduzido pela direita — a tal expressão rigorosa e consciente do sentido do voto — a oradora acabou por tocar na ferida ao afirmar que o que se pretende é «impor à oposição um espantinho rígido de conduta» que interesse ao PSD (tal como se pretende impor para a propaganda política para a qual está já na forja um outro projecto de lei), «é bulir com coligações já radicadas na vontade popular que claramente se identifica num símbolo já institucionalizado».

Explicitando melhor a sua afirmação Odete Santos adiantou ainda que o que se pretende «é bulir com símbolos que podem não representar o simples somatório dos programas dos partidos que integram a coligação, mas uma plataforma comum que transcenda de facto os programas partidários e se identifique com uma vontade popular que ultrapassa a da limitação partidária».

Entendendo que o diploma em causa limita a liberdade partidária e desrespeita a Constituição — refira-se que esta — no seu articulado apenas proíbe o uso dos símbolos nacionais ou religiosos — o grupo parlamentar comunista considera ainda que o PSD pretende substituir o juízo livre dos eleitores «pela censura legal prévia aos partidos», isto é, os partidos podem coligar-se, mas já não podem ter liberdade de «escolher um novo símbolo que exprima a novidade que a coligação representa».

«O PSD não se basta com a sua corrida eleitoral — garantiu por fim Odete Santos —. Preocupa-se especialmente em furar os pneus dos adversários, pôr óleo na estrada e pregos no chão, falsificar as placas, criar a confusão».

# A CEE e a Pesca nos Açores

As difíceis condições em que labutam os pescadores do arquipélago dos Açores, nomeadamente as que resultam de falta de portos de abrigo ou das deficientes condições dos existentes, do elevado custo dos apetrechos de pesca, da ausência de garantia de preços de escoamento do pescado e da falta de câmaras frigoríficas, foram levados faz hoje oito dias ao conhecimento da Assembleia da República por intermédio do deputado Carlos Manafai, do Grupo Parlamentar do PCP.

Resultado directo das observações e contactos que efectuou no decorrer de uma recente visita às Ilhas Terceira e S. Miguel, esta intervenção do deputado comunista no período antes da ordem do dia abordou ainda questões relacionadas com a nossa integração na CEE, designadamente os acordos firmados pelo Governo na área das pescas, tornando-se patente das suas palavras o carácter profundamente lesivo de tais acordos

para os interesses nacionais.

Dando a conhecer algumas das opiniões e queixas que recebeu durante os dois dias da sua visita, Carlos Manafai salientou o caso do chamado «porto de pesca», existente em S. Mateus, na Terceira, obra que de acordo com as suas palavras mais não é do que um «amontoado de pedras» que o último vendaval desmoronou em parte, tornando perigosa a entrada e saída de embarcações, mas que ainda assim consegue ser melhor que o existente em S. Miguel já que, aí, nem sequer existem «montes de pedras e só há abrigo».

O não aproveitamento pelos pescadores das condições de crédito oferecidas pelo Governo Regional para renovação e reconversão da frota foram também referidos pelo deputado comunista que deu como explicação para tal alheamento o facto desses créditos pressuporem a construção de barcos de maior envergadura os

quais necessitam naturalmente de abrigo onde possam permanecer dentro de água, durante todo o ano. Ora como não há portos de abrigo capazes, falar nestas condições em reconversão ou renovação da frota só pode ser interpretado como pura manobra demagógica ou como um sinal de mera incompetência ao pretender pôr-se o «carro à frente dos bois».

Mas seria em torno da problemática da adesão à CEE que o orador centraria a grande parte da sua intervenção, recordando ora o desconhecimento quase total dos pescadores sobre o assunto ora a sua profunda desconfiança pelos termos em que foi feita. Não entendem os pescadores açorianos, por exemplo, por que é que o Governo não fez em relação aos Açores e Madeira aquilo que o governo espanhol fez com o arquipélago das Canárias — mantê-lo fora do acordo de adesão — decisão que permitiria defender melhor a nossa ZEE (Zona Econó-

mica Exclusiva) das frotas comunitárias.

Como salientou Carlos Manafai mal sabiam os pescadores com quem contactou que depois de novas cedências do Governo português, e por imposição da CEE, foram este ano concedidas autorizações a 110 barcos franceses para a pesca do atum na nossa ZEE.

Depois de manifestar o seu repúdio por esta política de submissão a interesses estrangeiros — recorde-se que as autoridades portuguesas no que respeita à ZEE estão condicionadas pelas medidas de conservação estabelecidas pela CEE, medidas essas que todavia só abrangem inexplicavelmente os pescadores portugueses — o deputado comunista exprimiu a sua convicção de que «um governo que não defende os interesses do seu próprio povo não tem o direito de continuar à frente dos destinos do País».

# Estabilidade na Reforma Agrária — necessidade indispensável ao progresso

A mais recente ofensiva contra a Reforma Agrária — acção que os trabalhadores interpretam como visando a sua liquidação completa e a reconstituição dos antigos latifúndios — voltou de novo ao plenário da Assembleia da República, desta feita pela voz do deputado comunista Bento Calado.

O Encontro de Culturas de Primavera recentemente promovido pelos Secretariados das UCPs/Cooperativas Agrícolas em vários concelhos do Alentejo e Ribatejo — iniciativa no decorrer da qual se procedeu a um balanço exaustivo das prepotências e ilegalidades levadas a cabo pelo Ministério da

Agricultura durante os últimos meses — constituiu o pretexto para esta intervenção recheada de exemplos reveladores da prática ilegal e inconstitucional do Ministério dirigido por Álvaro Barreto e da sua permanente afronta e desrespeito por outros órgãos de soberania, designadamente pelo Supremo Tribunal Administrativo, entidade autora de mais de trezentos acórdãos favoráveis aos trabalhadores, os quais continuam impunemente por cumprir.

Os recentes acontecimentos na UCP «Margem Esquerda», em Serpa, são para Bento Calado — que acompanhou de perto a entrega ilegal de terras — um exemplo

esclarecedor do desrespeito do Executivo PSD pelas leis e pela Constituição. De acordo com as suas afirmações a entrega foi feita com «total desconhecimento» por parte da referida UCP quanto ao despacho ministerial, despacho cujo teor acabaria por ser dado a conhecer na altura da entrega pela GNR, força que recebeu a ordem de ocupação das instalações e habitação até agora na posse legal da «Margem Esquerda», imagine-se, através do telefone.

Considerando este facto só por si suficiente para a demissão do titular da pasta da agricultura, o deputado comunista referiu entretanto outras dez reservas que con-

siderou ilegais levadas a cabo desde Janeiro último, totalizando 2614 hectares de nove UCPs/Cooperativas, duas das quais ficaram completamente inviabilizadas pelos actos do MAP.

Reportando-se a informações insistentemente divulgadas pelas estruturas da Reforma Agrária — e até ao momento nunca desmentidas — Bento Calado chamou a atenção para os 107 processos de reservas em curso em que já houve notificação das UCPs/Cooperativas a que corresponde uma área de mais de 35 mil hectares, processos esses que desmentem as afirmações do Ministério que continua a falar apenas na existência

de 20 reservas. Por outro lado, segundo foi dito, há ainda mais 97 acções de reivindicação de propriedade que, a irem por diante, significariam o roubo de cerca de mais de 35 mil hectares de terras à Reforma Agrária.

No entender da bancada comunista as irregularidades em curso exigem que se encontrem rapidamente os «mecanismos legais» que garantam a estabilidade e o desenvolvimento da agricultura na região, condição indispensável para a resolução dos problemas de desemprego, fome e miséria em que já hoje se encontram muitas famílias do Alentejo e Ribatejo.

Trabalhadores

## Intensa mobilização sindical

## Professores mantêm greve nacional

Os trabalhadores voltaram à rua em Lisboa e noutros pontos do País. Como o «Avante!» referiu na semana passada, com destaque na primeira página, mantém-se a luta em grandes sectores da actividade económica e social do País. Professores, médicos, bancários, metalúrgicos, mineiros, ferroviários, empregados do comércio e dos serviços, nomeadamente a Função Pública e a Segurança Social, têm desenvolvido e vão prosseguir com a movimentação sindical e um calendário de lutas que, se a situação não se alterar entretanto, culminarão, no que respeita aos professores, com uma greve nacional prevista para 26 e 27 do corrente. (Ver páginas seguintes).

Na passada quinta-feira, a organização sindical dos professores mantinha em todo o País a mobilização para aquela forma de luta que, segundo afirma a direcção do Sindicato da Grande Lisboa (SPGL), «sendo em defesa dos seus interesses profissionais, é-o também em defesa da qualidade do ensino e por uma escola de sucesso».

## Concentração em Lisboa

Os quarenta mil trabalhadores não-docentes das escolas aderiam entretanto à greve dos professores, decidindo paralisar no dia 26, se o Governo não fizer publicar o diploma enquadrador do novo regime daqueles trabalhadores. Entretanto, em Lisboa, ao apelo da União dos Sindicatos, da CGTP-IN, e CTs, centenas de representantes dos trabalhadores concentravam-se na passada quinta-feira em frente ao Ministério do Trabalho e desfilavam depois até à sede da Televisão (RTP) que consideraram um «megafone do Governo».

Contra o pacote laboral de Cavaco Silva e a subversão generalizada da política de Abril, contra o silenciamento na RTP das lutas operárias e dos trabalhadores em geral, concentraram-se na Praça de Londres e na Avenida 5 de Outubro delegações dos metalúrgicos, hotelaria, químicos, portaria e vigilância, têxteis, panificação, escritórios e comércio, gráficos, pessoal da EDP, transportes colectivos, ferroviários, trabalhadores da Saúde.



«Megafone do Governo», dizem com razão sindicatos e trabalhadores (foto de arquivo)

Em frente ao Ministério do Trabalho, sede dos projectos mais graves contra a legislação laboral de Abril, os activistas, dirigentes, delegados sindicais e outros trabalhadores disseram não ao tecto salarial e ao pacote legislativo sobre horários, contratação, trabalho a prazo, despedimentos. Ouviram-se protestos e palavras de ordem como «Flexibilidade laboral é só lucro pró capital», «Existe solução/Com este Governo não», «Liberdade de informação/Não há na Televisão», «Quem vê Telejornal/Não vê Portugal», «Não à manipulação».

Recorde-se que a crescente mobilização dos sindicatos e dos trabalhadores vem no seguimento das grandes jornadas de luta de 31 de Janeiro e de 21 de Fevereiro findos e antecedem acções de luta e diversas iniciativas da CGTP, designadamente dos professores e de outros sectores dos serviços.

O desmascaramento do divisionismo, em especial no que respeita aos acordos com o Governo no campo da contratação colectiva, deve ser incentivado, como aliás se refere no documento aprovado na concentração e desfile da passada quinta-feira em Lisboa.

## 25 880 sem salários na metalurgia

Enquanto o Governo vai afirmando que a situação dos salários e outras remunerações em atraso «está ultrapassada», os sindicatos metalúrgicos respondem que o patronato da metalurgia, metalomecânica e minas deve a 25 880 tra-

## • Metalúrgicos contra a vaga de desemprego que continua a atingir fortemente o sector

balhadores de 162 empresas cinco milhões e novecentos mil contos de salários; a Siderurgia ameaça despedir mais de dois mil trabalhadores; a maioria das minas estão encerradas (ver **Em Foco** nesta edição).

Segundo o Conselho Nacional da FSMMP (Federação sindical do sector) «os trabalhadores da indústria naval, da metalomecânica e do automóvel (assunto **Em Foco**, também nesta edição) estão igualmente ameaçados quanto ao futuro, por encomenda efectuada pela CEE ao Governo Cavaco Silva».

Por isso, os trabalhadores concentraram-se na passada quinta-feira e vão prosseguir com a luta,

em formas diversificadas.

Entre 1978 e 1986, só no distrito de Setúbal, as empresas de metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado (SEE) reduziram para metade o nível do emprego.

Entre 1979 e 1986, desapareceram 34 por cento dos postos de trabalho nas empresas da indústria naval. Segundo a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, «só nas empresas do SEE (naquele ramo da indústria) foram gerados 9382 desempregados, mil dos quais no primeiro semestre de 1986».

Muito mais «gera» este Governo. Desde 1 de Janeiro de

1984 até 30 de Junho do ano findo, desapareceram 2219 postos de trabalho na Lisnave; 946 na Setenave; foram encerradas empresas como a Parry & Son, CPP (Companhia Portuguesa de Pescas) e SRN (Sociedade de Reparação de Navios).

Sublinha a FSMMP que, «entre 1984 e 1986, o emprego diminuiu seis por cento da metalurgia de base e 13,4 por cento nos produtos metálicos, máquinas, equipamentos e material de transporte».

Graves situações de insegurança vivem-se noutras empresas afectadas por despedimentos, trabalho a prazo. É o caso da própria Renault, da MDF (Metalúr-

gica Duarte Ferreira), Momp, Sorefame, Cometna.

A propósito da Momp e da «holding» Metalgest os sindicatos falam de «candongueiros do emprego» e protestam contra a tentativa de levar a Momp à falência.

Movimentações e lutas sindicais continuam em vários sectores de actividade, cobrindo um vasto campo de acção em unidade, em defesa do emprego, das próprias empresas ameaçadas de encerramento por processos fraudulentos, contra a política do Governo e a sua visão da economia, que favorece os grandes potentados do dinheiro contra os interesses e direitos mais legítimos das classes trabalhadoras.

## Supermercados

## Resultados positivos da acção sindical



Do grupo SONAE, onde o patrão considera a ilegalidade um «risco» empresarial

Que os trabalhadores não reivindicam só porque os seus sindicatos são reivindicativos, ou porque a sua função principal seja reivindicar, demonstram-no bem os resultados práticos da acção sindical em unidade que a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) nos transmite, depois de realizado o Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Supermercados.

Apresentada a proposta reivindicativa nacional saída daquele Encontro de 18 de Janeiro findo, a FEPCES, conseguia reunir, separadamente, no mês passado, com as administrações do Supa-Pão de Açúcar e Minlpreço, Sonae-Modelo, Continente, Invictos, Saco Cheio, Pingo Doce, Europa e Inó.

«Pode-se considerar, afirma a FEPCES, que o diálogo, agora iniciado em torno da resolução dos problemas dos trabalhadores, foi positivo e vai continuar».

No supermercado Pingo Doce, todos os contratos a prazo passam a efectivos. A decisão, segundo a FEPCES, foi tomada pela administração, um dia depois de realizado o Encontro Nacional dos Supermercados.

Em 19 de Janeiro findo, acrescenta a Federação, os administradores do Pingo Doce puseram termo à «política de admissão de trabalhadores a prazo para ocupar postos de trabalho permanentes».

Ainda segundo aquela organização sindical intermédia da CGTP-IN, nos supermercados Inó «a administração mostrou-se disposta a descontar a quotização sindical e considerou

ser útil a uniformização e criação de novas categorias, que correspondem às funções efectivas, desempenhadas nos supermercados».

No Europa, ficou claro que não haverá mais obstáculos à distribuição da informação sindical nos locais de trabalho.

Embora com naturais reservas, a FEPCES considera positivo o diálogo e os resultados conseguidos para já.

As reservas da Federação dizem respeito sobretudo à Sonae grupo que possui ou controla os supermercados Continente, Modelo, Invicto e Saco Cheio. O presidente desse grupo, Belmiro de Azevedo, considera, como diz a Federação, que «o recurso ao trabalho precário e à violação dos direitos dos trabalhadores, consagrados na Lei — horários, períodos de descanso, repressão e outros actos — faz parte do risco empresarial com que dirige as suas empresas».

Este tipo de risco empresarial não pode passar sem comentário.

Ainda que em poucas palavras, deve-se louvar a frontalidade deste empresário-candidato a grande financeiro da área cavaquista que, a ser entendido à letra pelas autoridades — há uma Inspeção-Geral do Trabalho, há tribunais — poderá, noutra situação política correr mesmo sério risco. Mas Belmiro de Azevedo deve achar ao dizer isso que, sendo tanta a impunidade na área cavaquista, mais risco menos risco... Mas aos trabalhadores organizados compete também, se necessário, fazer correr riscos neste campo a empresários deste género: clientela do Governo, com as costas quentes.

Trabalhadores

Salários mínimos

# Os valores nacionais afinal são cinco

• 18 anos: são mais as excepções que a regra — afirma a FEPCES

São mais e maiores as excepções que a regra, quanto à aplicação dos valores nacionais dos salários mínimos a partir dos 18 anos. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) chama a atenção para o facto, na ocasião em que prepara, para depois de amanhã, um encontro na Informática. Lembrando que o Governo Cavaco Silva, ao reduzir «pomposamente» o limite de idade para aplicação obrigatória daqueles salários, estabeleceu uma regra que alterou imediatamente com diversas excepções, a FEPCES sublinha que os valores mínimos salariais são agora cinco; e não três, como sucedia anteriormente para o seu e demais sectores.

A FEPCES, que reuniu na quinta e sexta-feira o Conselho Nacional, explica que o salário mínimo de 25 200 escudos mensais para os jovens a partir dos 18 anos é a única regra estabelecida pelo Decreto-Lei 69-A/87. A partir daí «é tudo excepção».

Em empresas até cinco trabalhadores, o SMN baixa para 22 400 escudos;

Em empresas com seis e até cinquenta trabalhadores, o SMN passa a ser, segundo o decreto governamental, de 22 700 escudos;

Em empresas com mais de cinquenta trabalhadores, o SMN passa para 23 900 escudos.

Note-se que o salário mínimo baixa sempre, em relação à regra dos 25 200 escudos mensais.

Mas há ainda outras excepções.

Se o trabalhador for deficiente, a redução do SMN equi-

vale ao grau de desvalorização, desde que este seja superior a dez por cento; no máximo cinquenta.

Se o trabalhador for praticante, aprendiz, estagiário, ou se encontra em situações similares de formação para profissões qualificadas, durante um período não superior a dois anos, o SMN baixa então para 20 200 escudos.

Depois de realçar que «todas estas excepções são também previstas para jovens trabalhadores com 17 anos», ou ainda de menor idade, o Conselho Nacional da FEPCES conclui que «o grande leque de situações passíveis de isenção ou redução do salário mínimo nacional, e a consequente possibilidade de se praticarem salários inferiores e muito diversificados, desvirtuam consideravelmente os objectivos que devem

presidir à fixação do salário mínimo nacional, restringindo sobremaneira a sua aplicação».

## Encontro na Informática

Às 10 horas do próximo dia 7 começa no Hotel Altis, em Lisboa, o Encontro de Trabalhadores das Empresas de Informática. Organizado pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços — o Encontro é destinado a «todos os trabalhadores de empresas de Informática», sublinha com especial ênfase a FEPCES. O Encontro abordará três temas, que a Federação organizadora discrimina como segue: **As empresas e os trabalhadores:** estrutura económica; recursos financeiros; *know-how*; inserção internacional; grupos de população; problemas específicos. **O carácter das relações de trabalho:** gestão por objectivos; sistemas de avaliação e recompensa; motivações profissionais; imagem e sucesso; inserção social. **A regulamentação e as condições de trabalho:** funções e categorias; formas de remuneração; horário de trabalho; segurança e higiene, vínculo contratual; direitos e regalias.

A FEPCES apela à participação. Os interessados devem diri-

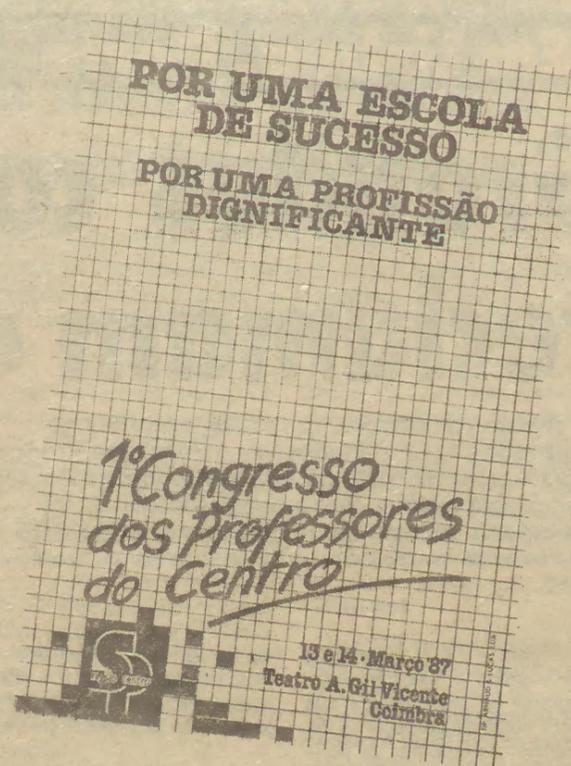
gir-se à sede da Federação sindical em Lisboa, ou a qualquer dos seus sindicatos filiados por todo o País.

## Trinta empresas e quatro mil trabalhadores

Segundo o secretariado da Federação Portuguesa do Comércio, Escritórios e Serviços, são quatro mil os trabalhadores das empresas de Informática em Portugal. Trata-se de «um sector de ponta, integrando três dezenas de empresas, dezasseis das quais raiaram mais de trinta e cinco milhões de contos de negócios em 1985».

Segundo os dirigentes da FEPCES, que preparam o Encontro dos Trabalhadores das Empresas de Informática, «para a generalidade da opinião pública os informáticos são os que lidam com a «varinha de condão», «ganham bem» e têm «trabalho leve», tendo conseguido «lugar cativo» no mercado de trabalho. **Mas será mesmo assim?»** — sublinha a FEPCES.

A direcção desta estrutura intermédia da CGTP-IN promete explicar tudo aos órgãos da comunicação social, em conferência de Imprensa, que marcou para hoje de manhã.



Na preparação do primeiro Congresso dos Professores do Centro (13 e 14 do corrente), realizaram-se no distrito de Viseu setenta e quatro reuniões de núcleos sindicais — refere o Sindicato dos Professores da região

## Lutas nos serviços

# Professores efectuam jornadas distritais

«O ensino está desligado da vida», lê-se num documento distribuído por professores em todas as capitais de distrito, nos dias 25 e 26 do corrente. Como em diversos sectores dos serviços, os docentes continuam a lutar por reivindicações de fundo e de notório alcance social.

Segundo a direcção da FENPROF (Federação Nacional dos Professores), aquela iniciativa «destinou-se a alertar a opinião pública para a grave situação que actualmente se vive no sector educativo».

Destinou-se também a sensibilizar as populações para a luta que os professores desenvolvem («luta reivindicativa», afirma o secretariado nacional da FENPROF) «unidos em torno da Federação Nacional dos Professores».

## Introduzir reformas profundas

Os sindicatos dos professores, que fazem um apelo à participação de todos na sua luta, exigem do Ministério da Educação e, naturalmente, também do Governo, que introduzam na Escola «reformas profundas, que respondam às necessidades do País e aos desafios do futuro».

O secretariado nacional da Federação Nacional dos Professores

intervém junto da opinião pública para que se junte aos docentes de todos os graus de ensino no sentido de se conseguir do Ministério da Educação o diálogo que tem recusado «com os professores, com os pais e com os estudantes».

Depois de sublinhar que «os professores recusam ser responsabilizados injustamente», a direcção da FENPROF manifesta expressamente a exigência de «negociar com o Ministério da Educação problemas graves que os atingem como trabalhadores: sabia — acrescentam — que mais de trinta mil professores são contratados a prazo, podendo perder o emprego ao fim de cada mês de Setembro?»

O documento distribuído na semana passada em Lisboa, Porto, Setúbal e nas restantes capitais de distrito, conclui que «os professores, como cidadãos conscientes, assumem a sua parte na luta por uma escola melhor e mais digna» e pedem a toda a população que «na medida das suas possibilidades, intervenha, também, nesta exigência nacional».

## Imprensa Nacional (INCM)

# Luta provável pela revisão do AE

A direcção da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), empresa pública como se sabe, foi advertida pelo Plenário de trabalhadores de que, se as negociações da contratação colectiva não evoluírem, será confrontada com «eventuais acções» que os trabalhadores «sejam obrigados a desenvolver no sentido de defenderem as suas justas e legítimas reivindicações».

Numa moção aprovada na passada quinta-feira, 25, o Plenário da INCM responsabilizou a empresa pelas acções de luta que os trabalhadores possam adoptar. As negociações arrastam-se desde Setembro de 1986.

Num documento aprovado por unanimidade, o Plenário da INCM afirma que, «desde a primeira reunião de negociações, nunca a empresa reformulou a sua proposta inicial, no sentido de poder vir a permitir a conclusão rápida do processo de revisão».

O caso da INCM, infelizmente demasiado comum, cedo deixou

de estar na fase da negociação directa, tendo passado à conciliação.

Foi a própria direcção da INCM que pediu a passagem do processo a esta fase de conciliação, por considerar que iria desse modo acelerar as negociações de revisão do Acordo de Empresa (AE).

Mas a verdade é que a passagem a essa fase foi pedida em 16 de Dezembro do ano findo e entrámos na primeira semana de Março com o processo pendente.

Afirma o Plenário da INCM que «o pedido de conciliação era uma

forma de a empresa arrastar o processo de negociações».

Conforme se sabe, nessa conciliação interveio o Ministério do Trabalho.

A comissão negociadora sindical (CNS) não se limitou, entretanto, a reformular as suas propostas iniciais. Quer na negociação directa, quer na conciliação, a CNS «apresentou contrapropostas a todas as posições da empresa».

Da parte da INCM não houve contrapartida a estas posições da CNS, «mantendo-se assim a quase totalidade das propostas suspensas».

## Espera-se uma alteração esta semana

O Plenário reunido na passada quinta-feira espera que haja alterações nesta semana de 2 a 6

de Março. Responsabilizando mais uma vez a direcção da INCM pelo atraso das negociações de revisão, a CNS e os trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda aguardam «uma reformulação global», que «contemple as posições defendidas pelos trabalhadores» e pelos sindicatos.

Se entretanto a revisão do AE não ficar pronta, conforme a moção aprovada, «os trabalhadores mandatam a Comissão Intersindical» da INCM para «convocar um plenário geral centralizado», que foi decidido marcar para o próximo dia 11, quarta-feira, a fim de analisar a situação.

Os trabalhadores da INCM lutam «por uma justa revisão, por uma rápida conclusão das negociações e pela unidade de todos os trabalhadores», afirma o Plenário da INCM na moção de quinta-feira passada, aprovada por unanimidade.

## Trabalhadores

## Em Lisboa, Porto, Coimbra e Guarda

## Grandes concentrações reclamam eficácia na CP

• Em causa: salários, carreiras, boa gestão

Em diversas concentrações na passada quinta-feira, os trabalhadores da CP marcaram para o próximo dia 10 o final do prazo para desbloquear as negociações relacionadas com a contratação colectiva. Se o processo negocial não for desbloqueado até essa data, a Federação sindical (FSTF) pode convocar paralisações na CP, com início no dia seguinte.

A Federação ficou mandatada para, segundo o texto aprovado, «preparar os mecanismos que tornem possível começar a desencadear um esquema de paralisações, com início em 11 de Março».

Em questão na CP, com os trabalhadores afectados por uma gestão incapaz e submetida aos critérios desestabilizadores do Governo, encontram-se no primeiro plano, há meses consecutivos, a revisão do acordo de empresa e o regulamento de carreiras.

As concentrações de quinta-feira passada, em Lisboa, Porto, Coimbra e Guarda, que reuniram milhares de ferroviários em frente às instalações do Ministério do Trabalho, repudiaram muito claramente, em resoluções aprovadas nos próprios locais de manifestação, a imoralidade subjacente à forma como a gerência da CP e o próprio Governo fogem à palavra dada, relativamente a compromissos já assumidos, sobretudo quanto ao protocolo assinado com os sindicatos em 25 de Abril do ano passado.

### Desonestidade no conselho de gerência

Esse protocolo refere-se aos enquadramentos profissionais,

ou regulamento de carreiras, de vital importância para a grande massa dos mais de vinte mil trabalhadores dos caminhos-de-ferro.

Os sindicatos promotores das concentrações, que representam a maioria dos ferroviários, pretendem que os gestores da CP actuem de acordo com as funções que exercem, «honrando a palavra dada, deixando-se de rábulas, de dar o dito por não dito, com uma frequência que começa a tocar as raias da desonestidade pura e simples».

Para expor os pontos de vista dos trabalhadores da CP e apresentar propostas de solução do conflito, a Federação sindical (FSTF) quer naturalmente ser ouvida pelo Primeiro-Ministro, pelo ministro do Trabalho e o ministro dos Transportes.

Em causa estão também recentes decisões, que limitam a capacidade da CP no mercado e têm reflexos directos na estabilidade do emprego.

Os trabalhadores e os seus sindicatos representativos referem-se, nomeadamente, às perspectivas já anunciadas de encerramento de duzentas estações ferroviárias e de desactivação de oitocentos quilómetros de via férrea.

Fortes interesses privados estão metidos no caso. Uma das tentativas para diminuir a capacidade da empresa no mercado

dos transportes é a desvinculação das carreiras fluviais da CP entre Lisboa e o Barreiro. Outra dessas tentativas é a entrega a capitais estrangeiros das obras de renovação da via que, segundo os sindicatos, pode ser feita pela CP.

José Antunes, dirigente da Federação, disse em Lisboa que a jornada de luta de quinta-feira passada se dirige principalmente contra «os ataques sistemáticos e cada vez mais violentos» contra os interesses da CP e se orienta pela defesa de negociações sérias do acordo de empresa e do regulamento de carreiras para os trabalhadores ferroviários de todo o País.



Sexta-feira passada, em Lisboa, junto à sede da RTP



No mesmo dia, na Praça de Londres, frente ao Ministério do Trabalho

## LUTAS E TAREFAS

### Intervenções confirmadas no debate sobre o Emprego

Na quinta-feira da semana passada, o departamento de informação da CGTP-IN confirmava, entre as intervenções já anunciadas no seu debate sobre **Emprego, Modernização, Desenvolvimento: Que Soluções?** as presenças «do dr. Victor Constâncio, general Raimundo Eanes, dr. Álvaro Cunhal, dr. José Manuel Tengarrinha e de um representante da hierarquia da Igreja Católica». A «apresentação de trabalhos no debate», ainda segundo os serviços de Imprensa da Central, contará com as seguintes individualidades: «eng. Alfredo Bruto da Costa, eng. António Cravinho, dr. Victor Ramalho, dr. Henrique Medina Carreira, dr. José Silva Lopes, dr. José Barros Moura, dr. Carlos Carvalhas, dr. Ramos dos Santos, prof. dr. Orlando Carvalho, prof. dr. Alberto Amaral, e sr. Joaquim Casimiro». Como inicialmente, o debate promovido pela CGTP conti-

nua marcado para os dias 14 e 15 deste mês, refere também o departamento de informação da Central.

### Primeiro Congresso sindical em Santarém

Os salários em atraso, o desemprego e o retrocesso no desenvolvimento da região — alguns dos graves problemas por resolver no distrito de Santarém — constam da síntese elaborada (dez mil exemplares) pela comissão organizadora do primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Santarém, marcado para os dias 27 e 28 do corrente, no Entroncamento. O anteprojecto das teses está em discussão e aponta para o reforço da organização sindical no distrito escalabitano. Segundo os organizadores, as inscrições incluem já quinze sindicatos, que enviarão 90 delegados ao Congresso em representação de trinta mil trabalhadores. Estão previstas mais inscrições, refere a comissão organizadora do primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Santarém.

### UTIC entrega petição na Assembleia da República

Mil e sete dos mil e seiscentos trabalhadores da UTIC, a nível nacional, subscreveram uma petição dirigida à Assembleia da República (Comissão de Economia, Finanças e Plano). Expondo «de forma concreta e objectiva a situação da empresa», refere a CT da UTIC, o documento reclama «medidas de carácter económico e financeiro», para que a «empresa possa desenvolver a sua carteira de encomendas e modernizar-se», mantendo o seu quadro de pessoal e contribuindo para o progresso económico e social do País. A UTIC é uma empresa mista (capitais do Estado e particulares), que funciona integrada num «grupo» organizado em «holding» com dezanove firmas onde a UTIC detém noventa e oito por cento do capital social em treze dessas unidades, todas elas com autonomia jurídica e financeira. O organismo dependente do Governo com a sigla IPE (Investimentos e Participações do Estado) possui setenta e cinco por cento do capital social da UTIC que é de um milhão e sete-

centos mil contos. Segundo a CT, a UTIC é, no ramo de construção de autocarros, a maior empresa do País.

### Dia da Mulher e sindicatos

A «Corrida pela Igualdade», designação escolhida pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) para uma das iniciativas destinadas a comemorar o **Dia da Mulher**, depois de alterada «devido a problemas surgidos com a legalização-autorização», decorrerá no dia 7 em Lisboa, com o seguinte percurso. A partida e a chegada da corrida é na Praça da Figueira. Os inscritos percorrerão a placa central daquela Praça lisboeta, seguindo depois pela Rua João das Regras, Praça Martim Moniz, Rua da Palma e Avenida Almirante Reis (cruzamento com a Alameda D. Afonso Henriques). O regresso, com chegada também à Praça da Figueira, faz-se pela Almirante Reis, Rua da Palma, Martim Moniz, Rua D. Duarte, desembocando junto à estátua de D. João I. A distância a percorrer é de cinco quilómetros e o regulamento da prova está à disposição dos interessados na sede da União dos Sindicatos de Lisboa.

Juventude

Será em Abril, a 11 e 12

# Festival da Juventude «Amar o Tejo, Viver a Paz»

Vai ser um Festival da Juventude, chamar-se-á «Amar o Tejo Viver a Paz», realizar-se-á nos próximos dias 11 e 12 de Abril na Feira Internacional de Lisboa (FIL) e prepara-se para ser um sucesso. Adesões, já são mais que muitas, com 130 organizações inscritas e a lista a crescer, num leque de estruturas que envolve Associações de Bombeiros, Autarquias, Sindicatos, Grupos de Escuteiros, Organizações Católicas, Grupos de Teatro, Rádios Locais, Organizações do Movimento da Paz, etc. Dois nomes prestigiados deram também já o seu apoio — o maestro **Fernando Lopes Graça** e o escritor **José Cardoso Pires**.

E o Festival vai mesmo valer a pena! Para se ter uma ideia (pálida, pálida, porque as coisas ao vivo são outra «loíça»!) aqui vai alguma informação fornecida pela organização do Festival.

E começa assim: um grande concerto de encerramento, uma discoteca gigante com actuações ao vivo e uma manhã infantil serão, no capítulo de espectáculos, os grandes acontecimentos do Festival de Juventude «Amar o Tejo Viver a Paz», que se realiza na FIL, em Lisboa, nos dias 11 e 12 do próximo mês de Abril.

«Carlos Paredes, Paulo de Carvalho, Lena d'Água, «Rádio Macau» e Júlio Pereira são os artistas até agora confirmados para participarem no grande concerto de encerramento, na tarde de Domingo, 12. Nesse mesmo dia, de manhã, os palhaços «Elizabeth's», os ilusionistas Zurk e Paulo e o cantor Nuno Gomes dos Santos actuarão para crianças, no âmbito do Festival.

«Quanto à discoteca Gigante, terá a nave central da FIL como cenário, servida por um som espantoso e luzes «à maneira», mais a melhor música que se faz por esse mundo fora. Vários *disc-jockeys* animarão esse espaço, durante as cerca de seis horas em

que dançar será a palavra de ordem, mas nem só de discos viverá a discoteca, pois os ex-«Sheiks» tocarão, ao vivo, uma hora da noite e boa música dos anos 60 e, mais tarde, os «Go Graal Blues Band» animarão quem queira ouvi-los, dançando ou não».

Mas há muito mais:

«Desenho, pintura, escultura, banda desenhada, fotografia, poesia, conto e reportagem são as modalidades a que os jovens (até 25 anos) podem concorrer no concurso organizado no âmbito do Festival e que culminará com uma mostra na FIL. Os trabalhos poderão ser entregues até 15 de Março na Junta de Freguesia de Alcântara, de 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30 (a Junta também distribui o regulamento e presta todas as informações). Para não fugir aos hábitos, haverá júri e atribuição de prémios: 30 000\$00 para o 1.º classificado, 15 000\$00 para o 2.º, e isto em todas as modalidades. Mas o mais importante é participar!»

## Cinema, exposições, desporto...

E prossegue a comissão organizadora, na sua apresentação do Festival da Juventude «Amar o Tejo, Viver a Paz».

«No auditório da FIL, durante todo o dia de sábado 11 de Abril, irá acontecer Teatro, Cinema, Vídeo e debate sobre as questões da Paz, do Tejo, e tudo... Primeira novidade desta maratona cultural no auditório: a participação da **Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais**, com um lote de filmes amadores (de amor), portugueses de grande qualidade. Alguns nomes consagrados e estrepantes prometedores. Alguns títulos e autores: «Miguel» e «Processo, Andrómeda» de Vítor Silva, «A Última Guerra» de Paulo Ferreira e António Cunha, «O Ensaio» e «Espelho da Cidade» de Vasco Branco, «Júlio de Matos» de José Carlos Marques, «O Ponto» de Carlos Manuel Fernandes.

«Nos dias 11 e 12 de Abril realizar-se-á nas instalações da FIL uma exposição cujos objectivos serão divulgar o conhecimento do vasto património histórico e natural do Estuário do Tejo e suas zonas ribeirinhas. Será uma tentativa de se não viver «à margem» do Tejo, procurando-se alertar a opinião pública para problemas que afectam a sua Paz, a distribuição gradual do património histórico e do ecossistema natural do estuário».

E agora o Desporto, que estará em força, no Festival:

«Desporto, com provas que vão desde estafetas a ciclismo, de

náuticas e gímnicas, consta do programa do Festival da Paz subordinada ao tema **Por um Tejo Livre de armas Nucleares**, organizado por um conjunto de Associações de Estudantes, Trabalhadores, Comissões Locais de Jovens, Autarquias, Rádios Locais, Sindicatos e outras colectividades. Esta iniciativa, que também terá componente Cultural, desenrolar-se-á nos próximos dias 11 e 12 de Abril.

«Assim, no sábado, 11, realizar-se-á a Estafeta **Amar o Tejo, Viver a Paz**, organizada em quatro percursos distintos. O primeiro, na distância de 39 quilómetros, será disputado entre Cascais/Oeiras/FIL. Para o segundo foi escolhido o percurso Sintra/Amadora/FIL, com 42 quilómetros, enquanto que o terceiro será corrido entre Loures/FIL, na distância de 38 quilómetros. O quarto percurso, entre Vila Franca e a FIL, terá 40 quilómetros.

«Mas, muitas outras provas desportivas fazem parte do programa deste Festival da Paz. A saber existirá uma corrida pedestre, entre o Forte do Bom Sucesso e o Cais de Alcântara, com a distância de 10 quilómetros; uma prova de ciclismo disputada entre os concelhos de Lisboa; um passeio cicloturista, com partida em Sintra e passagem pela Amadora, Loures, Vila Franca de Xira e chegada à FIL e ainda provas náuticas no Tejo.

«As inscrições estão abertas a todos os interessados».



Nacional

## CPPC convoca para Lisboa

### IX Assembleia da Paz em Junho próximo

Segundo comunicado à Imprensa, a Direcção Nacional e o Secretariado do Conselho Português para a Paz e Cooperação decidiram, em reunião conjunta do passado dia 23, a convocação da IX Assembleia da Paz, para os dias 27 e 28 de Junho, em Lisboa.

«Esta Assembleia deverá culminar, por um lado, um período de intensa actividade do CPPC e, em geral, de grande incremento da luta pela paz, traduzida designadamente nas inúmeras iniciativas que assinalaram, no nosso país, o Ano Internacional da Paz de 1986. Por outro lado, com a IX Assembleia da Paz é proposto iniciar uma nova fase da vida do Conselho Português para a Paz e Cooperação, e ainda do conjunto do Movimento da Paz em Portugal, que o CPPC integra como órgão dinamizador.

«Com efeito, este conselho — que se viu privado da sede utilizada desde o 25 de Abril — beneficiará de novas e favoráveis condições de trabalho e actividade, a partir de Maio próximo, ao instalar-se em sede própria, graças ao êxito da campanha «Uma Casa para a Paz». E o comunicado prossegue:

«A Direcção Nacional e o Secretariado do CPPC, convidando todos os aderentes e amigos do Conselho Português para a Paz e Cooperação a participarem desde já activamente no processo preparatório da IX Assembleia da Paz, propõem ao mesmo tempo a todas as associações, forças sociais, correntes de opinião, entida-

des e personalidades interessadas, e empenhadas na acção pela paz, a todos os pacifistas do nosso país, o projecto de uma Assembleia da Paz, em 27 e 28 de Junho próximo, como **Assembleia da maior abertura, efectivamente do, e ao serviço de todo o Movimento de opinião pela Paz no nosso país.**

«O lançamento, preparação e realização desta Assembleia, no mês de Junho próximo — **de e para todo o Movimento da Paz e todos os pacifistas de Portugal** — deverão constituir um amplo processo de debate sem condições nem compromissos prévios, sobre as grandes questões da guerra e da paz, e de diálogo e cooperação de todos os pacifistas de Portugal.

«A Direcção Nacional e o Secretariado do CPPC divulgarão dentro de dias um primeiro documento preparatório da Assembleia, em que se enumeram um primeiro conjunto de propostas e ideias para a reflexão de todos quantos têm dado vida no nosso país, em diferentes áreas e campos de actuação, ao Movimento pela Paz, o desarmamento e a solidariedade internacional», conclui o comunicado.

## Que se passa em Gondomar?

A Comissão Concelhia do PCP de Gondomar tornou pública a sua posição, face ao conjunto de notícias sobre a situação na Câmara Municipal local vindas a lume nos últimos dias.

Tais notícias e acontecimentos que lhes estão na origem só confirmam o balanço crítico que os comunistas fazem da actividade da autarquia desde as últimas eleições e da afirmação feita na última campanha eleitoral de que «só uma Câmara APU teria condições de fazer frente com êxito aos graves problemas do concelho».

Entretanto reafirma-se que «a Comissão Concelhia do PCP de Gondomar e os vereadores comunistas têm pautado a sua actuação em relação à Câmara Municipal pelo empenhamento na resolução dos problemas do concelho», aprovando **todas as propostas justas e rejeitando, igualmente, todas as que se mostrem lesivas dos interesses das populações.**

O respeito pelo carácter pluripartidário dos órgãos, a convicção de que é possível encontrar na vereação largas zonas de consenso em torno dos problemas do concelho, a firme vontade de minorar as graves carências e problemas existentes contribuindo para melhorar as condições de vida das populações e evitar maiores dificuldades e sofrimentos, «tem levado os eleitos comunistas a nunca regatearem esforços e a trabalharem sempre activamente a favor dos interesses das populações, isto quer estejam em maioria (como é o caso das Juntas de S. Pedro da Cova, Lomba e, mais recentemente, Rio Tinto), quer nos órgãos autárquicos em que estão em minoria (como é o caso da Câmara e de diversas Juntas de Freguesia do concelho)».

Após sublinhar que os vereadores eleitos pela APU têm mantido a firme posição de exigência do respeito pelo funcionamento democrático e colegial da Câmara e que desde a primeira hora que a Comissão Concelhia do PCP tem apoiado a justa luta dos trabalhadores camarários em defesa dos seus direitos, o documento afirma:

«O que move o PPD na sua campanha desestabilizadora da autarquia não são nem os interesses do povo do concelho nem a resolução dos seus problemas. Ligam-se por um lado poderosos interesses ligados à especulação imobiliária, com objectivos políticos de domínio por parte da direita da chamada Área Metropolitana do Porto. A Comissão Concelhia de Gondomar do PCP alerta em particular para o papel desempenhado pelos órgãos de comunicação social manipulados pelo Governo Cavaco Silva, na campanha do PPD com vista à desestabilização da autarquia, e reclama que seja esclarecido o papel desempenhado em todo este processo pelo actual governador civil do Porto, que é ao mesmo tempo, como se sabe, o principal responsável partidário do PPD em toda a região».

Finalmente «a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP espera sinceramente que em todo o funcionamento futuro da Câmara sejam tidas em conta as experiências e ensinamentos dos últimos meses, e que finalmente possam ser concentrados esforços na resolução dos muitos problemas que existem no concelho».

## JCP denuncia

# Problemas em Bragança

A JCP de Bragança também foi convidada pelo Presidente da República para o encontro por este realizado com jovens do distrito, tendo o representante comunista exposto as preocupações da juventude, que se debate com graves problemas, nomeadamente o desemprego, o «trabalho negro» infantil, o trabalho precário, as más condições de ensino e de acesso à Universidade. Fez igualmente entrega de um documento, de que damos uma súmula.

«No distrito de Bragança os problemas juvenis são acrescidos devido ao atraso da região — começa por dizer a JCP. No Ensino faltam condições para se estudar com vontade e êxito, é cada vez maior o número de jovens que abandonam os estudos, porque o seu rendimento familiar não lhes permite continuar. O deficiente funcionamento das instalações escolares, a falta ou não funcionamento de aquecimento nas escolas, a má qualidade da comida e a não abertura das cantinas à noite, a fraca rede de transportes escolares que afecta os alunos das aldeias e os trabalhadores-estudantes. São cada vez menos os jovens do distrito, oriundos das camadas mais desfavorecidas, que estudam em Universidades devido à falta de meios e à selectividade existente». E o documento prossegue:

«O desemprego é dos mais graves problemas com que se debatem os jovens do nosso distrito. Os jovens do Nordeste Transmontano

quase não têm alternativas; ou trabalham na agricultura, na construção ou emigram clandestinamente, na maioria dos casos para Espanha.

«Na agricultura as condições de trabalho são más e mal remuneradas, pois esta realiza-se ainda de forma arcaica, como no tempo dos nossos avós. O apoio aos jovens agricultores não passa de um *slogan*, que o Governo sistematicamente utiliza. Os subsídios para os jovens agricultores apenas beneficiam uma meia dúzia e aqueles que não precisam. Os jovens ou trabalham com os pais e nos mesmos moldes destes ou então abandonam o trabalho no campo.

«O trabalho na construção civil é escasso e grande parte em regime precário e clandestino. A exploração da mão-de-obra infantil atinge níveis bastante altos, nomeadamente no trabalho doméstico, agrícola, construção civil, mas também na hotelaria e comércio.

«Faltam espaços para uma ocu-

pação sã e criadora dos tempos livres, que são passados em grande parte em tascas e tabernas, contribuindo para o aumento do alcoolismo.

«A droga, a prostituição e a marginalidade no seu conjunto são também problemas com que se debate a juventude do distrito.»

E conclui a JCP de Bragança:

«Apesar das medidas tão anunciadas pelo actual Governo, os problemas juvenis agravam-se a um ritmo crescente e os jovens nordestinos continuam a ser obrigados a abandonar a sua terra natal. Medidas anunciadas pelo ac-

tual Governo como o OTJ não resolvem o problema do desemprego, são medidas pontuais que o Governo utiliza para fazer demagogia e campanha eleitoral.

«Nós jovens comunistas do distrito de Bragança queremos contribuir para o desenvolvimento da nossa região e do nosso País. Estamos cientes que isso só será possível no quadro de uma política democrática de desenvolvimento regional e nacional, que crie postos de trabalho, que melhore as condições dos jovens agricultores, e adeque o ensino às necessidades do distrito e do País.»

## Um MEC «amarelo»!

A contestação estudantil ao Ministério da Educação soma e segue. Greves totais na Faculdade de Letras de Lisboa e dos estudantes da Universidade da Beira Interior, sediada na Covilhã, são apenas algumas vagas recentes da tempestade que ameaça cada vez mais o MEC de João de Deus Pinheiro.

Entretanto, o Ensino Secundário também já entrou na contestação frontal, promovendo neste Carnaval, em Lisboa, um original desfile com centenas de alunos percorrendo as principais ruas da capital e concentrando-se junto ao MEC, **cujos responsáveis se recusaram a dialogar com os representantes dos estudantes.**

Esta atitude é particularmente estranha como denuncia a JCP, já que o ministro recebeu uma autodenominada «Federação de Estudantes do Ensino Secundário», misteriosa «estrutura» criada de repente, afirmando representar «45 associações de estudantes» sem dizer quais, colocando-se de imediato contra as legítimas organizações estudantis e o processo de luta em curso e sendo recebida pelo ministro (com televisão e tudol) logo no dia seguinte ao anúncio da sua formação. Pelos vistos o MEC ficou completamente «amarelo» com a contestação que está a sofrer...

## Terra

## Ilegalidades contra Reforma Agrária

## Protestos marcham para Lisboa!

O que se está a passar com a «UCP dos Baiões» é exemplar da política fora-da-lei prosseguida pelo ministério da Agricultura e pelo Governo de Cavaco Silva em relação à Reforma Agrária, num desprezo total por tudo e todos: trabalhadores, Assembleia da República, Tribunais, ordenamento constitucional e jurídico do Estado português, a legalidade e o regime democráticos. Absolutamente afrontoso — como relata o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, que anuncia uma **marcha de protesto para Lisboa, no próximo dia 10 de Março.**

O referido Secretariado começa por enquadrar a situação, explicando que «face à inusitada demora verificada na discussão na especialidade dos projectos de alterações à legislação da Reforma Agrária, aprovados na generalidade no passado dia 6/1/87 pela Assembleia da República, o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, ordenou aos serviços regionais a intensificação das espoliações de novas terras a pretexto de reservas. Por isso inúmeras UCP's/Cooperativas têm recebido nos últimos tempos numerosas notificações de despachos do ministro, que foram proferidos no Verão de 1985, acelerando a entrega de mais reservas, em que são flagrantes as ilegalidades que as viciam. Tenta assim o ministro com esta sua actuação, mais uma vez e por antecipação, criar factos consumados dando eficácia a despachos antigos e assim furtar-se ao cumprimento das eventuais futuras decisões da Assembleia da República».

E é aqui que entra o caso Baiões, como pormenoriza o Secre-

tariado das UCP's/Cooperativas de Évora:

«Porém, não satisfeito, o ministro dá mais um passo no desrespeito e afrontamento da Assembleia da República, ao ordenar que seja retirada à UCP dos Baiões — que fica destruída — uma área de 488,155 ha nos prédios «Baiões», «Cadema», e «Famais» para os entregar aos filhos do agrário António Fernandes Piçarra Cabral, cujo processo está a ser precisamente objecto da análise da comissão de inquérito.

«É mais uma história exemplar: em 18 de Junho de 1979 o Cabral recebeu uma reserva majorada de 700 ha e 171 925,2 pontos. A majoração foi-lhe concedida a pretexto do seu agregado que, agora, sem rectificarem a reserva inicial, aparecem a receber novas reservas autónomas na pessoa dos filhos Nuno Maria de Sousa Campos Cabral e irmãos. Ao longo do processo os filhos ora aparecem como «rendeiros» ora como «membros do agregado doméstico» ora, agora, como beneficiários de uma doação falsa.»

E o Secretariado das UCP's/Cooperativas prossegue:

«A ilegalidade de todo este processo levou a que, face a um recurso da Cooperativa para os tribunais, o despacho de atribuição de reserva ao pai fosse anulada por despacho de 12/9/79 do então secretário de Estado, despacho onde se pode ler: «**revogo o despacho por enfermar de violação de lei... com efeito verificam-se estranhas anomalias**» no processo.

## Tresandar ilegalidades

«É todo este processo que tresanda a ilegalidades e favores, e que está a ser alvo de análise da comissão parlamentar de inquérito, que o ministro Álvaro Barreto quer agora agravar: não só nunca o despacho que anulava a reserva do pai foi cumprido, como agora ainda quer entregar mais terra à família Piçarra Cabral» — recorda o Secretariado, que acrescenta:

«A concretizar-se e somando as áreas já na sua posse a diversos títulos, os Piçarra Cabral ficariam com 1939 ha e de novo com o seu latifúndio reconstituído. Em contraste, a UCP dos Baiões ficaria destruída, pois a terra que lhe resta é a que o ministro quer agora entregar aos seus amigos».

Confirma-se assim mais uma vez «os receios de há muito expressos pelas organizações da Reforma Agrária, de que caso não se encontrem as medidas legislati-

vas adequadas, as conclusões a que a comissão de inquérito chegar terão mero interesse académico, já que, entretanto, a Reforma Agrária terá sido destruída».

Perante mais «esta prova cabal de má fé do ministro Álvaro Barreto, o Secretariado apela mais uma vez às forças políticas democráticas de que depende a aprovação da legislação em discussão na Assembleia da República para que seja aprovado urgentemente o texto final do projecto de lei que retira competências ao ministro da Agricultura, para que este veja travada a sua provocatória acção de destruição total da Reforma Agrária. Caso isso não aconteça, as forças que estão a atrasar tal aprovação terão de ser co-responsabilizadas pela grave situação que se continua a viver em terras da Reforma Agrária».

Finalmente o Secretariado relembra que cada dia que passa «é mais uma oportunidade para que o ministro Álvaro Barreto e o Governo continuem, com toda a impunidade, a cometer mais e mais ilegalidades, numa prática incompatível com o regime democrático português». E conclui:

«Nestas circunstâncias, mais do que nunca se afigura **plenamente justa e oportuna a realização da marcha para Lisboa no próximo dia 10 de Março**, sem prejuízo de se exigir uma intervenção imediata da Assembleia da República e outros órgãos de soberania, que impeçam a destruição da UCP dos Baiões e o prosseguimento deste lodaçal de ilegalidades.»

## Nacional



## Praça da Liberdade

## Trabalho infantil e abandono escolar

A par do alastramento do desemprego e da crescente insegurança no trabalho, com todo o seu rol de trabalhadores a prazo, à tarefa, a metro, à peça, alugados, ao domicílio, clandestinos, a expansão do trabalho infantil é um dos «éxitos» mais vergonhosos da política do Governo Cavaco. Pouco a pouco, o véu desta forma brutal da superexploração capitalista vai sendo levantado. A treze anos do ano 2000, pela mão de um Governo reaccionário que gosta de se apresentar como repositório da mais avançada tecnocracia, é o regresso a realidades sociais bem conhecidas do tempo do fascismo, aprendidas nos primórdios da exploração capitalista. O tema esteve em foco na recente Terceira Assembleia da Organização Concelhia de Felgueiras do PCP. No Congresso da União dos Sindicatos do Porto, a par de situações concretas ali referidas, foi apontado o facto de só no concelho de Felgueiras, no sector do calçado, haver já conhecimento de centenas de crianças superexploradas em mais de duas dezenas de empresas, a que haveria de somar centenas de crianças e de famílias de trabalhadores a trabalharem extenuantemente ao domicílio. A comunicação social começa a fazer-se eco do escândalo. O Governo, hipócrita, através do seu Ministério, procura à pressa lavar as mãos e sai com uma nota a dizer que «não tolerará situações deste tipo e punirá com severidade os responsáveis pelos casos que foram detectados». É que, sintomaticamente, o sector do calçado vem conhecendo nos últimos tempos uma grande expansão económica, a acumulação enorme de lucros, o apetite também do grande capital estrangeiro. Ou seja, um exemplo da prosperidade e do desenvolvimento económico à moda deste Governo... E os casos conhecidos apontam para a exploração do trabalho infantil também em grandes empresas, detentoras de marcas «prestigiadas» que calçam os pés da Europa. Cai pela base a tese oficial, de governantes e industriais circunspectos, que gostam de dizer, em entrevistas, que tais casos são fenómenos isolados, praticados por industriais que não merecem sequer essa designação.

O facto impressionante de já no ano lectivo de 1983/84, a fuga à matrícula no ensino preparatório atingir no distrito do Porto uma média (21 por cento) dupla da nacional, com variações que atingiram, precisamente, nos concelhos de Felgueiras e Lousada 40 em cada 100 crianças e que se calcula, actualmente, superior a 50 por cento, aponta para o outro lado da questão. É que a voracidade sem limites do capital, escudada na política reaccionária deste Governo, compromete de forma duradoura e decisiva o desenvolvimento económico e social necessário ao País e à região.

JNL

## Aproveitando presença do PR

## Agricultores transmontanos dizem de sua justiça!

As Ligas de Agricultores de Mirandela, Bragança e Macedo de Cavaleiros entregaram um documento ao Presidente da República em audiência concedida no passado dia 25 de Fevereiro em Bragança, onde expunham alguns dos principais problemas que afligem a agricultura nacional e regional. Transcrevemo-lo, pela importância da matéria abordada e das justas reclamações apresentadas.

«A Agricultura Portuguesa enfrenta uma das mais difíceis situações da sua história. Os Agricultores Portugueses interrogam-se perante o presente e o futuro.

«Estamos na CEE desde há um ano. Até agora todo o processo de integração da nossa Agricultura no Mercado Comum tem estado de costas voltadas para os Agricultores do Nordeste Transmontano. São ocultas à maioria dos Agricultores todas as informações concretas e os esclarecimentos necessários para poderem vir a utilizar os fundos de apoio da CEE à Agricultura Portuguesa, mais concretamente à desta Região.

«A pretexto da CEE estão a ser

encerrados os matadouros da responsabilidade da Junta dos Pecuários, estão a tentar extinguir feiras de gado, estão a promover o alargamento da área florestal do País em detrimento da área agrícola, permitindo às celuloses a plantação indiscriminada de milhares de hectares de eucaliptos.

«Por compromissos assumidos com a CEE, está autorizada a importação de batata de consumo sem ter em conta a existente nos armazéns dos produtores. Está autorizada a importação de vinho e no nosso País estimula-se o arranque da vinha, importam-se milhares de toneladas de carne de bovino, de suíno, aves e ovos, de

maçã, pêssegos e peras, de citrinos, de tomates, de cebolas e de outros hortícolas e lácteos.

«O progresso e o desenvolvimento da Agricultura Portuguesa só é possível servindo os Agricultores Portugueses e a economia nacional. Não tem que servir interesses estrangeiros, da CEE ou outros. Por tudo isto reclamamos:

1 — Medidas concretas para garantir o escoamento do leite de todos os produtores, a preços compensatórios, sendo esta uma das principais produções da região.

2 — Preços justos para todos os produtos da Agricultura Portuguesa.

3 — Uma maior informação sobre a CEE: para onde vão os fundos de apoio, como conseguir esses apoios, e qual o nosso papel, como Agricultores, no Mercado Comum.

4 — Redução das importações agrícolas ao estritamente neces-

sário para o abastecimento do mercado nacional.

5 — Manutenção dos matadouros municipais com melhoria das condições sanitárias, concretamente a reabertura do matadouro de Bragança.

6 — Respeito integral pelo cumprimento da Lei dos Baldios.

7 — Substituição imediata das chamadas «guias de Trânsito» pelo Boletim Sanitário relativo a cada animal.

Combate eficaz ao contrabando de gado e às doenças. Pagamento pontual dos subsídios e das indemnizações a que os Agricultores têm direito.

8 — Que o papel dos Jovens Agricultores tenha uma maior importância na Agricultura a que lhes seja garantido, a todos, o seu futuro, através da atribuição de garantias concretas especiais.

O desenvolvimento da Agricultura é uma prioridade para o País.»

## Ensino e habitação em Matosinhos

Realizou-se no passado sábado, dia 28 de Fevereiro, o «Encontro Aberto» sobre a situação do ensino e a habitação em Matosinhos, promovido pela comissão concelhia de Matosinhos do PCP. O encontro, que decorreu em duas sessões, foi presidido pelo camarada José Timóteo, membro do Comité Central e da DORP, tendo nele participado igualmente o camarada António Osório, deputado do PCP à Assembleia da República e Helena Medina, membro do Comité Central e da DORP, que encerrou os trabalhos.

Da ampla discussão ali travada em torno de dois candentes problemas do concelho de Matosinhos, culminando um intenso trabalho preparatório, resultou um extenso documento/conclusões que fez levantamento, analisa e aponta propostas concretas para a resolução das questões em debate.

Nas últimas décadas, Matosinhos, conheceu um aumento populacional que significou duplicar a população em pouco mais de quarenta anos — de 63 mil habitantes em 1940 passou a 160 mil em 1986.

Sem ter havido qualquer planeamento económico, social, cultural e urbanístico, Matosinhos cresceu com grandes desequilíbrios, ao sabor de interesses particulares, vé cada dia que passa avolumam-se os problemas em particular no sector da habitação. Calcula-se hoje uma falta de cerca de 10 mil habitações, com a consequência imediata da proliferação de barracas, de ilhas, do surgimento de clandestinos, da utilização de habitações degradadas, da superlotação do parque habitacional.

A política alternativa para a resolução deste grave problema mereceu especial atenção no encontro, que avançou propostas concretas para a construção de casas de verdadeira renda económica, para a reparação das casas camarárias e do FFH, para a situação dos clandestinos.

Também no sector do ensino os problemas não são poucos em Matosinhos, reflectindo o crescimento anárquico, pouco planificado e por isso em nada correspondendo às necessidades do concelho.

Instalações degradadas, situações provisórias rapidamente transformadas em definitivas, uma situação caótica nos diversos graus de ensino, foi denunciada pela intervenção de muitos professores e pais que ali colocaram a sua maneira de ver e sentir o problema.

Internacional

Moçambique

# O flagelo da fome fomentado pela guerra

A agência moçambicana de informação, AIM, denunciou a semana passada que centenas de elementos da «Renamo» treinados na África do Sul se infiltraram a partir desse país em território moçambicano, desde o início do ano. O último grupo de terroristas, segundo a agência, transpôs a fronteira de Moçambique a 5 de Fevereiro, sendo composto por um total de 250 elementos.

Os efeitos destas incursões não tardaram a fazer-se sentir, com um incremento das acções criminosas contra a população, como

O crime é em tudo semelhante ao cometido anteriormente em Soconz, onde se encontra outra filial da mesma empresa cujas instalações foram destruídas e queimadas várias toneladas do produto destinado à exportação.

Trata-se apenas de dois exemplos da criminosa actividade da Renamo, mas que ilustram bem o carácter da organização que a África do Sul financia e treina e os EUA promovem e apoiam como

sucedeu no passado dia 12 no povoado de Mataguia, na província da Zambézia. Na ocasião, centenas de bandidos armados disfarçados de militares das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), comandados por três brancos disfarçados de sacerdotes, mataram cinquenta civis, destruíram pequenas fábricas de chá pertencentes à companhia estatal «Ecochá», dinamitaram vários camiões, destruíram equipamentos agrícolas, saquearam casas e violaram mulheres.

sendo de «combatentes da liberdade».

Dois exemplos que ilustram igualmente como os bandidos da Renamo aliam o assassínio à sabotagem económica, de modo a fomentar o que se transformou já

num flagelo para o povo moçambicano: a fome.

Os casos de morte em massa provocados pela fome começaram a agravar-se o ano passado, embora a crise económica que afecta Moçambique se tenha vindo a agudizar desde 1981. Com uma dívida externa que se aproxima dos 5 mil milhões de dólares e com todos os índices de desenvolvimento económico a baixar, acompanhando a queda das exportações e a subida da inflação, Moçambique encontra-se hoje numa situação particularmente difícil de que a comunidade internacional não pode alhear-se.

Uma situação inseparável das catástrofes naturais (secas, cheias, pragas), mas sobretudo da guerra, que causou já mais de 10 mil mortos e prejuízos avaliados em 5 mil milhões de dólares. Dois vectores que terão de ser considerados em todos os programas de auxílio a Moçambique. Porque é perfeitamente absurdo e impraticável pretender combater o flagelo da fome que ameaça repetir em Moçambique a tragédia da Etiópia, mantendo ao mesmo tempo as condições que mais têm contribuído para a sua deflagração.

É nesta medida que não pode deixar de se denunciar a demagogia norte-americana, cujo governo apoia a Renamo a fomentar a guerra ao mesmo tempo que propõe nas Nações Unidas a realização de uma Conferência internacional de doadores para coordenar a ajuda de emergência a Moçambique.

Não que tal auxílio não seja necessário, evidentemente. Segundo várias fontes, mais de 3,5 milhões de moçambicanos necessitam urgentemente de alimentação e medicamentos, estimando-se em quinhentos mil os que se encontram em situação crítica.

O que não faz sentido é que a par das 150 000 toneladas de produtos alimentares, no valor de 48 milhões de dólares, que a USAID está a canalizar para Moçambique, os EUA prestem assistência (seja directa seja indirectamente através dos seus aliados sul-africanos) à Renamo, que privilegia os ataques a alvos económicos e isola povoações impedindo que lhes seja prestado qualquer auxílio humanitário.

A contradição, no entanto, é apenas aparente. A necessidade de colher dividendos públicos pelos seus «beneméritos auxílios» não impede a persistência nas tentativas de dobrar os governos (no caso o moçambicano) à sua política. Um jogo duplo que não consegue escamotear as responsabilidades do imperialismo norte-americano na tragédia dos povos.



Semear a destruição e a morte é o principal objectivo dos bandos da Renamo armados pela África do Sul e apoiados pela administração Reagan

## Delegação do PCP recebida fraternalmente em S. Tomé e Príncipe, Angola e Congo

De 20 a 23 de Fevereiro, a convite do CC do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, (MLSTP) a delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Domingos Lopes, membro suplente do CC visitou a RD S. Tomé e Príncipe. Foi recebida pelo camarada presidente do MLSTP e da RD S. T. P., Manuel Pinto da Costa, pela camarada Alda Espírito Santo, membro do Bureau Político e Presidente da Assembleia Popular. Manteve conversações com uma delegação do MLSTP encabeçada por Flávio Costa, Secretário do CC para as Relações Exteriores.

Tendo em conta as fraternais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes foi renovado um Protocolo de Acordo existente entre o PCP e o MLSTP. Quer no encontro com o ca-

marada Presidente, quer nos outros encontros, foi dado particular relevo à necessidade de desenvolver as relações entre os dois povos e entre Portugal e a RD S. T. P.

No decurso da visita foi aprovado um comunicado conjunto.

Na RP Angola a delegação foi fraternalmente recebida por uma delegação do MPLA-PT, dirigida pelo camarada Paulo Junior, membro do Secretariado do CC.

As duas delegações constatarem que nos últimos dez anos, sucessivos Protocolos de Acordo, têm consolidado e aprofundado as relações entre os dois Partidos.

No que se refere à imperiosa necessidade de desenvolver as relações entre os dois povos e países ambas as delegações consideraram como um obstáculo a protecção e guarda em solo português ao grupo terrorista da

UNITA, cujo apoio dos racistas da África do Sul e do imperialismo norte-americano lhe permite sobreviver.

De 23 de Fevereiro a 1 de Março a delegação do PCP foi recebida na RP do Congo pelo membro do Bureau Político e Secretariado Permanente da Organização do PCT Camille Bongou e por vários outros dirigentes daquele partido, nomeadamente Pierre Moussa, Secretário do CC e Chefe do Departamento do Plano e da Economia, Ministro do Plano e da Economia e Jean François Obembe, Secretário do CC.

Foi renovado e aprofundado o Protocolo de Acordo existente entre os dois partidos.

Esta viagem confirmou e contribuiu para reforçar as relações de amizade, solidariedade e cooperação entre o PCP e o MLSTP, MPLA-PT e o PCT.

### Comunistas chilenos apelam à unidade democrática

O Partido Comunista do Chile exortou recentemente todos os partidos da oposição a conjugarem as suas acções na luta pelo retorno à democracia, opondo-se contra as tentativas de Pinochet de se manter indefinidamente no poder através das chamadas «leis políticas».

Segundo a declaração divulgada pelo PCC, as leis aprovadas pela ditadura nada têm a ver com os princípios democráticos, destinando-se apenas a criar uma «base jurídica» para legitimar o regime, criando ao mesmo tempo as condições institucionais para a permanência de Pinochet no poder. A referida legislação, sublinha o PCC, visa também manter a proibição da actividade não apenas dos comunistas mas de todos os partidos do movimento democrático-popular, ao mesmo tempo que controla os partidos legalizados.

Acentua-se entretanto no Chile a convicção de que a próxima visita do Papa João Paulo II ao país, de 1 a 6 de Abril, será aproveitada pela ditadura para fazer crer à opinião pública internacional que no Chile tudo está normal ou em vias de se normalizar.

Numa carta dirigida ao presidente da Conferência Episcopal, um grupo de ex-parlamentares da Esquerda Cristã critica a hierarquia católica chilena pela sua posição face ao regime, com o qual «tenta evitar toda a dissonância», reagindo «com entusiasmo excessivo a qualquer passo ou concessão do governo por mais aparentes ou enganosas que sejam». Alertando para a necessidade de não acalentar ilusões sobre as intenções da ditadura, o grupo faz notar que o «regime sabe actuar com brutalidade mas também com subtilidade. Não deixará nada por fazer para situar o Papa e as suas palavras no lugar que lhe convenha. Fê-lo-á sem escrúpulos, amplificando e obscurecendo com essa insana perícia que demonstrou para mentir e amañhar a realidade a seu modo».

### Lei da amnistia contestada no Uruguai

As forças democráticas do Uruguai iniciaram a semana passada uma vasta campanha de recolha de assinaturas para exigir a realização de um referendo nacional que revogue a lei da amnistia aos culpados de violações dos direitos do homem no período da ditadura militar.

A lei da amnistia, aprovada em finais do ano passado pelo Parlamento, garante praticamente impunidade total aos militares e membros das forças policiais que durante o regime militar praticaram detenções ilegais, sequestros, torturas e assassinatos de opositores da ditadura.

Para conseguir a revogação da lei através de um referendo nacional a oposição necessita, no mínimo, de recolher 550 mil assinaturas de eleitores.

### SWAPO intensifica luta na Namíbia

Segundo um comunicado de imprensa distribuído há dias pela Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), os combatentes do Exército de Libertação da Namíbia (PLAN) aniquilaram no passado mês de Janeiro 40 soldados sul-africanos e feriram 138, durante operações militares levadas a cabo no território ilegalmente ocupado pela África do Sul.

A SWAPO garante ainda que as suas tropas abateram dois helicópteros, destruíram 30 viaturas militares sul-africanas e um depósito de combustíveis, entre outras coisas. Por parte das forças patrióticas namibianas há entretanto a lamentar a morte de 14 combatentes.

### Director da UNESCO denuncia desinformação do ocidente

O director-geral da UNESCO, Amadou M'Bow, criticou em entrevista à agência noticiosa indiana «UNI» as tentativas de algumas potências ocidentais de pressionar a organização que dirige a alterar as suas posições sobre os principais problemas internacionais, através de campanhas de desinformação.

Salientando que a UNESCO procura contribuir para o estabelecimento de relações económicas internacionais assentes na justiça e para a realização de um diálogo económico-comercial construtivo, em pé de igualdade, entre as potências industrializadas e os países em vias de desenvolvimento, M'Bow garantiu que a UNESCO prosseguirá firmemente os princípios que presidiram à sua criação.

### Índios nicaraguenses apoiam governo

Em conferência de imprensa realizada na semana passada, representantes da Comissão Índia pela paz e pela auto-defesa do litoral Atlântico da Nicarágua manifestaram o total apoio do povo índio ao regime sandinista. Na ocasião foi também anunciada a iniciativa de criar brigadas de auto-defesa para proteger as aldeias índias dos ataques dos «contras». Por outro lado, estão já a funcionar em todas as comunidades comissões locais de assistência ao programa governamental de concessão de autonomia às regiões povoadas pelos índios, acompanhadas de campanhas de sensibilização sobre as decisões do governo sandinista sobre a questão.

Internacional

# A Europa sem mísseis de médio alcance

## Um objectivo possível

• **Proposta avançada por Gorbatchov**

«Limpar, em curto prazo, a nossa "casa europeia" comum de uma parte considerável da carga nuclear», é a nova proposta soviética apresentada pelo camarada Gorbatchov no passado dia 28 de Fevereiro.

Um passo mais no sentido de romper a todo o custo um caminho para o desarmamento, como componente essencial da paz. O que sempre foi traço dominante da política externa soviética. E hoje adquiriu particular acutilância. Porque a alternativa tão-pouco existe e a necessidade de pôr cobro à corrida nuclear assumiu uma urgência ímpar. E a consciência desta necessidade imprimiu dinâmica igualmente ímpar à política externa soviética.

Concretamente, a União Soviética «propõe destacar o problema dos mísseis de médio alcance na Europa do conjunto de questões e concluir um acordo à parte sobre esta questão. Propõe fazê-lo imediatamente. Para este passo, existe não meramente uma base, mas praticamente um entendimento já pronto. Em Reykjavik tinha sido acordado que a URSS e os EUA, no decurso dos próximos cinco anos, liquidariam todos os seus mísseis de médio alcance na Europa. No mesmo prazo, o número de mísseis soviéticos desta classe na parte asiática do nosso território seria reduzido a cem ogivas, com a condição de que os EUA poderiam manter no seu território nacional o mesmo

número de ogivas de mísseis de médio alcance.

«Assim que for assinado um acordo sobre a liquidação dos mísseis soviéticos e norte-americanos de médio alcance na Europa, a URSS retirará da RDA e da RS da Checoslováquia, em comum acordo com os governos destes países, os mísseis táctico-operativos de elevado alcance, que foram instalados naqueles países como contramedida à colocação dos «Pershing-2» e mísseis de cruzeiro na Europa Ocidental. No que diz respeito a outros mísseis táctico-operativos, estamos dispostos a iniciar imediatamente as negociações para a sua redução e liquidação total».

A nova proposta soviética está

neste momento em debate em Genebra, nas conversações entre a União Soviética e a URSS sobre controlo de armamentos. Com que resultados práticos — ainda será cedo para o dizer.

### Que resposta?

De concreto — algumas reacções positivas por parte de governos de países da NATO, reflectindo em grande medida o peso do movimento de massas pela liquidação do paiol atómico hoje instalado no centro da Europa.

De concreto, ainda — as normais hesitações e ambiguidades por parte dos Estados Unidos. Na Casa Branca «gagueja-se», é o termo. Porque de facto se não quer avançar no caminho do desarmamento. Mas simultaneamente se escorrega no terreno. Perdida toda a iniciativa, também no campo propagandístico. E até qualquer base de credibilidade. Que argumentos opôr à enorme vontade comum de paz de todos os povos? As estafadas razões «técnicas»? Ou, como agora uma vez mais se avança — as «vantagens» da União Soviética no armamento convencional? Salientando

que também no domínio do armamento convencional os países do Tratado de Varsóvia fizeram importantes propostas no sentido da redução de armamentos (na reunião de Budapeste, realizada no passado mês de Junho).

A verdade é que a opinião da Casa Branca e do Pentágono, é a expressa por Kissinger no «Newsweek», onde afirma que o total desmantelamento dos mísseis norte-americanos instalados na Europa Ocidental privaria os Estados Unidos da possibilidade de vibrar um golpe nuclear a partir da Europa...

Mas como avançar tal «argumento»? Uma dificuldade que vai crescendo ainda com cada nova proposta soviética. Em que sempre se tenta torner as dificuldades para que os avanços sejam possíveis, e simultaneamente se mantém o rigor dos planos detalhados na declaração de 15 de Janeiro, pela total liquidação das armas nucleares até ao ano dois mil. Caminho em que seguramente se avançou em Reykjavik. Um símbolo das possibilidades reais de desarmamento que o imperialismo bem desejaria pura e simplesmente varrer das memórias.

### É possível!

É possível — esse um traço que vem a caracterizar as detalhadas propostas soviéticas pelo desarmamento. Com prazos, e na base das realidades concretas — fica claro aos olhos de todos que se pode avançar firmemente, respeitando paridades e controlos. Tanto mais que a cada objecção, a URSS avança novas fórmulas, cada vez mais irrecusáveis.

No caso concreto, há mais que isso. O acordo pelo fim dos mísseis de médio alcance na Europa foi facto também aceite por Reagan em Reykjavik. Vale a pena lembrar a descrição feita então por Gorbatchov na televisão soviética. «Aceitámos a fórmula: zero mísseis na Europa e cem ogivas de cada parte colocadas nos nossos mísseis de médio alcance existentes no Leste do país e, respectivamente, nos engenhos americanos estacionados no território dos Estados Unidos. O principal é que se conseguiu acordar a libertação do continente europeu dos mísseis nucleares».

Isto foi acordado em Outubro de 86. Menos de cinco meses volvidos, que argumentos poderão ser invocados contra?

## CONGRESSO DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

# O reforço do papel dos trabalhadores

O 18.º Congresso dos sindicatos soviéticos encerrou os seus trabalhos em Moscovo. Um Congresso que assume particular importância pois está em causa o acentuar da participação dos trabalhadores na vida da empresa, um mais activo empenhamento nas realizações de carácter social, ligando a cada aumento de produtividade a melhoria da vida de todos, a inserção de todos os trabalhadores nos processos de transformação em curso, como elemento e objectivo essencial desse processo.

Participaram nos trabalhos 5 mil delegados, em representação dos 140 milhões de membros dos sindicatos, a maior organização de massas da União Soviética. Presentes, delegações de mais de 134 países, em representação de 188 centrais sindicais nacionais e 10 uniões sindicais internacionais e regionais.

Dos delegados ao Congresso, 90 por cento eram-no pela primeira vez. Mais de metade, operários e camponeses. Mais de 2000, mulheres, número superior ao de todos os congressos anteriores. O número de jovens presentes era

superior em 50 por cento ao do último *forum* dos sindicatos.

O Congresso foi precedido por campanhas de eleição e prestação de contas em todas as organizações sindicais. 24 milhões de pessoas, mais 5 milhões que nos anteriores congressos, intervieram nas conferências e congressos sindicais realizados nas repúblicas federadas.

Números significativos de uma ampla participação.

Em breve síntese do balanço dos trabalhos, destaca-se a alteração aos estatutos e a resolução final. De par com o apelo aos tra-

balhadores e organizações sindicais de todo o mundo para unir esforços na luta pela paz.

Os novos estatutos reforçam o papel dos comités sindicais, quer no que respeita à administração da empresa, quer em relações aos órgãos sindicais superiores.

Na resolução final, o Congresso exprime o apoio dos trabalhadores à política de reestruturação e considera o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento da iniciativa e da actividade dos seus membros, da maior capacidade crítica, e dos princípios da gestão colectiva — como a principal e a mais importante orientação na reorganização dos sindicatos. Atribui-se ainda significado prioritário à implementação da política social, elaborada pelo 27.º Congresso do PCUS.

Na sua intervenção nos trabalhos do Congresso, o camarada Gorbatchov destacou o papel dos sindicatos na reestruturação e salientou a necessidade de os converter «numa espécie de contrapeso à tendência tecnocrática



A intervenção dos trabalhadores nas muitas reuniões preparatórias

da economia, reforçando a orientação social das deliberações económicas».

Uma delegação da CGTP-IN esteve presente em Moscovo, incluindo Carvalho da Silva, Coordenador, Ruben Rolo da Comissão Executiva e Fernando Maurício, das Relações Internacionais.

Em declarações em Moscovo,

Carvalho da Silva sublinhou que o processo em curso na União Soviética mostra que ao contrário do que acontece nos países capitalistas, onde existem conflitos sociais insolúveis, a sociedade socialista é uma sociedade que se desenvolve constantemente em prol dos trabalhadores, uma sociedade de verdadeira justiça social.

«No nordeste transmontano, em Fiães, concelho de Montalegre, nascia a 2 de Março de 1902 Bento Gonçalves, figura dominante do movimento operário português, que, no meio de dificuldades e sacrifícios, com uma tenacidade e devotamento exemplares, forjou o Partido do proletariado revolucionário, a sua vanguarda de luta.

No momento em que a ditadura fascista criava os fundamentos do seu poder de classe, Bento Gonçalves, o operário arsenalista, filho de pequenos camponeses transmontanos, lançava-se corajosamente à tarefa de armar a classe operária com um estado-maior revolucionário, procedendo à reorganização do Partido Comunista Português.

Esse Partido do proletariado, que em Abril de 1929 contava apenas 30 membros, tornou-se, sob a direcção de Bento Gonçalves, num verdadeiro partido marxista-leninista, que conduziu, pouco tempo depois, as primeiras grandes lutas da classe operária por Pão e Trabalho, as duas consignas de acção que mobilizaram os trabalhadores portugueses.»

«Há 66 anos nasceu Bento Gonçalves — «Avante!», VI série, n.º 389, Março de 1968 (...)

**Avante!**  
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Apesar de toda a acção reaccionária do Vaticano e das esferas dirigentes da Igreja Católica em quase todo o mundo, nós, comunistas estendendo lealmente a mão aos trabalhadores católicos — como todos os trabalhadores, vítimas da exploração e opressão fascistas — e a todos os católicos democratas, sacerdotes ou praticantes, a quem a sua fé religiosa se harmoniza com o seu amor ao seu Povo e ao seu País. A todos fazemos um apelo para que participem a nosso lado nas lutas pelo pão, pela liberdade, pela democracia, pela independência. O que nos separa nada é comparado com o que nos une: o desejo de bem estar do povo trabalhador, o desejo de liberdade e de fraternidade humana.»

«Nós, os católicos e o Vaticano» — «Avante!», VI série, n.º 85, Março de 1946)

**AVANTE!**

«Referindo-se às comemorações do 10.º aniversário da Conferência Pan-Africana das Mulheres, realizada em Dar-Es-Salam, o Boletim da OMA (Organização da Mulher de Angola) diz que, na realização do Seminário, «especial menção deve ser feita à presença de uma delegada portuguesa, que ali participou como representante das Mulheres Democráticas Portuguesas. A sua presença foi, não só uma expressão da plena solidariedade para com os Movimentos de Libertação das colónias portuguesas e o incondicional apoio à sua luta, mas reflecte igualmente uma grande compreensão por parte das nossas amigas da Conferência Pan-Africana das Mulheres para com o povo Português, que está combatendo para se libertar do jugo fascista».

«No Boletim da O.M.A.» — «Avante!», VI série, n.º 451, Março de 1973)

**Avante!**

«Em Coimbra, durante o movimento de Lisboa, deu-se uma greve entre os operários do «Diário de Coimbra» que teve como objectivo o aumento de salários. Este jornal teve um dia que saíu só com uma página e já muito atrasado. Os quartéis estiveram de prevenção alguns dias e para que o dito jornal saísse só com uma página foi preciso meter alguns polícias como tipógrafos.»

«Greve» — «Avante!», VI série, n.º 28, primeira quinzena de Março de 1943)

# 8 de Março

## Dia Internacional da Mulher

### Centros Comerciais:

# DOSSIER onde tudo é caro excepto o trabalho

■ **Carlos Almeida  
e Ivone  
Dias Lourenço**

**N**o dia 8 de Março de 1857 as operárias da indústria têxtil saem às ruas de Nova Iorque. Reivindicam um salário igual para um trabalho igual ao dos homens. Exigem a redução do horário de trabalho de 16 para 10 horas. Unindo as mulheres na exploração desenfreada a

que eram sujeitas nas nascentes e prósperas fábricas do século XIX, o capitalismo uniu-as, igualmente, na consciência da sua dupla condição de mulher e trabalhadora.

Da consciência à luta vai um passo que gradualmente as mulheres venceram. E aí estavam elas naquele dia exigindo igualdade, mas também outras condições de trabalho, repudiando a exploração que as oprimia.

Comemoram-se no próximo sábado cento e trinta anos sobre aquela data, setenta e sete desde que em Copenhague, Clara Zetkin propôs à Conferência das Mulheres Socialistas que decorria naquela cidade com a presença de delegadas de 36 países, que o dia 8 de Março passasse de então em diante, a ser designado como o Dia Internacional da Mulher.

Nestes cento e trinta anos que medeiam entre 1857 e 1987, muitas vezes as mulheres saíram à rua, afirmaram os seus direitos e de cada vez conquistaram um espaço mais da sua liberdade, no caminho da libertação da humanidade de todas as formas de exploração.

Para além deste traço que une quase século e meio, muita coisa mudou. Vive-se um tempo de desenvolvimento sem precedentes

das forças produtivas. Da indústria, o trabalho feminino estende-se a todos os sectores da economia. Cento e trinta anos passados é enorme o caminho percorrido no sentido da libertação. E contudo tanto ainda que há para andar. Arrasta-se o capitalismo com a sua crise, travestida de desenvolvimento, e com ele homens e mulheres são empurrados para formas de trabalho, hoje como ontem, aviltantes. Grandes máquinas de propaganda difundem todos os dias estereótipos de comportamento feminino, ao gosto das exigências do momento.

O grande Centro Comercial celebrado como sinónimo de progresso é, um pouco o símbolo deste tempo.

Mas também aí, ou principalmente aí, em todos os ritos do cerimonial consumista, por detrás do sorriso da empregada de balcão da loja onde se entra e pergunta o preço de coisas que sabe-se não se poder comprar, esconde-se um quotidiano de intensa exploração.

Foram essas vidas que procurámos conhecer melhor. «Rapariga do shopping» há quem lhes chame. Por nós, depois do que vimos e ouvimos, dos silêncios implorados, das caras escondidas, diremos que é tão dramática a vida das mulheres (na sua esmagadora maioria) que trabalham em Centros Comerciais, grandes e pequenos, como ofuscante é a luz e as cores que deles emana. Um outro mundo que o olhar apressado pelas montras não deixa perceber. Venha connosco conhecer dele um pouco mais, fragmentos do muito que, por certo, aí se oculta.

# Ser Mulher e Trabalhadora aos 19 e aos 40 anos

8 de Março  
**DOSSIER**

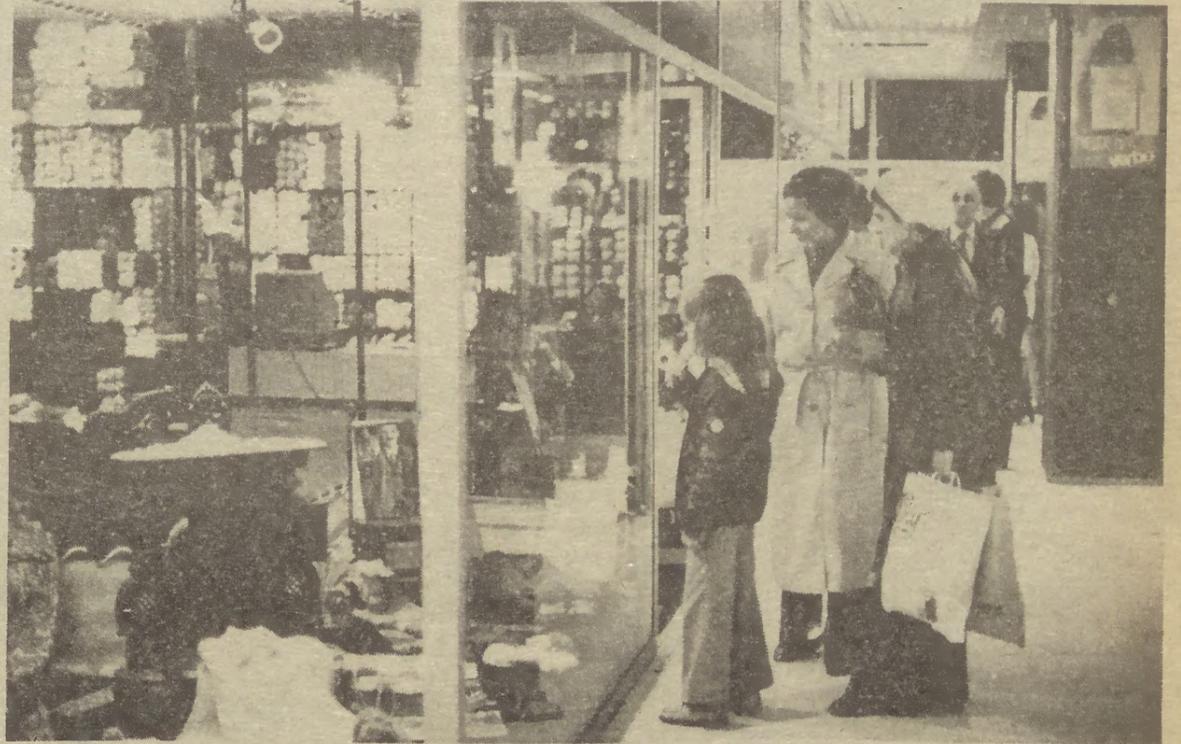
**T**emos na nossa frente duas mulheres. Uma tem 19 anos, a outra 40. Estamos em Almada, na sede local da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços. O tema da nossa conversa são os centros comerciais. A mais jovem chama-se Ana Cristina Marques Cardoso e trabalhou um dia («enquanto fui burra») no centro comercial Arco-Íris em Lisboa. A outra mulher que temos na nossa frente não tem nome, para os jornais pelo menos não pode ter. Trabalhou num centro comercial de média dimensão na margem sul. Neste momento está suspensa do seu posto de trabalho e o respectivo processo corre nos tribunais. Por essa razão, pede-nos que não divulguemos o seu nome e fotografia. De comum têm estas mulheres o terem trabalhado em centros comerciais, mas soubemos depois, têm muito mais. Para ambas a regra tem sido o trabalho precário, sem contrato, ou com contrato a prazo. Para além disso, ambas se unem em batalhas ignoradas, mas duramente sentidas pela independência e a liberdade em preconceitos vencidos, vidas assumidas. Começamos a conversa pelos centros comerciais. Acabamos na esperança e na coragem.

«Tinha dezasseis anos e deixei de estudar porque a minha mãe divorciou-se as coisas lá em casa estavam difíceis para sustenarmos-nos às duas e mais à minha irmã mais nova. Através de uma amiga, fui ao centro comercial Arco-Íris ali no Campo Pequeno oferecer-me para uma loja de roupa, mas daquela cara. Eu nessa altura era muito ingénua, não sabia destas coisas, precisava de trabalhar. A patroa disse-me que ia fazer turnos de quatro horas e ganhar 150 escudos. Estava eu convencida que era por hora, mas depois desenganei-me. Disse-me que era das 17, às 21 horas, mas como o centro fe-

7 anos, de nome Carina, cara bonita e envergonhada, caracóis vivos e louros. «Recebia 24 contos por 10 horas de trabalho. Não pagavam horas extraordinárias, houve um mês que fiz 48 e eles só me pagaram 37. O horário era das 10 da manhã às 13.30 e das 14.30 às 22. Não havia contrato nenhum.» Soubemos que tinha sido suspensa. Quisemos saber mais. «Exactamente, fui suspensa porque um dia, em um ano e tal de trabalho, cheguei cinco minutos atrasada. E isto quando a hora do almoço era sempre para o patrão. Ele quis-me mandar para uma loja que ele tem em Oeiras, mas eu não permiti. Entretanto, como o contrato de minha colega dessa loja em Oeiras o permitia, ele mandou-a para o sítio onde eu estava». Sobre o salário disse-nos que «o de Dezembro recebi-o agora a meio de Janeiro e também assim foi com o subsídio de Natal.»

## Sempre continuei de cabeça erguida

Esta mulher de olhar sereno é divorciada e tem seis filhos. Um já se «arrumou». «Além do ordenado tenho mais



Centros comerciais, passear, ver, perguntar o preço. Tudo é mais caro. E para lá da montra?

10 contos de mensalidade do meu ex-marido e foi só com eles que me arranxei este mês que passou.» Viveu em África muito tempo, «desde os sete anos. Estou separada desde, ora deixe ver, desde 1976 e divorciada mesmo desde 1981». E a partir daqui vai-se desfiando o novelo de uma história viva. Lentamente vamos penetrando na intimidade desta mulher. A todas as perguntas responde afavelmente. Como chegou às decisões (difíceis) que ao longo da sua vida já tomou, diz ela que «naturalmente», «então, olhe, consegue-se, assume-se, quando se chega à conclusão que não há alternativa, tem que se ir para a frente e pronto.»

«Não, nunca tinha trabalhado. Depois de me separar comecei a procurar emprego. Naquela altura tinha o apoio do IARN e fui-me aguentando. De Se-

tembro de 1977 a Janeiro de 1980 trabalhei numa fábrica de perfumes, Parfum Richard, o meu pai trabalhava lá e arranjou-me. Não, não havia contrato. Entrei a ganhar 4 contos e quinhentos e quando o sindicato lá foi um dia passei a ganhar 5 e tal... Aquilo acabou por falir e ainda me ficaram lá com 60 contos. Estive então desempregada até Junho de 1985 e foi então que arranxei este emprego. Entretanto, o IARN cortou-me a alimentação e eu aí passei a viver do que o meu pai me dava.»

Como se sustentam assim seis filhos? «Comemos à base de soja, é muito alimentício sabe, de vez em quando um peixe e lá de longe em longe carne. Reconheço que não dou aos meus filhos aquilo que eles precisavam, comem pouca fruta, poucos legumes, mas graças a Deus são saudáveis. Só assim é que me consigo aguentar.»

Dela própria diz-nos que «o meu grande sonho foi sempre ter a minha casa e com muito esforço consegui realizar esse sonho. Uma casa do Fundo do Fomento que foi dada pelas assistentes sociais, pago 2 contos e seiscentos.»

Enche o peito de ar. Faz uma pausa. A Carina segreda-lhe ao ouvido qualquer coisa. «Sabe, o que me vale é que sou muito optimista, sempre tive muita fé e fui vencendo as dificuldades. Depois do divórcio, a sensação que eu tive foi de liberdade, os meus filhos aceitaram bem, eles viam ele bater-me às vezes. Estivemos dez anos casados. Estávamos mais tempo bem que mal, mas eu cheguei a uma altura e cansei-me, ele andava sempre com dívidas e eu cansei-me dessas coisas. Sempre continuei de cabeça erguida.»

também tenho algumas coisas para contar não sei se interessa». Claro que interessa. O que se segue é o relato de dois anos de empregos precários sucessivos. Afinal a vida de tantos e tantos jovens por esse país fora. Atente, amigo leitor, nas palavras da Ana Cristina e compare com as promessas de emprego para os jovens dos ministros de Cavaco Silva e com a campanha da direita sobre as leis do trabalho.

«Depois daquela experiência no Arco-Íris, tinha eu dezassete anos fui trabalhar para a Pastelaria Benard ali na Rua Garrett. Tive uma entrevista e depois de um mês de lá estar assinei contrato, só que aquilo foi um bocado à pressa, além disso eu tinha medo da patroa, era bastante autoritária e, para dizer a verdade, nem sequer li o que assinei. Quando lhe perguntei de quanto é que era o contrato respondeu-me que de três meses. Fazia de balconista, cozia «croissants», «pizzas» e quando era preciso limpava o chão todo. O horário era das 8 ao meio-dia (quase sempre saía às 13) e depois das 16 às 20, quando a outra moça faltava fazia eu tudo de seguida sem receber mais do que isso. O ordenado era de 10 contos, eles diziam que descontavam dois contos para a caixa, mas eu nunca vi recibo nem cartão nenhum.»

«Quando chegou ao fim dos três meses, eu estava farta daquilo, a patroa era muito autoritária fui dizer que me queria ir embora e a patroa respondeu que não podia porque o contrato afinal era de seis meses. Recebi o ordenado, sem subsídio de férias nem de Natal e fiquei outra vez desempregada.»

Esboçamos uma pergunta mas a Ana Cristina insiste, «mas espera era aí que ainda não acabei. Depois disto, por um anúncio de jornal fui trabalhar para uma gelataria ali para os lados da Estrela, já nem me lembro bem do nome. Fui à entrevista com a minha mãe e acabei por ficar quinze dias e combinou-se que



Ana Cristina Marques Cardoso, 19 anos

chava só às 23, fiquei lá até essa hora.» Quando cheguei ao fim do dia, disseram-me que nas seis horas tinha ganho os tais 150 escudos. Nunca mais lá apareci. Fui burra só até ali.»

É a Ana Cristina que nos fala. Da sua experiência de trabalho em centros comerciais tem para contar um mês em que, como diz, foi vigarizada à grande. Se alguma coisa desaparecesse a culpa era dos trabalhadores». Contrato de trabalho foi coisa que nem lhe passou pela cabeça, a ela e, pelos vistos, muito menos aos patrões. «Era tudo na base da conversa.»

A outra entrevistada é, como disse-mos, uma mulher de 40 anos. A seu lado uma sua filha, a mais nova de seis,



Mulher, 40 anos: «os meus filhos ajudam-me muito. O que me custa mais com este trabalho é que nunca os vejo acordados»

## Mulher e jovem

Calada, a Ana Cristina deixa correr a conversa. Até que, também ela, diz «eu

# Amoreiras: Falas sem caras porque o medo é rei

depois ficaria a ganhar 18 contos por mês. Fiz de tudo ali, estava ao balcão, fazia a limpeza toda, ia levar os bolos a uma pastelaria do mesmo dono ali ao pé. Passaram-se os quinze dias e nada. No fim do mês o patrão veio-me dizer que não estava a fazer o serviço como devia ser e que me despedia, que se precisassem de alguma coisa me chamavam. Deu-me 15 contos e pronto. Desde aí nunca mais consegui nada no jornal».

Entretanto, diz-nos por sua iniciativa, já não está em casa, «agora estou junta». Tentámos saber mais, a resposta vem rápida e sem qualquer hesitação. «Oh pá, começámos a namorar, depois sabes, esta coisa de passar noites fora de casa é sempre chato; daí que, como os pais dele ajudavam decidimos ir viver lá para casa.» O que faz o namorado? «trabalhava nas obras, mas como acabou a obra mandaram-no embora, neste momento está à espera de ir para a tropa».

Estava a conversa a acabar. Para além do relato vivo de duas mulheres sobre a sua experiência, afinal semelhante à de tantas outras mulheres por esse país fora, ficou-nos a serenidade, a esperança, a confiança com que uma e outra encerram o futuro. Dizia a Ana Cristina, «o tempo de ser burra e aceitar tudo já acabou. Aquela mulher de que, para sua segurança, guardaremos o nome como ordena. Ainda bem que vocês os mais novos pensam assim.» ■

**E**u falo mas por favor não ponha o meu nome, se soubessem despediam-me logo. Isso, diga lá no seu jornal o que é isto, mas não fale no nome da loja nem em mim, por amor de Deus. É verdade, aqui as mulheres são muito exploradas, mas se é jornalista não fale no meu nome. Com quem falávamos, sempre

vinha o medo, a precaridade do posto de trabalho levada ao extremo. Não, não falamos de nenhuma fábrica e nem sequer é no Minho ou em Trás-os-Montes. O que a seguir vamos contar é o resultado de conversas com jovens mulheres que trabalham em Lisboa, no centro comercial das Amoreiras, o tal que, dizem, é o maior e melhor do mundo.

E porquê o Amoreiras? Para a família que ao fim-de-semana vai passear ao centro comercial Amoreiras e que ao fim da tarde, à falta de melhor divertimento, percorre com ar distraído aqueles corredores amplos, para os jovens que encontram os amigos no Amoreiras e ali estão todo o dia vendo as montras, ouvindo discos, bebendo um copo, para os excursionistas que de passagem por Lisboa vão às Amoreiras e que no intervalo da visita fazem um piquenique nos bancos junto às escadas rolantes, ou simplesmente para os que vão ao cinema e percorrem ao acaso as montras a fazer horas para o filme começar, pode parecer mentira o que a seguir se vai contar mas não é. Porque o medo é uma coisa, mas a sinceridade, a vontade de — às escondidas embora — gritar que está mal e que é necessário que se faça justiça, isso é coisa bem diferente.

«Não fale em nós por favor, senão vamos para a rua, mas eu digo-lhe o que sei, que ao menos desabafo». Tínhamos entrado numa loja de pronto-vestir, preços medianos. A mulher com que falamos e de meia idade. Olha em volta a cada palavra que pronuncia. «Temos contratos de seis meses e quinze dias de férias. Dizem-nos que descontamos para a Previdência mas nunca vimos recibo nenhum. Antes de para aqui virmos temos entrevistas,

olham-nos de alto a baixo, temos sobretudo que ter boa apresentação. Não podemos estar sentadas, nem podemos fumar. A loja, como o centro, bem vê, está sempre aberta, domingos e feriados». Nem no Natal? «No dia de Natal estive cá eu. Mas olhe que lhe digo que, ainda assim há aí gente em muito piores condições, jovens principalmente que trabalham às vezes sem contrato».

É com uma jovem que agora falámos. Tem dezassete anos. «Não ponhas o meu nome. Eu trabalhei lá seis meses e agora arranjei lá outra coisa, por isso não me convém que apareça o meu nome». E que experiência guardas desses seis meses? «Muito para contar. Talvez seja melhor não pôr o nome das lojas, porque, sabes, conheço aquela malta toda e às vezes podia ser complicado para mim e para eles».

«Trabalhei numa loja de pronto-vestir durante os meses de Verão. Há lá muita gente nas minhas condições, malta nova a trabalhar lá no Verão ou a arranjar dinheiro para ir estudando à noite. Ganhava 16 contos e quatrocentos e fazia um turno de quatro horas à

noite. Fazia o que toda a gente fazia, recebia mercadoria, mexia com o dinheiro e não tinha subsídio de falhas a que por isso tinha direito. Às tantas, o gerente saiu e, disse o patrão, "você podem bem fazer o serviço". Isto quer dizer que eu e as minhas colegas fazíamos o trabalho todo, mas todo, e éramos todas contratadas a prazo».

Porque a empresa de que nos fala a nossa entrevistada era uma loja conhecida, perguntámos: Nas outras lojas que essa empresa tem em Lisboa o sistema é o mesmo? «Não, em outras lojas eles têm gente permanente a receber bem e qualificada, ali éramos todas muito novas, sem perceber muito daquilo e a receber muito mal. Porque saí? Olha porque a minha mãe quis que eu saísse. Aquilo era uma exploração infernal e umas condições de trabalho a baixo de cão. Dizem-nos que o ar condicionado está sempre avariado, e sai de lá com problemas na vista por causa de trabalhar horas seguidas debaixo de luzes intensas. Dores de cabeça isso toda a gente tem, toda a gente pede comprimidos ao amigo ou ao vizinho. Imagina o que é aquilo, com luzes fortíssimas e sem ar condicionado».

## Trabalho infantil nas Amoreiras

Mas, como outras pessoas com quem falámos, diz-nos, «Até nem estava mal, porque havia malta a trabalhar em condições miseráveis». A todas ouvimos o mesmo. Então quem são os que estão em pior situação? «Oh pá, sem dúvida a malta das comidas. Há uma que funciona só com tarefeiros, contactados pelo telefone para irem fazer um dia, umas horas, conforme os patrões querem. Ganham 120\$00 por hora, e malta desde os catorze, quinze anos, a maior parte deles a arranjar dinheiro para estudarem. Vão lá, deixam o nome e o telefone e ficam à espera. Se alguém lá vai e começa a fazer perguntas, dizem que são sobrinhos do patrão. Isto eu sei que se passa numa casa de comidas, pelo menos. Noutra trabalham-se 10 horas seguidas pelo salário mínimo nacional».

Voltamos ao pronto-vestir. A nossa entrevistada diz-nos conhecer «bastante de como se trabalha nessas lojas. Uma amiga minha trabalhou no... (conhecida marca internacional) na loja das Amoreiras e eles obrigavam-na a estar sempre pintada — senão estivesse no dia em que o gerente lá fosse pagava quinhentos escudos e o responsável da loja naquele momento pagava mil — era obrigada a vestir roupa da loja que tinha, ela própria, que comprar, não podia fumar, comer ou estar sentada e nunca podia fechar a porta, mesmo que estivesse sozinha e precisasse de ir à casa de banho».

segurança controla o tempo em que as lojas, por qualquer razão estão fechadas? E fornecem aos respectivos patrões essa informação».

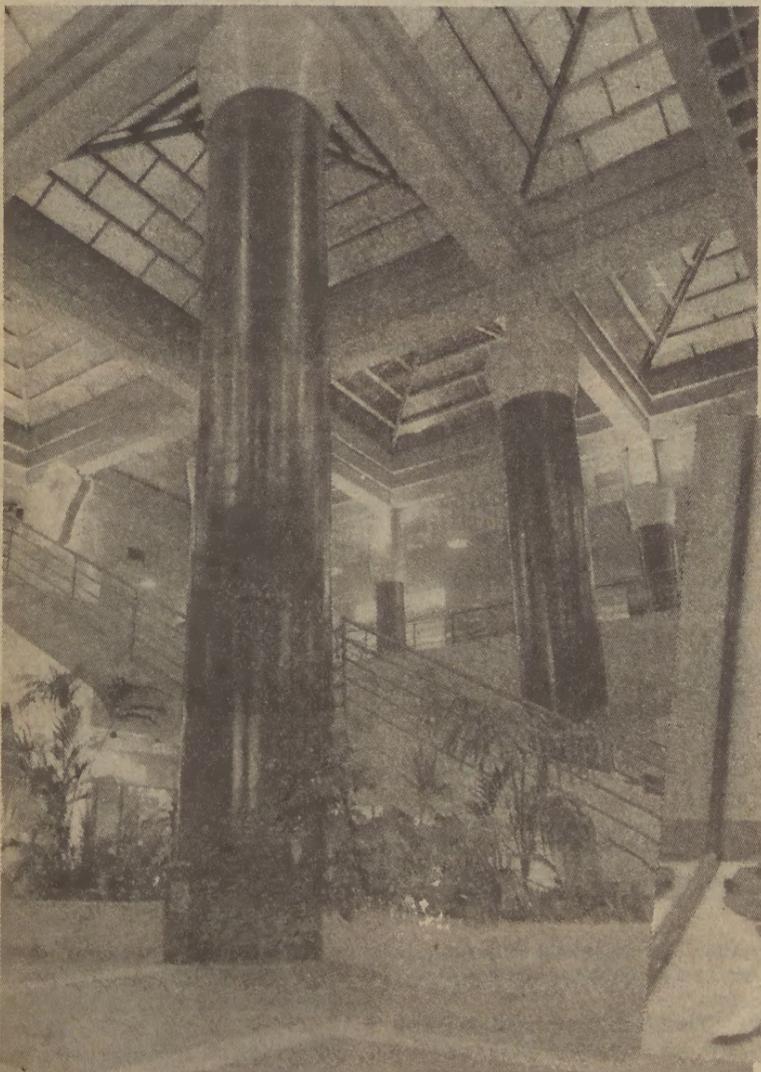
A mulher com quem agora falamos não é jovem. Rondará os cinquenta anos. Trabalhou algum tempo numa loja de antiguidades também nas Amoreiras. Fazia 7 horas diárias, ganhava o salário mínimo que em média chegava sempre quinze dias atrasado. «Olhe eu não dou muito por aquilo. Há muitas lojas a fechar, é verdade que outras vão abrindo, mas para as pequenas e médias lojas é muito difícil. As pessoas vão lá muito mas não compram. Quem vende muito são as lojas com grande nome, com clientela certa, ali é tudo muito caro e as pessoas passam, olham, mas não têm dinheiro».

## Faz de conta que estou a atender-vos

A nossa entrevistada afirma: «Conheço gente, principalmente jovens que trabalham ali 12 horas seguidas, não têm hora de almoço, não tem férias e recebem o salário mínimo, não respeitam feriados nem nada. Era preciso que as pessoas conhecessem mesmo o que se passa ali dentro».

Entramos na loja das Amoreiras de uma grande casa de pronto-vestir de Lisboa. Perguntámos o preço de um fato de treino. «trinta e três contos, sabe, é importado». Tentamos meter conversa. «Vamos aqui para o balcão, faz de conta que os estou a atender». Esta grande loja é a única que não paga aluguer (que são a preços exorbitantes), já que, por uma questão de prestígio para o centro foi especialmente convidada. A empregada terá os seus vinte e tal anos. Responde com ar profissional, como se lhe perguntássemos o preço de uma camisola. «Sim trabalhamos a prazo, só nos aceitamos assim. Não, que eu saiba nas outras lojas da casa não há assim tanta gente a prazo».

Diria quem a visse que seria o protótipo da «rapariguinha do shopping». Para nós era apenas uma mulher investida num papel, conformada com uma situação que não apoia mas para a qual não encontra alternativa. Na celebrada catedral abecassiana do consumo, assim trabalham as mulheres. Não se iluda o visitante, as mulheres dos escaparates publicitários não existem. Por detrás de um sorriso da balconista é a precariedade do trabalho que ali está na sua frente, experiências sufocadas mas que se recusa contar. Nas Amoreiras é o medo que domina. ■



Amoreiras: nestes corredores o trabalho precário prolifera impunemente

## Os seguranças vigiam-nos

Pausa para acender um cigarro e continua. «E isto até aconteceu uma vez comigo, sabes que a empresa de

8 de Março  
**DOSSIER**

# Primeiro Encontro da OLL sobre o sector automóvel

## Viabilizar as empresas

## defender os postos de trabalho reforçar o PCP

**A** Organização Local de Lisboa realiza depois de amanhã, dia 7 de Março, na Sociedade Guilherme Cossul, o 1.º Encontro sobre o Sector Automóvel, que tem como objectivos a análise da situação económica e social e o reforço do trabalho do Partido.

O Encontro é promovido pelo PCP, mas entre os participantes já confirmados e entre as pessoas convidadas há trabalhadores e técnicos prestigiados independentes, amigos do Partido e mesmo militantes de outras forças, nomeadamente do PS.

Na preparação desta iniciativa houve uma «grande abertura em todo o sector» — salientaram ao «Avante!» camaradas da Comissão Promotora do Encontro, apontando o exemplo do documento preparatório, que vai já na segunda edição (mais de 500 exemplares distribuídos).

O mesmo ambiente marcou os plenários que foram efectuados, no âmbito da discussão preparatória, na Azambuja (reunindo trabalhadores da Ford e da General Motors), na Amadora (Fiat e Volkswagen), nos Olivais (UTIC, Entrepósito, escritórios da Ford, Cetra), em Loures (Simpomóvel, Stet, Salvador Caetano), na Duque de Loulé, em Lisboa (Renault, RAC, J.J. Gonçalves, Guérin) e do grupo EMINCO — C. Santos (A.M. de Almeida, Mercauto, Avis, Castrol, Lusolanda, C. Santos e outros).

O desemprego e a instabilidade do emprego são os problemas que, no imediato, mais afligem quem trabalha neste ramo. No Encontro, contudo, a discussão irá mais longe, abrangendo a análise da situação económica e o impacto social das transformações em curso no sector. O estado da actividade do PCP e as orientações a tomar para o seu reforço completam o leque das questões em debate.

Pela importância do ramo automóvel na economia nacional e pelo significado da iniciativa que a OLL leva a cabo, deixamos aqui alguns apontamentos.

Temos é que dizer ao leitor que o Encontro não acaba no sábado, às 17 horas. E não se trata de qualquer altera-

ção de última hora. Trata-se do trabalho posterior ao Encontro, para o cumprimento dos objectivos que estiveram na sua origem: levar as conclusões às empresas e aos trabalhadores do sector.

### A produção automóvel está ameaçada

A produção automóvel no nosso país resume-se presentemente à montagem de 50 a 60 mil veículos por ano, com uma incorporação nacional inferior a 50%; a produção de 200 mil motores por ano, com uma incorporação nacional de 46%; à produção anual de 100 mil caixas de velocidade, com incorporação nacional de 60%; e ao fabrico anual de componentes para veículos, no valor de 45 a 50 milhões de contos.

A produção de veículos tem vindo a diminuir desde 1983 e é previsível que essa tendência se tenha mantido em 1986, nomeadamente devido ao encerramento de unidades de montagem. Mesmo as empresas que hoje têm linhas de montagem já estão a importar carros das suas marcas.

O processo de redução das linhas de montagem foi claramente acelerado por força dos acordos internacionais firmados por sucessivos governos de direita que não têm protegido os interesses nacionais.

A entrada de Portugal na CEE veio acelerar as transformações no interior do ramo automóvel, com reflexo prático

na diminuição da sua importância no tecido industrial português.

O ano de 1987 é o último em que vigora o regime de contingentação. A partir de 1988 poderão ser importados livremente, ou quase, veículos em regime CBU — sem qualquer incorporação de mão-de-obra nacional e sem quaisquer peças ou acessórios produzidos em Portugal.

Com o fecho das linhas irão milhares de trabalhadores para o desemprego e surgirão dificuldades a muitas empresas indirectamente ligadas ao ramo automóvel, como a Covina. Note-se que, por exemplo, 80% da facturação de parafusos fluorescentes destina-se ao sector automóvel.

A manutenção das linhas de montagem apresenta-se problemática na actual situação. Deve continuar a ser exigida a reconversão das linhas consideradas inválveis.

### Reparação e componentes

A assistência permanente exigida pelo nosso parque automóvel absorve uma parte significativa dos componentes fabricados em Portugal e ocupa muitos trabalhadores empregados nos milhares de oficinas de reparação, quer

ligadas às marcas, quer independentes. O subsector de reparação tem ainda uma componente relativamente mal conhecida, situada na área da economia paralela e onde se incluem os chamados «clandestinos» e a prática generalizada do «gancho».

A produção de componentes mostra uma evolução positiva nos aspectos relativos à sua diferenciação tecnológica e ao seu crescimento em valores absolutos, embora com uma participação relativamente elevada de mão-de-obra. Pode-se, assim, prever um crescimento do investimento no sentido da automati-

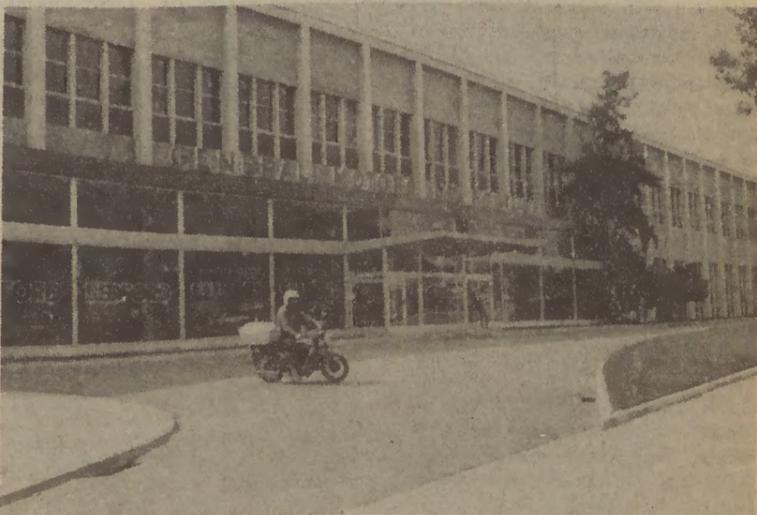
4,3 hab./auto em Espanha. O nosso parque automóvel é de 1 500 000 veículos.

Em 1985 o sector automóvel contribuiu com 144,7 milhões de contos para o Orçamento Geral do Estado, o que representou 21% do total dos impostos constantes dos orçamentos inicial e suplementar para 1985 e 41% dos impostos indirectos.

As associações patronais do ramo automóvel pretendem um desagravamento da carga fiscal. Porquê? Procuram desta forma dinamizar a sua acti-



O projecto Renault, o projecto Ford e o papel das multinacionais vão ser também objecto de discussão



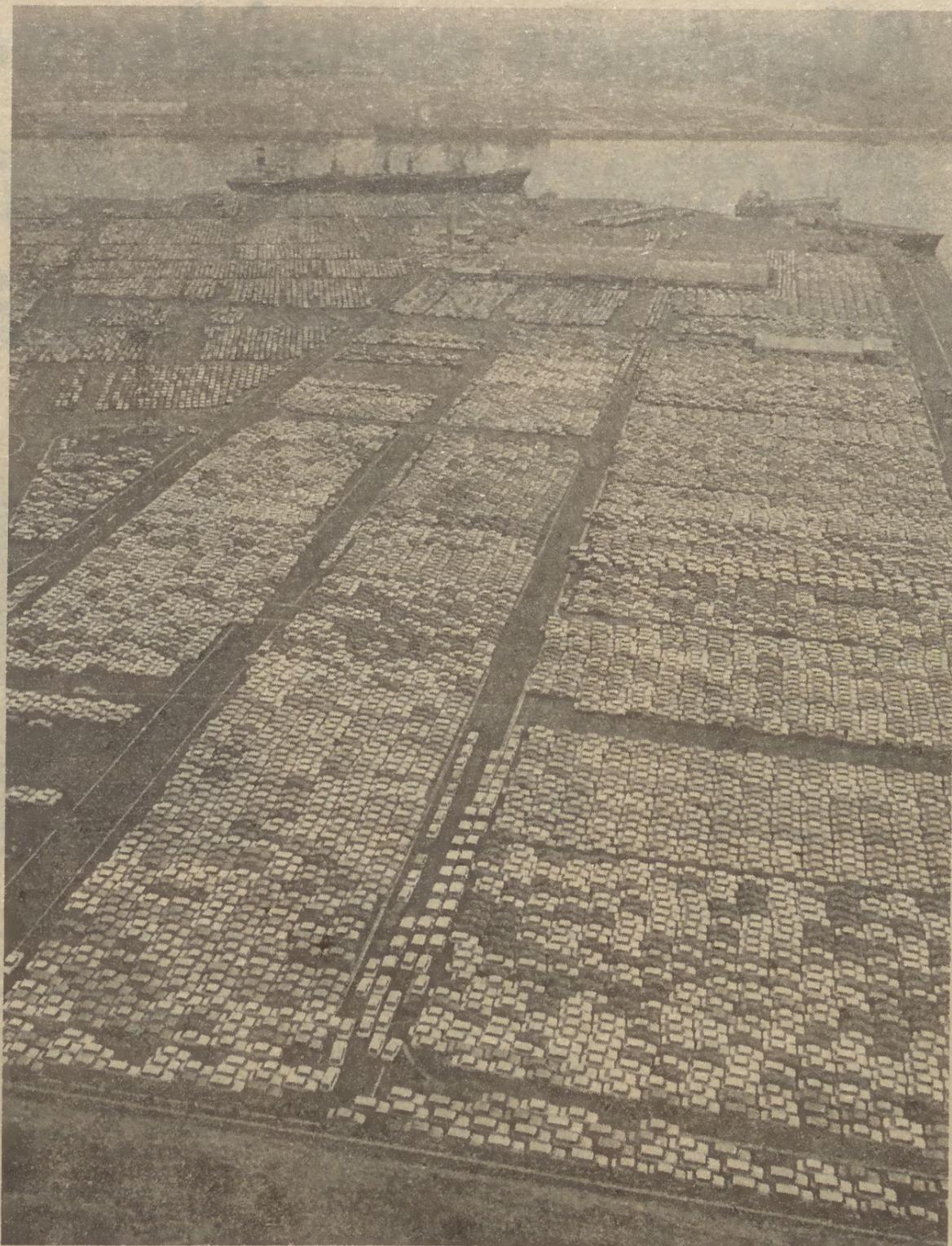
zação, com a consequente redução do número de trabalhadores deste subsector.

O índice de motorização em Portugal é dos mais baixos da Europa. Temos 8,5 hab./auto contra, por exemplo,

vidade numa óptica restrita, já que os lucros actualmente conseguidos seriam aumentados à custa da diminuição das receitas do Estado e de um cada vez maior dispêndio de divisas devido aos previsíveis acréscimos de importações.



A assistência permanente de que necessita o parque automóvel nacional absorve uma parte significativa dos componentes fabricados em Portugal e ocupa muitos trabalhadores em milhares de oficinas de reparação



1987 é o último ano em que vigora o regime de contingentação. A partir de 1988 poderão ser importados livremente, ou quase, veículos sem qualquer incorporação de mão-de-obra nacional, nem de peças ou acessórios fabricados em Portugal

## A situação no distrito de Lisboa

Apesar das interligações profundas que não podiam deixar de existir, são diversas as problemáticas nacional e distrital do ramo automóvel. As maiores unidades industriais situam-se fora do distrito de Lisboa e os problemas sociais provocados pelas transformações em curso no sector têm outro impacto em localidades onde o peso relativo do ramo automóvel é maior que na região da capital (recordemos o Tramagal e a Metalúrgica Duarte Ferreira, referidos no «Avante!» n.º 682, de 22 de Janeiro).

O sector é extremamente fechado em termos de fornecimento de informações. Além disso, muitos dos números disponíveis podem não reflectir com exactidão a realidade, devido a frequentes falsificações, sobretudo com o fim de escapar ao fisco.

Com base em dados de 1985, o distrito de Lisboa tem um parque automóvel de 453 600 veículos, 30% do total nacional, efectua 34% das vendas, possui 36% das empresas de montagem e 30% das oficinas de reparação.

No distrito de Lisboa assiste-se ao desaparecimento progressivo da actividade de montagem, embora com as excepções das unidades da Ford e da General Motors na Azambuja. Desenvolvem-se alguns sectores ligados ao fabrico de componentes. Diminui a dimensão média das unidades que se dedicam à reparação, mas proliferam «clandestinos» e pequenas oficinas.

São desmanteladas as mais importantes unidades económicas que se dedicam ao comércio automóvel no distrito. Envelhece o parque de veículos comerciais.

## Desemprego e instabilidade

O 25 de Abril permitiu profundas alterações nas relações de trabalho no sector automóvel. Mas não tardou que o patronato, com o apoio dos governos que o representam na superestrutura do Estado, tentasse retomar a iniciativa, procurando recuperar proventos e fazer recair sobre os trabalhadores o peso das dificuldades, agravando os níveis de exploração. As multinacionais têm uma palavra preponderante em toda esta problemática.

As soluções levadas à prática pelo patronato têm como características principais o aumento da repressão sobre os trabalhadores, os despedimentos, que atingem preferencialmente delegados e activistas sindicais, a colocação de trabalhadores em casa na situação completamente ilegal de «dispensados», atrasos no pagamento de salários, não admissão de aprendizes e aumento da média de idades dos trabalhadores, apresentação de processos de falência e desmembramento de empresas.

De 1982 a 1986 o número de trabalhadores das maiores empresas do ramo automóvel no distrito de Lisboa diminuiu 20,3%, ou seja, foram liquidados 4165 postos de trabalho.

Se tivermos em conta a fabricação

regalias sociais e laborais, agravando a degradação do poder de compra dos trabalhadores.

## Reforçar o PCP e a unidade dos trabalhadores

O PCP é, sem dúvida, a força política mais forte e mais combativa entre os trabalhadores do ramo automóvel e a trave-mestra da unidade de que têm dado mostras.

Entretanto, torna-se indispensável ultrapassar debilidades que ainda subsistem no funcionamento da organização, reforçá-la e dinamizar ainda mais a intervenção dos comunistas nas estruturas representativas dos trabalhadores.

O Encontro irá discutir, dentro deste espírito, algumas direcções de trabalho para aumentar o número de militantes do PCP no sector automóvel (com destaque para o recrutamento de jovens), reactivar o trabalho das células, privilegiar a discussão dos problemas dos trabalhadores, tornar ainda mais forte a unidade na acção concreta e nas lutas.

## E o que virá depois...

O Documento do Encontro da OLL sobre o sector automóvel está em discussão nas organizações desde os primeiros dias de Fevereiro. Os camaradas da Comissão Promotora salientaram ao «Avante!» que, com as suas quinze páginas, este é um documento «insuficiente» e que alguns dos problemas que ele refere serão objecto de intervenções mais pormenorizadas durante o Encontro.

É o caso, por exemplo, da UTIC e de outras empresas ligadas ao sector dos transportes, que também vive momentos aflitivos.

Prevêem-se outras intervenções que desenvolverão questões focadas no documento preparatório: **higiene e segurança, novas tecnologias, linhas de montagem, os projectos Renault e Ford, a actividade sindical e o reforço da unidade, a adesão à CEE, propostas para o ramo automóvel**, entre outras.

A Comissão Promotora, por seu lado, continuará a funcionar mesmo depois de dia 7: será elaborado e distribuído um documento com as conclusões do debate. Está também prevista uma ampla acção de divulgação das conclusões e de reforço e alargamento do Partido. ■

## Convite

ORGANIZAÇÃO LOCAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A Organização Local de Lisboa do Partido Comunista Português promove, no dia 7 de Março, das 10.00 às 17.00 horas, na Sociedade de Guilherme Cossoul (Av. D. Carlos I, 61 - 1.º) um ENCONTRO DO RAMO AUTOMÓVEL, com a seguinte ordem de trabalhos:

- A - Aspectos económicos do Sector e as consequências da adesão à CEE.
- B - Impacto social das transformações em curso no Sector.
- C - A organização dos trabalhadores e o PCP.

Certos que os Temas em discussão vão ao encontro dos interesses dos trabalhadores do Ramo Automóveis, convidamos-te a estar presente e a participar.

COMISSÃO PROMOTORA

## O quê, onde e quando

1.º Encontro sobre o sector automóvel da Organização Local de Lisboa

«Viabilizar as empresas defendendo os postos de trabalho»

7 de Março, sábado, das 10 às 17 horas  
Sociedade de Guilherme Cossoul, Av. D. Carlos I, 61-1.º Lisboa

Em discussão aspectos económicos do ramo automóvel, o impacto social das transformações em curso e a organização dos comunistas ligados ao sector.

Intervenção de encerramento: Jerónimo de Sousa, membro suplente do CC e deputado do PCP ■

de componentes e empresas dos outros sectores «indirectos», pode-se afirmar que os despedidos já devem ser mais de 5 mil neste período. O Banco Fonsecas & Burnay, que detém 51% do capital da RAC, abriu já uma conta só para o pagamento de indemnizações por despedimento.

Os trabalhadores despedidos continuam sem qualquer trabalho, subsistindo com recurso aos subsídios de desemprego; recorrem ao trabalho precário, por conta própria ou de outrém, sem qualquer vínculo jurídico e com muita instabilidade quanto ao futuro; emigram ou regressam às suas terras de origem.

A generalizada incerteza quanto ao futuro das empresas é acompanhada pela incerteza quanto à continuidade dos postos de trabalho. Além disso, o patronato argumenta com a debilidade do sector para restringir o aumento de



# Algumas considerações acerca do ENCONTRO SOBRE O SECTOR MINEIRO que o PCP vai realizar em Coimbra

A definição mais simples é dizer que uma mina ou jazida é uma cavidade ou veio no seio da terra, de onde se extraem quaisquer substâncias líquidas ou sólidas. E poderíamos ficar por aqui. Só que existe uma actividade que se chama indústria extractiva e nacional, ainda por cima. Refere-se à recolha de produtos do subsolo e que, por sua vez, animam diversas indústrias a jusante.

Por outras palavras, um mineiro ao extrair ferro, tungsténio, cobre, urânio ou carvão, entre outros produtos, está a proporcionar o trabalho de milhares e milhares de operários, que por sua vez vão assegurar o trabalho indirecto de outros milhares de pessoas.

Isto anda tudo ligado, dizia um poeta que não percebia nada de economia e muito menos de indústria extractiva. Mais ligado ainda do que ele pensava. As voltas que um quilo de ferro dá quando, ainda sob a forma de magnetite, sai da mina: a lavagem do minério, o transporte, a fundição, a moldagem, a fabricação do bem de consumo, a sua utilização e, por fim, quando velho e relho, o seu reaproveitamento. Poderíamos continuar por páginas tantas, referindo o trabalho incorporado e os serviços a que foi sujeito, até cumprir a sua função no consumo.

Ora, pois, porque uma mina não é apenas uma cavidade ou veio no seio da terra, de onde se subtraem quaisquer substâncias líquidas ou sólidas, é que o PCP vai realizar um encontro sobre o sector mineiro em Portugal, a 15 de Março, em Coimbra.

## O objectivo do encontro

Porque para planejar e aproveitar o futuro é preciso conhecer o presente, é objectivo deste encontro analisar a globalidade da indústria extractiva no respeitante aos sectores que apresentam um carácter mais estratégico e/ou que, simultaneamente, se encontram em crise, ou sob a mira das grandes transnacionais.

Se se é objecto desta iniciativa o caso dos minérios energéticos, dos minérios metálicos ou de alguns minérios não-metálicos, mas de utilização industrial, de que o nosso país possui vastas reservas, já o mesmo não sucede com as rochas ornamentais e a grande maioria das rochas industriais.

Sobre o assunto foi elaborado um documento-base, para ser discutido, e a ele recorremos para fazer este trabalho de divulgação.

Vamos ter a oportunidade de constatar que, ao contrário do que o regime fascista constantemente propalava, «Portugal não é um país pobre». Só é pobre quem não aproveita os seus recursos, o que o fascismo fez, ou então quem permite a outros que explorem, e o termo é mesmo esse — «explorar» — sem qualquer conotação mineira, os nossos importantes recursos do subsolo, como sejam as pirites, o cobre, o ferro, o tungsténio e o urânio.

Vala a pena recordar que a nível europeu, Portugal ocupa o primeiro lugar em cobre, ferro e tungsténio e o terceiro lugar em reservas de urânio.

No entanto, os nossos recursos mineiros são insuficientemente conhecidos e explorados. Mesmo quando ocorre a sua extração ela raramente é feita na perspectiva do desenvolvimento nacional. Alguns exemplos: o País tem ferro, mas possui uma siderurgia débil, recorrendo à importação dos minérios que necessita para esta indústria; possui cobre e zinco, mas estes metais vêm do estrangeiro.

Já atrás referimos a importância da indústria extractiva para a economia nacional, já que grande parte das actividades transformadoras depende em larga escala da actividade extractiva.

Com a adesão à CEE, veio agravar-se a penetração estrangeira neste sector. Penetração que já existia, mas que hoje ameaça transformar-se numa espoliação incontrolável.

Por tudo isto, a oportunidade e a urgência de estudar profundamente o sector, até porque a crise o ameaça. Crise a que por vezes não é estranha a actividade das transnacionais do sector mineiro, já que geralmente manipulam as cotações dos minérios a nível internacional.

## Das reservas que possuímos

Se é certo que, relativamente a alguns produtos importantes como o carvão e o petróleo as nossas reservas sejam muito fracas ou eventualmente com baixo valor económico, isso não significa que não sejamos um país rico do ponto de vista mineiro.

«São de destacar — refere a proposta do documento-base — pela importância quantitativa e estratégica das reservas, as pirites — entendidas numa perspectiva ampla enquanto fontes de metais não-ferrosos (cobre, zinco, chumbo, ouro, prata e outros), enquanto fontes de enxofre e de ferro —, o tungsténio, o urânio, o ferro».

Nesta problemática merecem destacar as reservas de minérios cupríferos



e zínquíferos de Neves-Corvo, que assumem mesmo uma importância mundial.

«Por exemplo, de pirites complexas, só nos jazigos de Aljustrel, existem reservas estimadas de, pelo menos, 150 milhões de toneladas; em Neves-Corvo, existem como reservas provadas 27 milhões de toneladas de minério cuprífero, 32 milhões de toneladas de minério zínquífero e 59 milhões de toneladas de pirite complexa sem metais.

De minérios de tungsténio (volframite e sheelite) existem pelo menos reservas correspondentes a 60 mil toneladas de metal contido.

De minério de ferro, não consl-

derando jazigos como o do Cercal e Marão, ou o ferro contido nas pirites, existem pelo menos 600 milhões de toneladas de minério hematítico em Moncorvo.

De urânio existem de recursos razoavelmente assegurados 8200 toneladas, de recursos adicionais estimados 2500 toneladas e de recursos especulativos, 7500 toneladas de urânio.

Pelo menos ao nível das reservas de pirite, minérios de cobre, ferro e tungsténio, Portugal detém o mais importante lugar a nível da Europa Ocidental. Mesmo relativamente às reservas de urânio, Portugal detém o terceiro lugar na Europa Ocidental».

## Importamos o que temos

Há muito que os comunistas se batem para que as riquezas do País sejam utilizadas, evitando o recurso da compra ao estrangeiro. O que se pode produzir e transformar cá, não deve ser importado. Mas não é isto o que pensam os governos de direita que desde 1976 se têm sucedido — quanto mais escancaradas ficarem as portas aos interesses das transnacionais melhor. Também no sector mineiro isto se passa. Vejamos alguns exemplos.

Tendo um peso económico importante, a indústria extractiva nunca foi devidamente aproveitada e, ultimamente, enfião, o problema assume foros escandalosos. E citamos o documento-base:

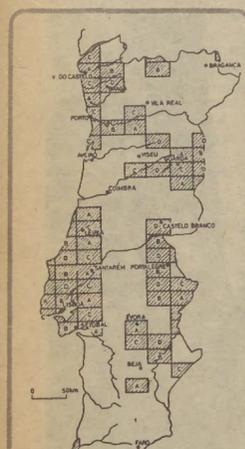
«Veja-se, por exemplo, que Portugal importa a totalidade dos seus minérios de ferro, para a Indústria siderúrgica, enquanto possui as maiores reservas de ferro da Europa. Mesmo relativamente à indústria química, importa-se enxofre e cloreto de sódio, tendo Portugal reservas de pirite — enquanto fonte de enxofre — e salgema mais do que suficientes para as nossas actividades actuais.

Por outro lado, Portugal importa actualmente estanho, enquanto fecha as minas que tinha em laboração e que respondiam inteiramente às necessidades internas.

Este facto transforma um país rico de substâncias minerais como o nosso, num importador crónico, com saldos negativos permanentes da balança comercial, de substâncias minerais — sem incluir o petróleo».

## E exportamos o que devia cá ficar

Diz o anúncio que «ouro é sempre ouro». E a prata, perguntamos nós, não é sempre prata? Então porque fica na Bélgica? Diz o documento-base: «Em Jales (Vila Pouca de Aguiar), o ouro aparece com a prata (esta em proporção maior, sensivelmente uma de ouro para três de prata)... O minério sofre uma primeira transformação, a concentração, na própria mina, concentrado que depois é ustulado (!) nas instalações da Mina do Pintor. O produto desta ustulação contendo ouro, prata e chumbo vai para a Bél-



Esta era a quadricula do levantamento geológico até 1974. Mas no campo da prospecção muitos interesses estrangeiros se movem no nosso país. Citamos alguns: British Petroleum Minerals; Elf-Acquitaine; Total; e até a Fundação Luso-Americana

gica (Metslurgie Hoboken-Overpeit, SA) para sofrer os tratamentos de separação dos três metais contidos. O ouro volta a Portugal (obrigatoriamente vendido ao Banco de Portugal à cotação internacional), ficando na Bélgica a prata e o chumbo como forma de pagamento.

Trata-se claramente de um processo pouco claro e que é manifestamente contra os interesses nacionais. Por outro lado, num passado não muito longínquo os minérios de Jales eram tratados na Quimigal».

Elucidativo do que se está a passar quanto à defesa dos nossos interesses. É transparente quanto à forma como a espoliação pode ser feita.

## A crise não serve de argumento

A crise tem as costas largas para o grande capital transnacional e para os que o servem. As coisas correm mal... é da crise; um projecto falhou... foi a crise; prepararam-se os despedimentos... o que queremos, estamos num período de crise. Mas que crise será esta que dura já há dezenas e dezenas de anos e que só afecta os trabalhadores e deixa incólumes os grandes monopolistas?

E as minas encerram e os trabalhadores são despedidos. Para isto o argumento é a baixa das cotações internacionais. Será? Vejamos o que aponta o documento-base sobre isto:

«No que respeita aos minérios de tungsténio, as suas cotações têm efectivamente baixado nos mercados internacionais, o que é, naturalmente, um factor negativo, dado que actualmente a grande maioria da nossa produção se destina ao mercado externo. Contudo, também



aqui, a crise é artificialmente acelerada pelas multinacionais. Por um lado, dever-se-á ter em atenção que a produção da Beralt Tin & Wolfram (Minas da Panasqueira) não é exclusivamente de volfrâmio, mas também de estanho e cobre, que ocorrem em simultâneo com o primeiro, o que permite atenuar as consequências da baixa das cotações. Por outro lado, a produção e a exportação continuam a aumentar, mau grado a tão «importante queda das cotações».

Também aqui, o facto de não transformarmos internamente pelo menos uma parte significativa do nosso volfrâmio, por ausência do desenvolvimento de uma metalurgia e de outras actividades transformadoras a jusante — actividades há muitos anos apontadas como necessárias por forças políticas e sociais diversas — condiciona e agrava tal situação».

## Devemos conhecer os nossos recursos

Sendo manifestamente insuficiente o inventário das nossas reservas, por isso mesmo é assunto a tratar no encontro. E citamos mais uma vez o documento-base:

«Efectivamente, à medida que avança a cartografia do País em termos geológicos, bem como a prospecção, vão sendo conhecidos novos e por vezes valiosos ou mesmo muito valiosos jazigos, alguns de substâncias estratégicas de grande valor económico. Ilustram a tese o caso recente da descoberta de minérios cupríferos em Neves-Corvo, bem como de notícias (ou de informações) sobre eventuais importantes jazigos de estanho, urânio e tungsténio, para só referirmos alguns casos».

Neste trabalho de prospecção e pesquisa deverá ter papel destacado e dirigente o Estado português, pois «estando a ser conduzida parte importante das prospecções no território nacional, por empresas estrangeiras, designadamente multinacionais, o perigo de que o conhecimento das reservas seja estratégico e totalmente utilizado por tais empresas é um facto para que devemos ficar alertados, tanto mais que a fiscaliza-

ção por parte do Estado português é muito insuficiente.

Por exemplo, em 1983, mais de três quartos do investimento em prospecção e pesquisa — não incluindo petróleo — estava a ser levado a cabo por empresas de capital estrangeiro.

Vala ainda a pena referir que se coubesse ao Estado essa actividade tal permitiria:

- desenvolver o conhecimento científico e técnico nacional neste domínio;

- o País ficaria com um maior conhecimento dos recursos nacionais e, portanto, em melhor posição para negociar as condições de concessão, nos casos em que o Estado não tenha condições para desenvolver a exploração.

## Outras questões a debater

O encontro vai debater estes e muitos outros temas relacionados com a actividade da indústria extractiva. Impossível se torna abordá-los com mais detalhe. Não queremos, contudo, deixar de referir duas questões: a penetração estrangeira na indústria extractiva e os efeitos neste sector da adesão à CEE.

Quanto ao primeiro caso, não basta já os investimentos estrangeiros superarem os nacionais (Estado inclusive) na prospecção e pesquisa, como é exemplar «a nomeação de um quadro da Beralt Tin & Wolfram para representar oficialmente Portugal numa instância internacional ligada à problemática do tungsténio».

No respeitante ao segundo caso, constata-se que os programas da CEE não são para desenvolver as nossas metalurgias e transformações ulteriores no nosso país, mas para prover aos défices da CEE nessas matérias-primas, pretendendo inclusivamente a Comunidade Europeia aniquilar a siderurgia nacional.

Tudo para bem do grande capital transnacional e em prejuízo dos nossos interesses e dos nossos trabalhadores

(1) Ustular — secar ao fogo; queimar levemente, queimar um sulfureto metálico, em presença do ar, para obter o anidrido sulfuroso e um óxido do metal.

O Encontro sobre o Sector Mineiro, promovido pelo PCP, realiza-se no dia 15 de Março, na Faculdade de Economia de Coimbra, Av. Dias da Silva, 165, das 10 às 17.30.

Os temas em debate são os seguintes: A situação actual ao nível de cada substância mineral; A prospecção actual ao nível de cada substância mineral; A segurança no trabalho nas minas; Ligações da Universidade à Indústria; Sector minas; Ligações do Estado ao sector mineiro; As consequências da adesão de Portugal à CEE para o sector; Os grandes projectos mineiro-metalúrgicos; A situação das empresas do sector.

Para mais informações, os interessados devem contactar a Comissão Organizadora, Rua Soeiro Pereira Gomes, Lisboa, ou pelos telefones 779142 ou 736272. ■



## Breve história da actividade mineira em Portugal

Precisamente porque se queria breve, recorremos à «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», de que transcrevemos algumas informações com algum interesse sobre a actividade mineira em Portugal.

Parece que os antigos Lusitanos não se ocuparam na exploração de minas enquanto os Fenícios, os Cartagineses, os Romanos e os Árabes não lhes ensinaram a maneira de as lavrar. Muitos escritores antigos escrevem que o ouro e a prata encontravam-se em tanta abundância à superfície da terra, que os Lusitanos empregavam nos mais baixos misteres, como ferramentas de lavoura, armas e outros instrumentos de uso comum. Os diversos invasores trataram de se apoderar do ouro e da prata, que acharam assim tão mal empregados, e exploraram as veias metálicas no interior da terra. Em numerosos sítios de Portugal se vêem ainda claramente vestígios da mineração em grande escala e muitas e vastas galerias nos mostram que a lavra de minas se efectuou por muitos séculos consecutivos. A mineração em Portugal data da conquista de Lisboa e Almada aos Mouros por D. Afonso I. Os trabalhos de lavagem das areias e escolha do ouro na Adiga, a oeste de Almada, até então empreendidos pelos Mouros, foram continuados pelos vencedores, tendo sido doados por D. Sancho I em 1210 e D. Sancho II os dizimos do ouro da Adiga e Sesimbra à Ordem de Santiago. A lavagem das areias euríferas, próximo da foz do Tejo, parece ter continuado com interrupções maiores ou menores até ao reinado de D. João III, segundo se vê pelas sucessivas cartas dos privilégios concedidos aos adiceiros e do regulamento sobre a escolha e venda do ouro. D. Dinis concedeu diferentes minas de ferro, estanho e pedra hume, e sob o seu reinado foram lavradas por conta do Estado, minas de enxofre, azeviche, prata, estanho, etc., cuja colaboração parece ter cessado no reinado de D. Afonso IV. Neste reinado, não existia propriamente lei de minas. A Coroa era senhora de todas. Eram exploradas pelo rei ou por particulares, a quem era concedido o privilégio por diploma especial, e como testemunho de munificência. Os mineiros pagavam um tributo que, em geral, correspondia a um quinto do produto bruto. No reinado de D. Duarte foi promulgada a primeira lei de minas, incluída no art. 26.º tit. XXIV, liv. II da Ordenação Afonsina. Esta lei permitia a todas as pessoas a lavra de minas em qualquer ponto do País, pagando uma dizima ao rei e outra a proprietário do terreno em que jaziam. Esta lei não foi rigorosamente cumprida. D. Afonso V protegeu a mineração do ferro. Concedeu a seu tio, o 1.º duque de Bragança, o estabelecimento de uma ferraria no termo da cidade de Lisboa, isentando-o de todo o imposto e estabelecendo alguns regalias para os indivíduos nela empregados. Idêntica concessão foi feita ao bispo da Guarda, para estabelecer ferrarias em Caria e em qualquer parte do reino. Nestas ferrarias eram empregados operários biscaínos, porque a Biscaia era então, e ainda o foi por muito tempo, o país clássico da metalurgia do ferro. D. João II fundou também as ferrarias de Barcarena. No reinado de D. Manuel a indústria mineira atingiu mais incremento, devido ao impulso que já trazia do reinado antecedente. Data desta época a lavra de muitos jazigos, incluindo os cupríferos do Alandroal, Terena, Juromenha e Aljustrel, bem como a exploração dos jazigos de estanho em Trás-os-Montes e Beira Alta. Nos lugares em que houvesse fundições, eram os proprietários obrigados a deixar cortar lenha gratuitamente. O mineiro, além do quinto que continuava a pagar, era obrigado a vender os metais nos armazéns do rei, seguindo preços-taxas, o que fazia subir o imposto a 30 ou 40 por cento do produto bruto. Depois de 1640 a mineração sofreu notáveis alternativas até se estabelecer em bases seguras sob o regime liberal. Nos fins do séc. XVI as guerras da Restauração criaram para o Estado a necessidade de aproveitar alguns jazigos de ferro, importantes. A lei de 25.VII.1850 criou a propriedade mineira, consagrando o princípio da concessão por tempo limitado e completou assim a lei de 1836, que abolia o privilégio do Estado. De Julho de 1850 até Dezembro de 1852 não se fez concessão alguma. ■

# DÍVIDA EXTERNA

## O DRAMA DO TERCEIRO MUNDO

**A**s dívidas pagas com a miséria são pagas com a democracia — uma verdade lapidar que ganhou nos últimos dias honras de primeira página nos órgãos de informação, não por qualquer súbita clarividência dos seus mentores, mas porque o presidente brasileiro, José Sarney, se sentiu na necessidade de afirmá-lo para justificar a decisão do seu governo de suspender por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa do Brasil. A medida, que provocou o espanto e lançou o alarme em Washington, nos centros de decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), teve entre outros aspectos o mérito de trazer de novo para o centro das atenções internacionais o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo e, o que é mais importante, relançar o debate da questão da necessidade imperiosa de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). O facto do governo da Argentina ter reagido de imediato à decisão do Brasil com o anúncio de que também suspenderá o pagamento dos juros da sua dívida externa se os bancos multinacionais recusarem o financiamento dos seus projectos de desenvolvimento, dá bem a imagem do alcance que poderá vir a ter a medida do governo brasileiro: uma reacção em cadeia dos países devedores.

O presidente José Sarney, na comunicação que fez ao país sobre a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, teve a preocupação de salientar que a medida não é uma moratória unilateral, mas antes uma atitude de

«coragem para renegociar» os compromissos do Brasil «dentro de parâmetros que não afectem a estabilidade nacional».

A preocupação, compreensível tendo em conta o bloqueio que pelo me-



Milhões de crianças continuam a morrer de fome em todo o mundo enquanto os países industrializados gastam em armamentos mais do que o necessário para acabar com tal flagelo

nos teoricamente os credores podem desencadear em relação ao Brasil, não deixa no entanto de ser muito mais política do que outra coisa. Com efeito, ao constatar que o pagamento da dívida externa brasileira, a maior do mundo, de cerca de 110 mil milhões de dólares, implicaria a implementação de medidas altamente lesivas do interesse popular (intentadas de resto com o Plano Cruzado II tão vivamente repudiado) que punham em causa a própria democracia, Sarney acaba por privilegiar a opção política que mais polémica tem gerado nos últimos tempos: **A suspensão dos pagamentos do que se sabe ser impagável.**

Chame-se-lhe moratória ou não, a medida tem o efeito de uma bomba.

A situação do Brasil, que nos últimos cinco anos pagou aos credores estrangeiros 57 mil milhões de dólares, enquanto recebia sob a forma de novos empréstimos apenas 20 mil milhões, não é a única, embora seja paradigmática. Se o serviço da dívida absorveu anualmente cerca de 10 mil milhões de dólares da balança comercial brasileira, a situação de países como a Argentina, o México, o Perú, para já não falar da África, em particular subsariana, não é melhor.

### Algo está mal no sistema financeiro internacional

Num estudo recente divulgado pelas Nações Unidas sobre o problema da dí-

vida externa, um analista afirma a dado passo que **o aumento rápido da dívida nos anos 70, seguido duma situação de paralisia e de choque nos anos 80, basta para demonstrar que algo está mal no sistema financeiro internacional.**

Segundo o referido analista, os mecanismos financeiros tendem a funcionar de forma pro-cíclica e não contra-cíclica, o que significa que no actual quadro do sistema financeiro internacional não se vislumbra saída para a crise económica de que a questão da dívida externa é expressão.

A previsão feita recentemente pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), não é mais animadora. Segundo aquele organismo, **os preços das matérias-primas continuarão a descer, dado o baixo ritmo de crescimento económico nos estados capitalistas, pelo que os países em vias de desenvolvimento, fornecedores de matérias-primas, continuarão a ver as suas receitas cada vez mais diminuídas.**

Na análise da UNCTAD revela-se que os países em vias de desenvolvi-

- A dívida externa, que em 1977 ascendia a 373 000 milhões de dólares, em 1985, só oito anos depois, subiu quase ao triplo dessa cifra: 950 000 milhões.

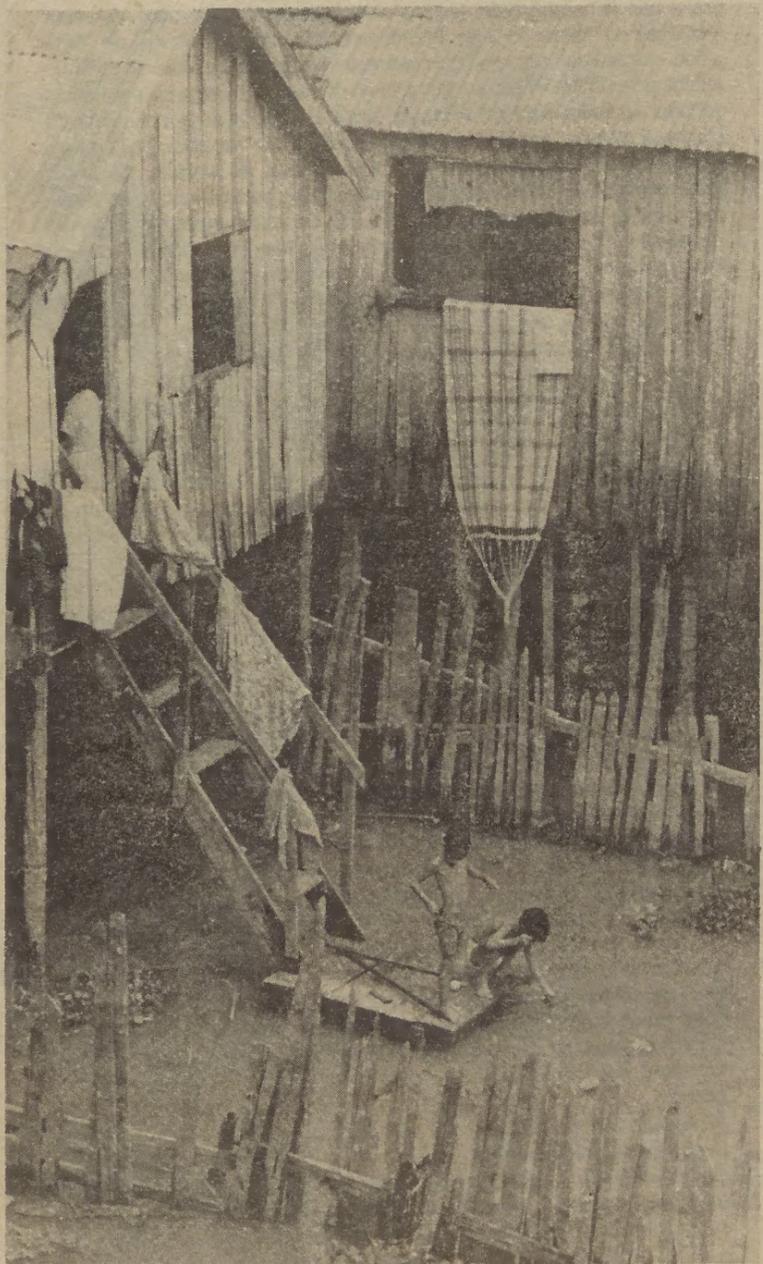
- Entre 1981 e 1985, os países do Terceiro Mundo pagaram a título de juros mais de 300 000 milhões de dólares, e pelo serviço total da dívida 526 000 milhões.

- Em 1985, a África gastou 32% das suas receitas de exportações no pagamento dos serviços da dívida, e a América Latina 44%.

- Entre 1980 e 1985, os países do Terceiro Mundo perderam 104 000 milhões pelas condições de trocas desfavoráveis e 120 000 milhões por excesso nas taxas de juros. A queda dos preços dos produtos básicos obrigou estes países a entregarem em 1985 cerca de 25% mais do fornecido em 1980, para obterem a mesma quantidade de importações.

- No final do ano passado, a dívida externa dos Estados latino-americanos totalizava 382 000 milhões de dólares.

- Em comparação com os valores de 1981, a dívida dos países da América Latina aumentou em cerca de cem mil milhões de dólares; o índice médio do produto nacional bruto (PIB) «per capita» era no ano passado inferior em oito por cento ao nível de 1980. ■



Em 1974 a Organização das Nações Unidas adoptou como princípio a ideia de que se impõe o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, mas mais de uma década depois pouco foi feito para a sua concretização



*A fome, a miséria, o subdesenvolvimento são fenómenos que têm causas concretas que o mundo poderia resolver se para tanto existisse vontade política; mas as perspectivas estão longe de apontar nesse sentido. Segundo a FAO, tudo indica que nos próximos anos, devido à saturação dos mercados dos países industrializados, os produtos agrícolas manterão preços muito baixos e a não ser que se reduza o protecçãoismo, o resultado será catástófico para os países subdesenvolvidos*

mento perderam desde o início dos anos 80, devido à baixa de preços de matérias-primas nos mercados capitalistas, cerca de 90 mil milhões de dólares. Sabendo que 80 por cento das receitas em divisas dos países em desenvolvimento provêm do comércio com matérias-primas, não é difícil concluir o que a baixa de preços significa para eles, que não dispõem de meios financeiros para a exploração de outras fontes de rendimento.

Ainda segundo a UNCTAD, a extensão e a duração da fraqueza estrutural da maioria dos países em vias de desenvolvimento é hoje maior do que nunca desde a crise económica mundial dos anos 30.

É neste contexto que a posição agora assumida pelo Brasil deve ser analisada, em particular por ela vir reforçar a anteriormente tomada pelo Peru, que desde a posse do presidente Alan García não dedica ao pagamento da respectiva dívida externa mais de 10 por cento das receitas das exportações, pese embora todos os protestos dos EUA, do FMI, do Banco Mundial.

De uma atitude a outra — suspensão dos pagamentos e pagamento apenas do que se considera viável — vai toda uma filosofia que põe objectivamente em causa o actual sistema económico internacional.

Se o México, que em 1982 provocou o pânico nos meios financeiros ao suspender o pagamento da sua dívida (actualmente já superior a 100 mil milhões de dólares), seguir o exemplo do Brasil, talvez não seja absurdo dizer que aquilo que parecia impossível há uns anos está agora em vias de se tornar uma realidade. Referimo-nos em particular às propostas feitas por Cuba em matéria de não pagamento da dívida externa, bem como à necessidade de adopção pelos países do Terceiro Mundo de uma posição conjunta sobre o assunto.

As críticas iniciais bastante inflamadas, que os meios financeiros imperialistas fomentaram através de toda a espécie de ameaças e de chantagens, sucederam-se gradualmente posições cada vez mais concordantes.

Se o facto se deve, em grande parte, aos processos de democratização registados em muitos dos países em desenvolvimento, não é menos verdade que também as análises meramente económicas apontam de forma evidente para a impossibilidade de pagamento das dívidas.

Os 53 mil milhões da dívida externa argentina, que representam 30 por cento do respectivo PIB e cujo serviço absorve 55 por cento das exportações, ou os 14 mil milhões de dólares que o México pagará em 1987/88 pelo serviço da sua dívida, são valores que nem os mais hábeis analistas do FMI conseguem iludir.

Como não se ilude a fome, a miséria, o desemprego, a degradação generalizada das condições de vida das populações que têm de suportar semelhante monstruosidade de exploração.

Os debates travados em Harare na VIII Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados no que respeita a esta matéria (de que citamos em separado extratos da intervenção de Fidel Castro), são uma antecipação do que mais cedo que tarde terá de ocorrer. Não se trata de futurologia, como é evidente, mas da

conclusão lógica de uma situação que não poderá manter-se indefinidamente — o enriquecimento dos países capitalistas industrializados à custa da agonia dos países do Terceiro Mundo.

A decisão do Brasil de não sacrificar a democracia à dívida externa recebeu já o apoio da Argentina, Venezuela, Uruguai, Colômbia, Cuba, Equador, entre outros. Outros se seguirão. ■



## A DÍVIDA É IMPAGÁVEL

(...) A conquista e colonização realizada nos séculos passados à custa dos povos da América, África e Ásia por um punhado de potências europeias que violaram, mataram, assassinaram, em massa, arrancaram dezenas de milhões de pessoas das suas terras para serem escravizadas, e que extrairam quanto ouro e prata lhes foi possível das entranhas dos nossos solos, e do suor dos escravos, incontáveis toneladas de açúcar, café, cacau, chá, algodão e outras riquezas para o gozo das sociedades coloniais, foram inspiradas nessa filosofia do roubo, do saque e da exploração de outros povos. Assim, surgiu, espirrando sangue por todos os poros, o capitalismo e, mais tarde, o imperialismo e o neocolonialismo.

Que é o subdesenvolvimento se não o fruto directo desse saque histórico?

As potências capitalistas desenvolvidas não se resignam a perder os nossos recursos naturais, as nossas matérias-primas, os nossos mercados, a nossa mão-de-obra barata; a não vender cada vez mais caro os seus produtos enquanto pagam preços cada vez mais miseráveis pelos nossos, nem a renunciar à prática do despojamento sistemático das nossas economias; não se resignam à existência de novas formas de produção e distribuição das riquezas sociais que não seja o seu velho e apodrecido capitalismo; não se resignam, por fim, à verdadeira independência nacional das antigas colónias e ao movimento de libertação dos povos.

(...) Das análises matemáticas e de sérias reflexões sobre o problema, tiramos a conclusão de que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo é impagável e incobrável; que constitui para estes países um impossível político, um impossível económico e um impossível moral; que os nossos países não são devedores, mas credores; que o capitalismo no seu desenvolvimento foi financiado com o sangue, o suor e as riquezas das colónias da Ásia, África e América

Latina; que com as trocas desiguais roubaram-nos muito mais do que o montante total da dívida; que o protecçãoismo e o dumping bloqueiam as nossas exportações e arruinam os nossos povos; que grande parte do dinheiro emprestado fugiu para os mesmos centros financeiros do Ocidente sem nenhum proveito para os nossos povos; que as excessivas taxas de juro multiplicam a nossa já insuportável carga; que a dívida deve ser apagada; que os governos dos países credores devem assumi-la perante os seus próprios bancos, sem que para isso sejam necessários novos impostos nem sacrifício algum para os depositantes ou contribuintes desses países; que com menos de 15% ao ano das actuais despesas militares se pode saldar em não muito tempo essa dívida, e que a economia mundial só poderia sair da crise com a abolição da dívida e com a Nova Ordem Económica Internacional, aprovada já pelas Nações Unidas e nunca regulamentada, o que, ao elevar anualmente em centenas de milhares de milhões de dólares o poder de compra do Terceiro Mundo, multiplicaria o comércio internacional, poria em plena laboração as indústrias dos próprios países capitalistas desenvolvidos e ajudá-los-ia a mitigar a sua pior tragédia: o desemprego crónico e crescente.

Para demonstrar que existem os recursos, basta recordar que no ano de 1986 os países capitalistas desenvolvidos pouparam com a redução dos preços do petróleo não menos de 120 000 milhões de dólares. Essa cifra seria suficiente para fazer face este ano aos serviços da dívida externa do Terceiro Mundo. Com menos de uma terça parte anual das despesas militares, seria possível abolir a dívida e enfrentar, além disso, o custo da Nova Ordem Económica Internacional (...)

(Do discurso de Fidel Castro na VIII Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, em Harare)

# De Bhopal ao Reno

## Entre o desastre e o crime onde está a fronteira?

**V**inte e oito crianças egípcias foram internadas, na província de Beni-Sueif, devido ao consumo de leite contendo substâncias venenosas. Análises feitas posteriormente pelo Ministério da Saúde do Egito indicam que o leite continha um alto teor de substâncias capazes de provocar formas graves de envenenamento.

O leite havia sido importado dos Estados Unidos.

Também no Egito, é divulgada a notícia da perda praticamente total das sementeiras numa exploração agrícola.

Os adubos haviam sido importados dos Estados Unidos.

Há poucas semanas grupos ecologistas conseguiram impedir a exportação, também para o Egito, de um carregamento de leite com taxas de radioactividade superiores às normas geralmente aceites.

Isto passou-se na RFA.

Um pequeno punhado de exemplos de agora, do que é uma política e uma realidade quotidiana, engrossando dia-a-dia o número de vítimas ignoradas e o caudal crescente da probabilidade da grande catástrofe.

Como em Bhopal, em 1984.

Como no Reno — guardadas as proporções quanto à dimensão da tragédia humana — em 1986.

Uma inevitabilidade face ao ímpeto do progresso técnico? ou inerente às indústrias químicas?

Importa não escamotear os problemas e as realidades objectivas. Mas os factos bem comprovam que tais desastres ecológicos e humanos não são, de forma alguma, o preço (aliás inaceitável) que haveria de pagar pelo progresso.

### Relembramos Bhopal

Em 3 de Dezembro de 1984 a cidade indiana de Bhopal foi atingida pela maior tragédia, a maior catástrofe química da história, como foi então considerada. Um quarto da população da cidade é brutalmente atingida. O balanço feito na altura indicou mais de 2 500 mortos e 200 mil pessoas afectadas. Naturalmente sem ter em conta as repercussões futuras. Não menos graves.

«A devastação em Bhopal não está perto do fim» — sublinhou então um especialista em toxicologia da Universidade da Gand — «há a certeza de que as crianças em gestação vão nascer com enormes deformações».

Volvidos dois anos pouco ou nada se sabe de concreto. A Índia é longe e vive os difíceis problemas do mundo subdesenvolvido. Pode ser e convém... ignorada pelos grandes monopólios imperialistas da informação.

A empresa «Union Carbide» tem dinheiro de sobra para manobrar factos e lançar cortinas de silêncio sobre notícias que lhe possam ser desfavoráveis.

Uma razão mais para aqui relembrar a tragédia.

Sublinhando bem que não se tratou de puro fruto do acaso (e é isso possível?). Os mortos aos milhares foram em 1984. Mas já em 1981 e em 1982 se tinham registado fugas de gás com consequências mortais. O advogado que assumiu a representação das vítimas, num processo avançado nos Estados Unidos, afirmou que a «Union Carbide» não tomara as mais elementares medidas de segurança, apesar da utilização de gases altamente tóxicos na produção.

Nesse fim de ano de 1984, foi amplamente sublinhado a propósito da política desenvolvida pela «Union Carbide», as formas terríveis que assume a exploração do «terceiro mundo» pelas multinacionais. A própria cadeia norte-americana de televisão «CBS», para citarmos apenas um exemplo, afirmou, citando peritos norte-americanos, que as multinacionais do seu país exportam para os países em vias de desenvolvimento tecnologias perigosas para a saúde.

É um facto conhecido e indiscutível. Que bem se coaduna com um outro, não menos expressivo — na década de 70, de cada dólar, investido nos países, em vias de desenvolvimento, as multinacionais retiraram 7.

Sem nada retirar a esta realidade de exploração neo-colonial, o desastre do Reno — já antes o «esgoto da Europa» — vem comprovar que também «em casa», nos próprios países de origem, a lógica do lucro um grande desprezo pelo meio-ambiente em que nos inserimos e de que somos também intrinsecamente dependentes. Um grande desprezo pela vida e a saúde das pessoas. ■



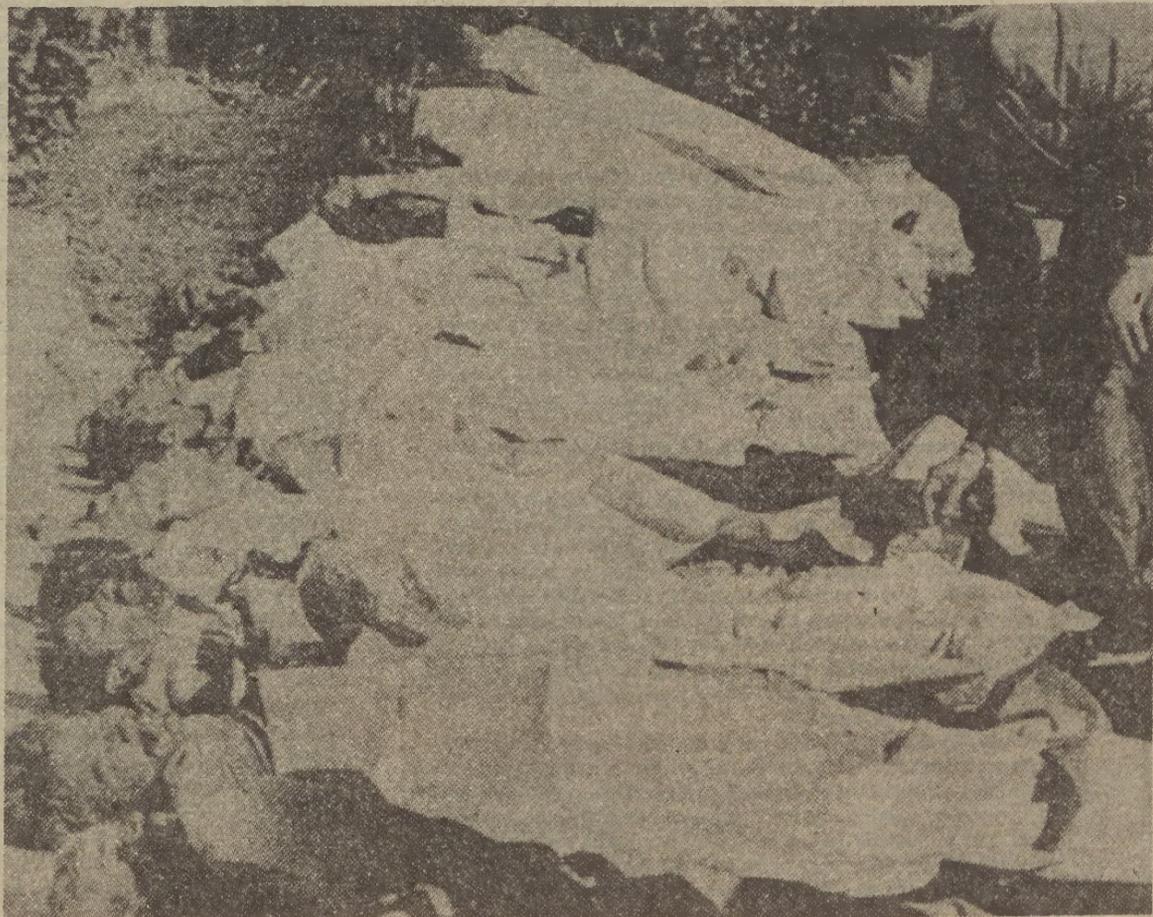
A direcção da Sandoz disse não haver perigo... mas a natureza «falou». Dezenas de toneladas de peixes mortos foram recolhidos das águas do Reno.

31 de Outubro de 1986. O Reno ganha uma estranhíssima cor vermelha. Nuvens tóxicas são lançadas na atmosfera. E tudo isto se passa na pacífica Suíça. Apresentada como cartão postal. Não apenas pelas belas montanhas de picos gelados, ou pelos lagos. Também como uma espécie de símbolo da prosperidade do capitalismo...

Nessa noite, junto à cidade de Basileia, um imenso incêndio deflagra na empresa química Sandoz. No ataque ao grande fogo, mais agravadas ainda são as consequências ecológicas do desastre.

Mas para a Sandoz — nada ocorreu de grave. As primeiras «informações» são para dizer que nada há a temer. As que depois se lhe seguem são tardias e incompletas.

Só que a realidade se impôs por si. A natureza «falou», quando toneladas de peixes mortos apareceram à superfície das águas.



Volvidos dois anos, continuam a sentir-se os efeitos da tragédia de Bhopal

Algumas medidas foram então tomadas. Na RFA, em particular, cortam-se os fornecimentos de água provenientes do rio e são divulgadas instruções para que se não pesque, nem apascente rebanhos, nem se permita que as crianças brinquem na vasta zona atingida.

O Reno estava envenenado.

Mas era apenas o início de um processo de que algumas peças são particularmente sinistras.

De par do acidente — e um acidente não é mero fruto do acaso — perfila-se o crime declarado. Assim, ao envenenamento das águas na sequência do desastre da Sandoz, seguiram-se os deliberados despejos de lixo tóxico de diferentes indústrias químicas na zona. Para «encerrar» o ciclo de desastre ecológico, na madrugada do dia 20, um erro de manipulação num laboratório da empresa química Ciba-Geigy, em Schweizerhalle, libertou uma nuvem de tóxico que se dirigiu sobre a cidade de Basileia. A população foi convidada a ficar em casa, portas e janelas encerradas. Entretanto as autoridades iam dizendo não se tratar de gás tóxico.

### Crime a nu

A história destes sucessivos desastres ecológicos no Reno, é a muitos títulos uma história exemplar.

Começando pelas consequências — graves — a curto e mais longo prazo.



Índia — o exemplo dramático de Bhopal. A indústria nas mãos das multinacionais traz consigo por vezes a morte.

Um elevado preço económico e humano que no caso reflecte o que é no concreto a política das multinacionais, mesmo no próprio mundo capitalista desenvolvido.

E concluindo pelo carácter criminoso — como veremos — de diferentes meandros de um caso que se quis apresentar como vulgar acidente, sem consequências de maior.

• **Da envergadura das consequências económicas**, não é difícil tirar algumas conclusões face à afirmação incontestada de que o acidente destruiu todo o ecossistema do curso superior do Reno. É-se tentado avançar que só as multinacionais da química não serão particularmente afectadas. De resto, da agricultura ao abastecimento normal de água, e naturalmente à pesca, a perspectiva é de longos anos de uma situação profundamente degradada.

**E os custos humanos?**

Nas palavras de Jean Ziegler, dirigente do Partido Socialista Suíço e professor de Sociologia na Universidade de Genebra, a interrogação que se levanta é particularmente preocupante. Ziegler pergunta-se: «E que dizer dos perigos que correm centenas de milhares de homens, crianças e mulheres? O destino das crianças que ainda não nasceram e que — por causa do mercúrio — vão nascer disformes? Isso mesmo nos foi mostrado em Seveso e Bhopal. Os verdadeiros efeitos de uma catástrofe ecológica, (...) só se revelam meses ou anos mais tarde».

• **Vale a pena destacar alguns pontos da trama desta história.**

Temos, em primeiro lugar, o próprio acidente.

O desastre foi provocado pela utilização de um local de armazenamento inadequado para produtos tóxicos. Ignorância? «Apenas» incúria? De forma alguma. Já em 1981 a multinacional havia sido advertida, pela Companhia de Seguros de Zurique, que os seus depósitos não eram seguros. A resposta da Sandoz é bem significativa: não propriamente mudar de local de armazenamento... mas de companhia de seguros!

Mais — como foi posteriormente denunciado — tratou-se do 5.º acidente em 4 anos registado na Sandoz.

Mas avancemos ainda um pouco nesta história sinistra.

Trinta e quatro pesticidas de elevada toxicidade terão sido lançados nas águas — que há anos se trabalhava para recuperar — do Reno. Entre os produtos detectados pela análise, alguns internacionalmente proibidos. A «justificação» fornecida dispensa comentários — tratar-se-ia de produtos destinados a países subdesenvolvidos! Assim o crime assume formas crescentemente odiosas.

Um crime que passou também pela recusa em fornecer, atempadamente, as informações necessárias, de par com a mentira pura e simples, ao afirmar-se insistentemente não haver qualquer perigo.

**Também uma questão de classe**

Importa não simplificar os factos. O elevado grau tecnológico e científico atingido, levanta só por si problemas

delicados na preservação dos sensíveis equilíbrios ecológicos (incluindo o ser humano). Muito embora abrindo simultaneamente imensas possibilidades, não só na vida do progresso, como no da preservação e enriquecimento desses equilíbrios (sem o que o próprio progresso é impensável). Assim se impõe a todos nós — pelo imenso poder adquirido — um grande rigor e aprofundamento das realidades, o mais profundo respeito pelas leis da natureza.

Mas se isto são verdades gerais — independentes do sistema social — não é menos verdade que a componente social pesa, e muito, nas formas de interacção entre natureza e sociedade humana.

Na segunda metade dos anos 70, correspondia aos países capitalistas desenvolvidos 53% do volume da produção industrial e 63% de toda a contaminação da biosfera. Os Estados socialistas produziram, nesse mesmo período, 33% do volume de produção industrial e 15% do volume de contaminação.

Nos debates realizados no próprio Parlamento Europeu (CEE) sobre esta questão, sublinha-se textualmente que «tais catástrofes não são devidas a coincidências ocasionais mas que elas

são a prova de uma degradação ecológica sem precedentes da nossa sociedade e que, na falta de medidas adequadas e drásticas, ameaça tornar-se irreversível».

E em colóquio realizado em Dezembro, em Estrasburgo, o professor suíço Jean Ziegler, que já aqui citámos, põe directamente o dedo na ferida. «**Temos um Estado forte submetido à lógica do capital multinacional**», sublinha. Na Suíça, «não há incompatibilidade entre o mandato do eleito e a possibilidade de pertencer aos conselhos de ad-

ministração das grandes sociedades».

Três quartos dos deputados suíços estão nesta situação. O que significa, mesmo restringido-nos apenas a esta forma, que as multinacionais «têm directamente acesso ao poder».

É assim que ao capital vai sendo possível garantir lucros à custa da exploração de homens e natureza. Da saúde e equilíbrio humano e ecológico. Ao preço mesmo da vida de milhões de pessoas.

A catástrofe do Reno é apenas a ponta do iceberg. ■

**Uma certa «moral»**

Falemos agora de moral. Pois também de moral se trata. Ou da sua falta.

Alinhando factos dispersos.

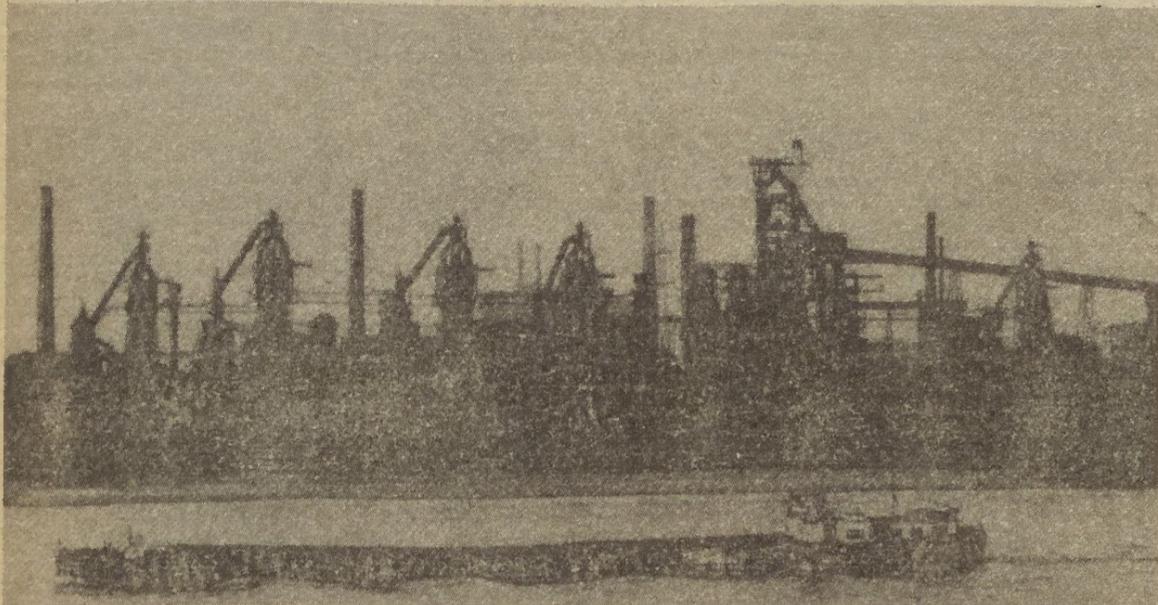
• Em conferência de imprensa internacional realizada em 12 de Novembro passado, a propósito do desastre ecológico do Reno, o porta-voz da direcção da Sandoz, Edgar Fasel, diz aos jornalistas: «em vez de nos dirigirem censuras, merecíamos ser felicitados por ter dominado o acidente». E ainda — «chamámos os bombeiros, e eles extinguiram o incêndio. A nossa honra está salva!».

• Face ao drama de Bhopal, de que na verdade desconhecemos as verdadeiras dimensões, o presidente da «Union Carbide» afirmaria: «as vítimas devem receber uma indemnização equitativa»... Resta-nos a dúvida — qual a medida do valor da vida humana? Para o presidente da multinacional química... E para os familiares dos milhares de mortos, os que ficaram cegos, ou com gravíssimos problemas respiratórios, as crianças que nasceram deformadas? Qual é o preço?

• Em Outubro de 1986 foi publicado nos Estados Unidos um relatório da subcomissão da Energia e do Comércio da Câmara de Representantes onde é revelado que, nos próprios EUA, centenas de cidadãos foram utilizados para testar os efeitos de substâncias radioactivas. O título do relatório é deveras expressivo: «As cobaias americanas do nuclear: três décadas de experiências da radioactividade sobre cidadãos americanos.»

• E mais uma vez Bhopal. No difícil período que se seguiu à catástrofe, a «France Press» divulga a notícia de que seis especialistas de armas químicas, provenientes dos Estados Unidos, RFA, Grã-Bretanha e Canadá foram enviados para a cidade atingida com o objectivo de estudar o efeito do gás tóxico sobre o organismo humano. Paralelamente, médicos indianos denunciavam o afluxo de médicos estrangeiros que «não têm nada a ver com o auxílio aos sobreviventes».

Esbatem-se as fronteiras entre negligência criminoso e crime premeditado. Ambos são fruto da mesma realidade — o domínio do capital, o poder desenvolvido pelas multinacionais. ■



As multinacionais da indústria química perfilam-se nas margens do Reno. Uma realidade que poderla não ser uma ameaça.

**Afastamentos**

Sob o cabriolante título «Estudantes põem-se entre o PC e o ministro» (da Educação), uma senhora estendeu densa prosa numa página do «Semanário» para pôr a corar a ideia que descobriu ser a de «alguns dirigentes estudantis com quem falámos» (ela falou), cuja é a seguinte: a recente semana de greves estudantis na Faculdade de Letras e de movimentações de estudantes do Ensino Secundário «**não passam de duas frentes de uma só estratégia: o PC contra o Governo**». Sendo tal coisa, trata-se obviamente de «coisa e tal»...  
Que «coisa e tal»? Algo de simples e nada original, apesar de

penosamente explicado ao longo de uma montanha de parágrafos: que o PCP anda para aí a estrebuchar, esvaído de todo, em busca de agitações políticas para que não tem forças. Entretanto (e indiferente à incoerência de um PCP simultaneamente «sem forças» e a provocar tanta agitação e tão esforçado «comentário» jornalístico), a articulista entra no prato de substância, o tal assente nos «alguns dirigentes estudantis com quem falámos». Esses misteriosos seres estão ligados a uma ainda mais misteriosa «Federação de Estudantes do Ensino Secundário» nascida de geração espontânea num destes fins-de-semana, afirmando «representar 45 das 55

# Pontos Cardeais

associações de estudantes do Secundário do Distrito de Lisboa» sem especificar **uma única** e com o total desconhecimento do movimento associativo do distrito da capital. Esta prodigiosa «Associação» estava naturalmente vocacionada para outros prodígios: um dia depois da sua «fundação» e dois dias antes

da manifestação promovida pelo movimento estudantil, era recebida pelo ministro (que nunca recebera os estudantes) e dava uma conferência de imprensa com Televisão e tudo, concordando com o ministro e caluniando... a luta dos estudantes. Coisa que a original escriba acha naturalíssima, tanto mais que ela própria entende que «faz parte da **nossa tradição estudantil** eleger quem nos represente e **preferir o diálogo à greve**» (ou a senhora não estudou em Portugal ou, pura e simplesmente, em lado nenhum).

Pois foi esta «Comissão» que se interpôs «entre o PC e o ministro», fazendo «parecer afastada» a agitação estudantil. Quanto a nós esta prosa interpõe-se entre a sua autora e o mínimo exigível de honestidade profissional, fazendo-a «parecer afastada» da sua legítima aspiração de ser... jornalista.

**O saque**

Diz a folha reaccionária que dá pelo nome de «O Dia», citando João Jardim, que o país «está a saque». Para que não fiquem dúvidas, garante que pelo país fora só se ouvem queixas e que as calamidades são mais que muitas; afirma que «o espírito de cloaca alastra por todo o lado»; compara a sociedade portuguesa a uma «fossa carregada de imundície»; cita uma revista francesa que nos classifica como o «paraíso da ilegalidade, da traficância, do aviltamento»; regista o aumento do consumo de droga, do número de esfomeados, da prostituição infantil, dos grupos terroristas. Passando à margem pelo «primor» da linguagem utilizada, que nos tenta a dizer que tresanda, não podemos deixar de registar uma lacuna grave no referido texto — não diz que são os confrades dos que pagam e sustentam «O Dia» quem, dos ministeriais gabinetes, das empresariais cadeiras e da tribuna da livre iniciativa que tanto defendem, está a engordar à conta do saque. Lapsos de quem anda a saque.

**Óptimo aliado**

Confirmam os Serviços Regionais de Estatística: entre Dezembro de 1985 e Setembro de 1986 o número de desempregados na Região Autónoma da Madeira subiu de 9300 para 13 200, sendo 5200 jovens à procura do 1.º emprego. Confirma a realidade: os despedimentos de trabalhadores contratados a prazo é fenómeno constante (a CM do Funchal e a Caixa Económica são exemplos significativos). Confirmam muitas famílias madeirenses: a escandalosa situação dos salários, retroactivos e subsídios em atraso continua, como acontece nas CMs do Funchal e Ribeira Brava, no sector da construção civil, na Fábrica de Papel de Porto Novo, na Matur e Atlantis, etc. Já agora: confirma-se também a tentativa de relançar os divisionistas da UGT na Madeira. O secretário Torres Couto esteve na Região Autónoma e não teve papas na língua: considerou Alberto João Jardim «um óptimo aliado»...

# Gazetilha

por **Ignotus Sum**

**I**  
O Constâncio diz recuar acordos com os democratas. E o Guterrez vai ao ponto de chamar a isso «negociatas»...  
A utopia é um perigoso amplexo de absurdos e de espantos. Não se libertam mais do complexo dos «42» de Almeida Santos? Entretanto, enquanto tal se dá diz o governo marmanjo:  
- Desentendam-se, filhos que eu cá eu cá m'arranjo..

... e desarranjo.

**II**  
Há tempos foi no banco a fraude de pasmar milhares de contos batem asas, pelo ar...

Depois, foi não sei quê licenças e divisas e ainda não se acabaram as pesquisas...

Agora foi na Alfândega a trapaça e parece que há quem ache muita graça...

Fraudes são tantas, como estão a ver, que o melhor, para o tempo não perder,

será melhor dizer, enfim, agora e já que é impossível saber onde fraudes não há...

**III**  
As malhas que o espião tece é caso bem singular pois o governo parece que parece concordar...

Garante, em golpe infeliz, que fica silenciado porque não pode, ele diz «violar segredos do Estado...»

O quê? Segredos de Estado bufaria, crime e ofensa? Está em muito mau estado um Estado que assim pensa.

Nós chegámos ao estado de ter, por actos e voz, um Estado contra o Estado, um Estado contra nós...

O poeta fica assustado pois, neste mundo alteroso, vê-se a gente com um Estado em estado comatoso...

**IV**  
O poeta destes versos litorais não gosta de paleio. Porque? Ora porque, além do mais é feio...  
Grande erro é tourear a verdade como se fosse um bezerro ao calhas:  
O touro de repente dá um berro e atira o toureiro de cangalhas...

Estão cheias as prisões de marginais, de pobres, de ladrões jovens com desespero e solidão...  
... suicídio é o «remédio» mais à mão...

Se depois disto tudo o governo que é tudo menos mudo diz na TV que assim convém que ele governa bem que — ó suprema fantochada! — «a crise já está ultrapassada» e outras cantigas, o melhor é mandá-lo para as urtigas...

Ou então outra ideia: por que é que não se mete o governo na cadeia?...



# Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII  
N.º 688

5 de Março de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

### FARO

Os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e José Cruz, ambos deputados pelo distrito, participam, em vários encontros com estruturas do movimento sindical, a fim de fazerem um levantamento da situação laboral que se vive no distrito.

### LISBOA

«Ler e dialogar» é o lema de um conjunto de iniciativas a promover pela célula dos escritores de Lisboa. Hoje, a partir das 21.00, será dedicada ao romance «A Vaga de Calor», de Urbano Tavares Rodrigues e contará com a presença do autor.

## Sexta

### PÓVOA DE VARZIM

Hoje e amanhã, exposição integrada no aniversário do Partido no Centro de Trabalho Concelhio.

### VILA DO CONDE

No café Alto do Pego, jantar seguido de pequeno convívio, para comemorar o 66.º aniversário do Partido.

### ALVALADE SADO

Convívio, às 18.30 com intervenção política de José Pedro Soares, membro do CC.

### SANTO ANDRÉ

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro Urbano.

### CERCAL DO ALENTEJO

Passagem do Vídeo «Day Alter», às 21.00.

### DAMAIA

Jantar convívio no Centro de Trabalho, para comemorar o aniversário do Partido, com a presença do camarada Manuel Pedro, membro do CC.

### AMADORA

Sessões de aniversário do Partido das freguesias da Mina e Ventelra, no CT da Amadora, às 16.30 e 21.30 respectivamente.

### BAIXA DA BANHEIRA

Filme, às 21.30 no CT sobre o aniversário do Partido.

### OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Jantar convívio, às 20.00, no restaurante Brandão. Estará presente o camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

### ILHAVA

Jantar convívio, às 20.00, no restaurante Lorde, seguido de animação-vídeo.

### ALMADA

Jantar comemorativo do aniversário do Partido, no CT concehio, com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

### BARREIRO

Jantar no CT da Comissão Concelhia, no mesmo dia, no auditório do CT, haverá uma sessão com Manuel da Fonseca integrada nas iniciativas culturais.

### SETÚBAL

Jantar, com o camarada Carlos Ramilhes da Comissão Política e da DORS.

### SINES

Visita de deputados do PCP a empresas do concelho e jantar comemorativo do aniversário do Partido.

### ÉVORA

Colóquio sobre «A emancipação da Mulher no Portugal de Abril», às 21.00, no salão do Teatro Garcia de Resende.

### PORTO

Inserindo-se nas comemorações do 8 de Março, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP vai promover, às 21.30 horas, no Salão da Junta de Freguesia do Bonfim (ao Campo 24 de Agosto) um debate sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», tema sobre o qual o PCP realizou recentemente uma importante Conferência Nacional. Dinamizarão o debate: Conceição Soares, dirigente sindical; Emílio Peres, médico; Helena Medina, membro do CC e da DORP; Ilda Figueiredo, deputada do PCP; Teresa Lopes, membro do CC e da DORP.

### LISBOA

Hoje realizam-se as seguintes iniciativas no âmbito do Aniversário do Partido:

CT de Marvila, às 21.00, sessão, com a presença do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política do CC do PCP.

No CT da Duque de Loulé, às 20.00, jantar dos sectores do Comércio, Escritórios e Hotelaria.

Sessão, às 18.00 para todo o grupo FNAC, nas instalações da Arco do Carvalhão (Campolide).

Convívio, às 20.30, na Escola Primária dos Olivais, com inter-



COMICIO COM ALVARO CUNHAL

secretário-geral do p.c.p.p.  
dia 7 de março 87  
16 horas  
no grupo amigos da costa  
(costa da caparica)

O PCP É INDISPENSÁVEL PARA UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

COM CONCELHIA DE ALMADA DO P.C.P.

venção política de Francisco Lopes, membro do CC.

No CT da Graça, às 20.00, jantar-convívio com intervenção política pelo camarada André, membro do CC.

«A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», vai ser debatida no auditório do hotel Roma, assim como comemorar o 66.º aniversário do Partido. A sessão tem início às 21.30 e contará com a presença dos camaradas Aurélio Santos e Fernanda Mateus, membros do CC.

## Sábado

### ÉVORA

Colóquio, às 16.00, no salão nobre do Teatro Garcia de Resende, sobre: «Da luta contra o fascismo à luta pela democracia e pelo socialismo», seguido de animação cultural.

### GONDOMAR

Jantar, promovido pela Comissão Concelhia, na Escola Preparatória do Monte da Burra.

### MAIA

Abertura do novo Centro de Trabalho, com uma reunião da Comissão Concelhia, seguida de convívio aberto à população. Também na Areosa, as camaradas vão fazer uma banca.

### VALONGO

Convívio, no Centro de Trabalho, seguido de um filme e intervenção política.

### FEIRA

Sessão debate no Centro de Trabalho, às

no CT, seguido de animação e vídeo.

### MARINHA GRANDE

Sessão comemorativa do aniversário do Partido, às 20.00, no CT com a presença do camarada Dias Lourenço.

### FIGUEIRA DA FOZ

Encontro concelhio de células de empresa, na Escola Rui Martins, às 15.00, com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### TAVIRA

Almoço-convívio com a presença do camarada Quaresma da DORAL.

### ALCOCHETE (Samouco)

Jantar-convívio e sessão pública com a camarada Luísa Araújo, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### S. BARTOLOMEU DA SERRA

Almoço-convívio no salão dos moradores.

### COUÇO

Almoço-convívio, na cooperativa agrícola «Monte do Couço».

### BAIXA DA BANHEIRA

Plenário, às 15.00, no Centro de Trabalho.

### MOITA

Almoço-convívio, às 13.00, no CT com o camarada Américo Leal do CC do PCP.

### VALE DA AMOREIRA

Às 13.00 almoço-convívio, seguido de uma sessão de vídeo, na Comissão de Moradores.

### SANTARÉM

Almoço comemorativo do aniversário do Partido, no Largo da Misericórdia, com a presença do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

### LISBOA

3.ª Assembleia de Organização da 4.ª zona da OLL, no CT de Arrolos, às 15.00, com o camarada Manuel Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

1.º Encontro sobre o sector automóvel da Organização Local de Lisboa, na Sociedade Guilherme Coussul, das 10.00 às 17.00. Intervenção de

encerramento pelo camarada Jerónimo de Sousa.

1.ª Assembleia de Organização da Célula do Sindicato dos Médicos, às 14.30 no Salão do CT Vitória.

Almoço e confraternização no CT de Campolide, às 13.00, dirigido a toda a 3.ª zona. Em Marvila, às 13.00, almoço-convívio no Vale Formoso Futebol Clube, seguido de Canto Livre.

## Domingo

### MONTIJO

Almoço-convívio e inauguração do CT de Sarilhos Grandes, com a presença do camarada Carlos Ramilhes, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### SESIMBRA (Quinta do Conde)

Almoço-convívio, com a presença do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

### SESIMBRA (Zambujal)

Almoço-convívio com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

### ÁGUEDA

Almoço-convívio no restaurante «O Canto», estará presente o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### OVAR

Almoço-convívio, no restaurante «Cruzello», com a presença do camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

### S. JOÃO DA MADEIRA

Almoço-convívio seguido de debate sobre as conclusões da Conferência do PCP sobre a emancipação da mulher.

### MATOSINHOS

O executivo do sector de empresas, durante a manhã, vai comemorar o aniversário do Partido com um torneio de futebol de salão com 6 equipas, no ringue da SEPSA. Às 13.00, almoço, para cerca de 100 pessoas no café Caravelos, com intervenção política pelo camarada Oscar Lopes, membro do CC.

### ÉVORA

Almoço de confraternização, às 13.00,

no Monte Alentejano. Participação do camarada António Murteira, membro do CC.

### COIMBRA

Encontro concelhio de mulheres - MDM - no edifício Chiado, às 15.00.

### FIGUEIRA DA FOZ

Encontro Unitário de Mulheres - CUM - na Assembleia Figueirense, às 15.00.

### ARGANIL

Almoço de aniversário do Partido, no CT, às 13.00, com Jorge Gouveia Monteiro.

### MONTE-MOR-O-VELHO

Plenário Concelhio de eleitos da APU.

### PORTIMÃO

Sessão com a participação de José de Freitas, membro do CC.

### OLHÃO

Sessão com a participação de André, membro do CC.

### LAGOS

Sessão, com a participação de Carlos Luís Figueira, membro do CC.

### SILVES

Sessão, com a participação de Horácio Rufino, membro do CC.

### MONCHIQUE

Sessão com a participação de José Cruz,

membro da DORAL e deputado.

### ARGEA

Almoço comemorativo do aniversário do Partido, no salão do café Central. Conterá com a presença do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### TORRES VEDRAS

Às 13.00, almoço-convívio no pavilhão da Câmara no Largo da Feira, seguido às 15.00 por uma sessão onde participará o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### BRAGANÇA

Com início às 16.00, no Centro de Trabalho: intervenção política, convívio, música, vídeo e comes e bebes.

### ALCOBAÇA

Almoço-convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Carlos Pinhão, do CC.

### VIALONGA

Almoço-convívio no CT, com a presença do camarada Rosa Rabiais, membro do CC.

### TORRES NOVAS

Almoço-convívio para comemorar o aniversário do Partido, com a participação do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### ALCANENA

Almoço-convívio, na antiga Escola Secundária, com a presença do camarada José Cavaco, do CC.

tempo de antena do PCP

na RTP 1

Sexta-feira, dia 6  
a seguir ao telejornal

66.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



LIBERDADE · PROGRESSO · SOCIALISMO  
O FUTURO QUE QUEREMOS!

### BENAVENTE

Almoço-convívio, no Solar, às 13.00.

### PÓVOA

Almoço-convívio no Grémio, com a presença do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

### ALPIARÇA

4.ª Assembleia da Organização Concelhia, com início às 10.00 e a participação do camarada Manuel Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

### SEIXAL

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do Partido, na Sociedade Filarmónica União Seixalense. Conterá com a presença do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

### PORTO

Festa-convívio, às 15.00, no salão do Sin-

dicato dos Ferrovieiros.

1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Belém da OLL, às 14.30, no refeitório da Sociedade Portuguesa de Construções Mecânicas, Trav. Paulo Jorge (Altinho).  
Organizado por Alcântara e Prazeres, almoço comemorativo, às 13.00 no CT de Alcântara, seguindo com tarde de fados.  
No CT de Santos, almoço, às 13.00, organizado pela 1.ª zona, com a participação do camarada Manuel Pedro, membro do CC.  
Almoço, às 13.00, no CT de Alfama.  
Comício, às 15.00, no CT de Benfica.

## Segunda

### FIGUEIRA DA FOZ

Debate, sobre Regionalização, na Escola Secundária n.º 2, com a participação de João Abrantes e António Menano.



SALAS, Argentino, in «Entre Todos», mensário de Buenos Aires, n.º 23 de Novembro de 1986

# TV O Programa

**Quinta**
**RTP1**

10.00 - **Às Dez**  
12.15 - **Telenovela:**  
«Cambalacho», 44.º  
epis.

13.00 - **Jornal da Tarde**  
13.55 - **Ciclo Preparatório**  
18.00 - **Sumário**  
18.05 - **Brinca Brincando**  
18.50 - **Concurso:** «Show Bis»  
19.30 - **Telejornal**  
20.00 - **Boletim Meteorológico**  
20.10 - **Telenovela:** «Palavras

Cruzadas», 39.º epis.  
20.45 - **Série:** «ALF-Uma Coisa  
do Outro Mundo», 2.º  
epis.

21.15 - **Face a Face**  
21.45 - **Série:** «As Blue Bell»,  
6.º epis.

22.30 - **24 Horas**  
23.00 - **Remate**

**RTP2**

14.15 - **Série:** «Novo Amor», 9.º  
epis.

15.05 - **Agora, escolha!**  
16.30 - **Notícias**  
16.35 - **Trinta Minutos Com...**  
17.05 - **Countdown**

18.00 - **Estádio**

19.00 - **Nino Show**

20.00 - **Notícias**

20.05 - **Série:** «5.ª Dimensão»,  
102.º epis.

20.30 - **Série:** «Uma Família às  
Direitas», 78.º epis.

21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **É de Ler**

21.35 - **Concurso:** «A Quinta do  
Dois»

**Sexta**
**RTP1**

10.00 - **Às Dez**

12.15 - **Telenovela:**  
«Cambalacho»

13.00 - **Jornal da Tarde**

13.35 - **Ciclo Preparatório**

18.00 - **Sumário**

18.05 - **Brinca Brincando**

18.50 - **Concurso:** «Show Bis»

19.30 - **Telejornal**

20.00 - **Boletim Meteorológico**

20.10 - **Telenovela:** «Palavras

Cruzadas»

20.55 - **Série:** «Palácio dos  
Sonhos», 6.º epis.

21.50 - **Tudo é Espectáculo**

22.50 - **Série:** «Hitchcock  
Apresenta», 21.º epis.

23.20 - **24 Horas**

23.50 - **Remate**

**RTP2**

14.15 - **Série:** «Novo Amor»

15.00 - **Atletismo:**

«Campeonato Mundial  
em Pista Coberta»

16.30 - **Notícias**

16.35 - **Trinta minutos com...**

17.05 - **Countdown**

18.00 - **Estádio**

19.15 - **Nino Show**

20.00 - **Notícias**

20.05 - **Série:** «5.ª Dimensão»

20.30 - **Série:** «Uma Família às  
Direitas»

21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **É de Ler**

21.35 - **Contraponto**

22.35 - **Série:** «Meu Filho, Meu  
Filho», 4.º epis.

23.35 - **Uma Boa Ideia**

23.45 - **Atletismo:**



«Campeonato Mundial  
em Pista Coberta»

**Sábado**
**RTP1**

09.00 - **Concurso:** «A Quinta do  
Dois»

10.50 - **Série:** «No Reino dos  
Monchichi», 8.º epis.

11.15 - **Juventude e Família**

12.00 - **Missa Comemorativa  
do Aniversário da RTP**

13.00 - **Sumário**

13.10 - **Jornalinho**

14.00 - **Parlamento**

14.30 - **ABZ**

17.05 - **Telenovela:** «Tudo em  
Cima», 20.º epis.

18.45 - **Super Trinta**

19.45 - **Totoloto**

20.00 - **Jornal de Sábado**

20.30 - **Boletim Meteorológico**

20.35 - **7 Folhas**

21.00 - **Festival RTP da  
Canção**

23.30 - **Série:** «Dallas», 4.º epis.

00.30 - **Peia Noite Dentro:** «O  
Compromisso», real. Elia  
Kasan (EUA/1969, 127m)

**RTP2**

12.30 - **Os Anos não Contam**

13.20 - **Meu Bicho, Meu Amigo**

13.35 - **Arquivos do Tempo, 1.º  
programa**

14.00 - **Novos Horizontes**

14.25 - **Troféu**

22.00 - **OI Magazine  
Informática**

22.15 - **Concordo ou Talvez**

Não: «Trabalho de  
Menores»

23.45 - **Video Clube**

24.00 - **Troféu**

**Domingo**
**RTP1**

09.00 - **Vida Selvagem, último  
epis.**

09.30 - **Juventude e Família**

10.45 - **TV Rural**

11.15 - **Eucaristia Dominical**

12.05 - **70 Vezes 7**

12.35 - **Série:** «O Almoço Está  
na Mesa», 21.º epis.

13.00 - **Sumário**

13.10 - **Viva a Música**

13.35 - **Série:** «Os Roberts»

14.00 - **Arco Iris**

15.35 - **Primeira Matinée:**

«Boneca de Luxo», real.  
Blake Edwards (1961)

17.30 - **Clube Amigos Disney**

19.00 - **Série:** «O Justiceiro», 6.º  
epis.

20.00 - **Jornal de Domingo**

20.30 - **Boletim Meteorológico**

20.35 - **Miguel Torga**

21.00 - **Série:** «Paraíso Adiado»,  
9.º epis.

22.00 - **Domingo Desportivo**

23.05 - **Dizem os Astros**

**RTP2**

10.00 - **Troféu**

12.30 - **Magazine**

12.50 - **Caminhos**

13.05 - **Música na América**

13.35 - **Série:** «A Vida à Nossa  
Volta» — Akagera

14.00 - **Série:** «Assignment  
Adventure», 1.º epis.

15.00 - **Troféu**

17.30 - **Fantasia e Realidade**

17.30 - **Série:** «Lovejoy»

18.30 - **Troféu**

21.30 - **Entrada Livre**



22.50 - **Cine Clube:** «A Mulher  
que Nasceu Ontem», real.  
George Cukor  
(EUA/1950)

**Segunda**
**RTP1**

10.00 - **Às dez**

12.15 - **Telenovela:**  
«Cambalacho»

13.00 - **Telejornal**

13.35 - **Ciclo Preparatório**

18.00 - **Sumário**

18.05 - **Brinca Brincando**

18.50 - **Concurso:** «Par ou  
Ímpar»

19.30 - **Telejornal**

20.00 - **Boletim Meteorológico**

20.10 - **Telenovela:** «Palavras

Cruzadas»

20.50 - **Camping**

21.20 - **Deixem Passar a Música**

— Luis Bettencourt

22.20 - **Série:** «O Mar e a Terra»,  
4.º epis.

22.50 - **24 Horas**

23.20 - **Remate**

**RTP2**

14.15 - **Série:** «Novo Amor»

15.05 - **Agora, Escolha!**

16.35 - **Trinta Minutos Com...**

17.05 - **Countdown**

18.00 - **Informação**

19.00 - **Nino Show**

20.05 - **Série:** «5.ª Dimensão»

20.30 - **Série:** «Uma Família às  
Direitas»

21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **É de Ler**

21.35 - **Telefilme**

22.30 - **2.ª Volta**

23.15 - **Série:** «Benson»

**Terça**
**RTP1**

10.00 - **Às dez**

12.15 - **Telenovela:**

«Cambalacho»

13.00 - **Jornal da Tarde**

13.35 - **Ciclo Preparatório**

18.00 - **Sumário**

18.05 - **Brinca Brincando**

18.50 - **Concurso:** «Par ou  
Ímpar»

19.30 - **Telejornal**

20.00 - **Boletim Meteorológico**

20.10 - **Telenovela:** «Palavras

Cruzadas»

20.50 - **1.ª Página**

21.55 - **Série:** «Dempsey e  
Makepeace»

22.55 - **24 Horas**

23.05 - **Remate**

**RTP2**

14.15 - **Série:** «Novo Amor»

15.05 - **Agora, Escolha!**

16.35 - **Trinta Minutos Com...**

17.05 - **Countdown**

18.00 - **Estádio**

19.00 - **Nino Show**

20.00 - **Notícias**

20.05 - **Série:** «5.ª Dimensão»

20.35 - **Série:** «Uma Família às  
Direitas»

21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **É de Ler**

21.35 - **CinemaDois:** «Jaquar»,  
Real. Lino Brocka  
(Filipinas/1979)

**Quarta**
**RTP1**

09.00 - **Automobilismo:** «Rali de  
Portugal»

10.00 - **Às Dez**

12.15 - **Telenovela:**

«Cambalacho»

13.00 - **Jornal da Tarde**

13.35 - **Ciclo Preparatório**

18.00 - **Sumário**

18.05 - **Brinca Brincando**

18.50 - **Concurso:** «Par ou  
Ímpar»

19.30 - **Telejornal**

20.00 - **Boletim Meteorológico**

20.05 - **Vamos Jogar no  
Totobola**

20.20 - **Telenovela:** «Palavras

Cruzadas»

21.00 - **Lotação Esgotada:**

«Como Roubar um  
Milhão», real. William  
Wyler (EUA/1966)

23.00 - **Concerto:** «Michel  
Légrand»

00.00 - **24 Horas**

00.30 - **Remate**

**RTP2**

14.15 - **Série:** «Novo Amor»

15.05 - **Agora, Escolha!**

16.30 - **Notícias**

16.35 - **Trinta Minutos Com...**

17.05 - **Countdown**

18.00 - **Informação**

19.00 - **Nino Show**

20.05 - **Série:** «5.ª Dimensão»

20.30 - **Série:** «Uma Família às  
Direitas»

21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **É de Ler**

21.35 - **«Natasha»**

Trabalhamos, Lutamos  
Vivemos  
com transparência

“Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido. Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro”.

À venda nas Livrarias  
270 pág. - 300 Esc.

A verdadeira imagem do PCP

edições  
**Avante!**

# Cinema

A selecção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	A Cor do Dinheiro	—	★★★★	★★★★	★★★★	—
<b>B</b>	O Medo Come a Alma	—	—	★★★	★★★	—
<b>C</b>	Mona Lisa	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>D</b>	A Mosca	★★★	★★★	★★★★	★★	★★★
<b>E</b>	O Nome da Rosa	★★★	—	★	★★	★★★
<b>F</b>	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>G</b>	O Raio Verde	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>H</b>	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>I</b>	Tangos	—	★★	★★	★★★	—

**A** — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**B** — Real. Rainer Fassbinder — Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.30) — Lisboa.  
**C** — Real. Neil Jordan — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15) Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Fonte Nova/3 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.  
**D** — Real. David Cronenberg — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**E** — Real. Jean-Jacques Annaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**F** — Real. Francis Ford Coppola — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.  
**G** — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**H** — Real. Akira Kurosawa Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.  
**I** — Real. Fernando Solanas Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

**Agathe Gallard** — «Fotografia», Gal. Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. (até 6/3).  
**Amaral da Cunha**, escultura. Gal. Quadrado (Coruchéus), R. Alberto Oliveira, 52. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 21/3).  
**Ana Jotta** — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.º a dom., 15.00 às 19.00.  
**Ana Silva e Sousa** — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).  
**Berlim 750 Anos** — Palácio Foz, Praça dos Restauradores.  
**Bordado da Madeira, 1850-1930** — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.º a dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).  
**Colectiva** — Pintura de Álvaro Perdigão, António do Carmo, Hilário Teixeira Lopes e Rogério Amaral. Galeria Tempo. Das 16.00 às 20.00.  
**Colectiva** — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros. Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.º a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).  
**Colectiva** — de Isabel Augusto, Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14.  
**Colectiva de pintura e escultura** (Cargaleiro, Cesariny, Cutileiro, Hogan, outros). Gal. Holly, Lg. da Trindade, 17. A 2.º/15.00 às 19.30; de 3.º a sáb./10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00.  
**Costa Pinheiro** — Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.  
**Fotografia** — «A acção da mulher vista pelo repórter fotográfico». Iniciativa do Movimento Democrático das Mulheres e o apoio da Junta de Freguesia da Ajuda. Pátio Alfacinha de 6 a 9/3.  
**Francisco Rúbio**, fotografia. Gal. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.º a sáb., 15.00 às 20.00. (até 31/3).  
**Gonçalo Ruivo**, pintura 1987. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.º a dom./15.00 às 20.00.  
**Hélder Batista**, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.  
**«Hors Tendances»** — exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.  
**Índios da Amazônia** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.º a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).  
**«A Inquisição em Portugal»** — biblio-icnográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.º a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).  
**Os Instrumentos**

Musicais e as Viagens dos Portugueses. Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

**Isabel Garcia** — Pintura, Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A, 2.º a 6.º, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).  
**Isabel Mendes Ferreira**, pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.º a 6.º/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 11/3).  
**Joaquim Baltazar** — «Espaço de Silêncio», pintura. Casa da Imprensa, R. Horta Seca, 20 (até 12/3).  
**José Paulo Ferro** — «Desenho», Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A, 2.º a 6.º, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).  
**Kira** — Pintura. Fonte Nova, Estrada de Benfica, 503 (até 12/3).  
**Leonor Alvim** — «Panos Collage». Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.º a dom./10.00 às 17.00.  
**Max Ernst** — «Exposição de Livros e Obra Gráfica» do artista alemão, constituída por 186 gravuras apresentadas em 130 molduras, a par de alguns desenhos de obra gráfica, livros, etc., nas Galerias das Exposições Temporárias, piso 01, Fundação Calouste Gulbenkian.  
**Nadir Afonso**, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).  
**Pedro Amâncio** — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.º a dom., 12.00 às 20.00.

Pepe Diniz — «Notas Novaiorquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.º a dom./10.00 às 17.00.

**Tapeçaria Contemporânea Portuguesa** do Grupo 3.4.5. Livraria Barata, Av. de Roma. De 2.º a sáb./12.00 às 23.00 (até 7/3).  
**Teresa Ribeiro** — Museu Nacional do Traje, Paço do Lumiar, de 3.º a dom., das 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00. (até 8/3).  
**Zé Penicheiro** — Pintura. DITEC, av. da Igreja, 46-A. De 2.º a 6.º das 14.30 às 19.30, sábado das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30. «Lisboa 1900» (até 15/3).

Obra Gráfica Internacional — «Gravura, Litografia e Serigrafia», Gal. Módulo, Av. Boavista, 854, 2.º a sáb., 16.00 às 20.00 (até 5/3).

**Saldanha da Gama**, pintura (técnicas várias). Coop. Arvore, R. Azevedo Albuquerque, 1. De 2.º a 6.º/9.00 às 23.30; sáb./15.00 às 19.00 e 21.30 às 23.30, dom./14.30 às 20.30 (até 10/3).  
**OUTRAS LOCALIDADES**  
**Colectiva** (pintura, escultura, maquetas de barcos). Até 8/3, Gal. Municipal, das 15.00 às 23.30 — AMADORA.  
**Manuel Baptista**, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço, até 10/4 — ALMANSIL.  
**Colectiva** — Tapeçarias de Almada Negreiros, Carlos Botelho, Júlio Pomar, Cruzzeiros Seixas, Costa Pinheiro, Pinto Coelho. Sala do Castelo, das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, excepto segundas (até 15/3) — CAMPO MAIOR.  
**1.ª Exposição Nacional de Arquitectura**. Até 1/3, Palácio da Cidadela — CASCAIS.  
**Sérgio Eloy** — Fotografia. Teatro Mirita Casimiro (até 22/3) — CASCAIS.  
**Faianças Artísticas**, Junta de Turismo (até 18/3) — ESTORIL.  
**Cem Anos de Verquilha** (cerâmica artística), Junta de Turismo (até 18/3) — ESTORIL.  
**Ouvrieraria** — Coleção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.

## ...e ainda

Música, debates, etc.



Música

Na Fundação Gulbenkian, av. de Berna. No Grande Auditório, dia 5, às 21.30 e dia 6, às 18.30, concerto pela Orquestra Gulbenkian com Jaime Laredo (maestro e violino), Sharon Robinson (violoncelo) e Joseph Kalihstein (piano). Executam obras de Bach, Tchaikovsky, Mendelson e Beethoven; dia 9, às 18.30, concerto com The Nash Ensemble of London que interpretam obras de Haydn, Dvorák e Elgar.  
 No Teatro S. Luiz, rua António Maria Cardoso, 40. Concerto de Gala comemorativo de Heltor Villa-Lobos com a participação da Orquestra Sinfónica da RDP dirigida pelo maestro Silva Pereira com a solista de guitarra Livia São Marcos. Interpretam «Duas Cirandas», «Concerto de guitarra», «Bachiana Brasileira n.º 4» e «Uirapurú»; dia 8, às 11.00 Livia São Marcos (guitarra) e o coro de câmara Sítigma Musicum que interpretam obras de Villa-Lobos.



Bailado

Centro de Arte Moderna, rua Nicolau Bettencourt. Sala Polivalente, «Dança Europeia Contemporânea» com a apresentação da «Compagnie Karine Saporta» no espectáculo «Une Passion» coreografia de Karine Saporta e interpretação de Marceline Lartigue e James Razafinamantsoa, hoje, às 21.30 e amanhã, às 18.30. Este espectáculo repete-se dia 7 às 15.00 e às 21.30 e no dia 8, às 15.00 na Sala dos Embaixadores do Palácio Nacional da Ajuda.



na RTP 1 Sexta-feira, dia 6 a seguir ao telejornal

tempo de antena do PCP

Téchiné/1985; às 18.30 — Amor Eterno, Alain Resnais/1984; às 21.30 — O Amor de Rastos, de Jacques Rivette/1986; Segunda, dia 9, 18.30 — O Segredo do Amor, de André Téchiné/1981; às 21.30 — O Lugar do Crime, de Téchiné/1986.  
 Terça, 10, 18.30 — Aos Nossos Amores, de Maurice Pialat/1983;  
 Quarta, 11, 21.30 — «Corps et Biens» (inédito em Portugal), de Benoit Jacquot/1986.  
 Este ciclo vai prosseguir até ao dia 28. Entre os filmes a projectar alguns inéditos em Portugal (de 85 e 86).  
 Como sempre, os bilhetes para a Cinemateca vendem-se uma hora antes de cada sessão e são a 100\$00.  
 Entretanto, está já anunciado, com início previsto para o dia 16, um ciclo dedicado pela Cinemateca a Norman McLaren, recentemente desaparecido, que revolucionou a arte da animação cinematográfica.

## Teatro

O Cartaz



• LISBOA

**A Barraca**, R. Alex. Herculano, 70. Pelo Teatro Experimental do Porto; Mário Glin-Tónico, sobre textos de Mário Henrique Leiria. Todos os dias, às 21.45, dom. e feriados, às 16.00.  
**Comuna**, Pç. de Espanha. De 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.  
**María Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.º a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é María Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.  
**Teatro Aberto**, Praça de Espanha, 2.º a 5.º/21.30, dom./16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.  
**Teatro Estúdio de Lisboa**, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. Sylvia Plath — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martiņs.  
**Teatro Ibérico**, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. A Vida é Sonho, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.  
**Teatro do Século**, R. do Século, 41. De 5.º a dom./21.30. Drá-

versão de Isto é María Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

**Teatro de Bolso**, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.º a dom. às 21.80. Até Amanhã, sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.  
**Para Crianças**  
**• LISBOA**  
**TIL** — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1. Sáb. dom. e feriados, às 15.30. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

**Teatro Campo Alegre**, R. do Campo Alegre, 3.º a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. O Motim, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto de

## Tempo Fim de Semana

Sábado o céu estará pouco nublado, muito nublado no Norte. O vento será fraco a moderado de Sul. Haverá neblinas ou nevoeiros matinais.  
 Domingo o céu apresentar-se-á muito nublado nas regiões do Norte e pouco nublado no Centro e no Sul. (Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# a TV

## Fases de uma entrevista

1

**Marante** – Várias vezes se tem queixado de um clima de anticomunismo que há no País...

**Álvaro Cunhal** – Ele é semeado por todas as formas...

2

**Marante** – Não me diga que não está atento às sondagens.

**Álvaro Cunhal** – Estou. Estou atento a elas até para ver como são ridículas e fabricadas.

3

**Marante** – Estou a dar-lhe oportunidade agora de expor os seus pontos de vista...

**Álvaro Cunhal** – Depois de mais de ano e meio em que não venho à televisão. Ano e meio: um verdadeiro escândalo!

**Marante** – Porque não houve mudança de liderança no PCP...

4

**Álvaro Cunhal** – Os partidos democráticos têm 140 deputados o PSD tem 88 mas governa como se tivesse 140 e a oposição, no seu conjunto, tivesse 88...

5

**Marante** – Há um bom relacionamento institucional entre o Presidente da República e o Governo...

**Álvaro Cunhal** – Nós também temos um bom relacionamento institucional com o Presidente da República...

6

**Marante** – Aumentou cinco vezes o investimento na Agricultura.

**Álvaro Cunhal** – Aumentou cinco vezes e os agricultores estão cada vez mais pobres... Na agricultura, o Mercado Comum não está interessado em que Portugal produza.

7

**Marante** – O Estado português não perdeu a sua soberania...

**Álvaro Cunhal** – Está a perder uma grande parte da sua soberania por esta política de capitulação nacional do actual Governo.

8

**Álvaro Cunhal** – É um grande erro pensar que o PCP e a Igreja Católica estão em lados diferentes. A nossa posição foi sempre de respeito pelos direitos da Igreja Católica, pela crença e prática do culto. Não se pode apontar ao Partido Comunista um único acto, uma única posição conflituosa em relação à Igreja. Nós não perguntamos a nenhum português ou portuguesa que se inscreva no Partido Comunista se tem ou não tem religião. Há aldeias onde de manhã vão à missa e à tarde vão ao Partido.

9

**Marante** – Os portugueses estão a viver melhor...

**Álvaro Cunhal** – Há camadas da população que estão a viver muitíssimo melhor, porque nunca houve tanta especulação, nunca houve tanto negócio ilícito, nunca houve tanta corrupção, nunca houve tantos lucros tão abusivos por motivos da política do Governo.

Quanto aos trabalhadores, é perguntar por que é que os trabalhadores estão descontentes, por que é que eles lutam. São os salários em atraso, é a diminuição efectiva dos salários reais, é a liquidação das regalias sociais, os contratos a prazo, o trabalho infantil, os despedimentos cada vez mais...

10

**Álvaro Cunhal** – Eu sei que há pessoas que escrevem livros e publicam fotografias desde pequeninos, das várias idades e dos vários talentos. Mas pode haver pessoas que não queiram fazer isso.

Vocês tiveram ocasião de filmar uma fotografia de minha filha e dos meus netos. Olhando para aquelas crianças até se pode dizer que são muito giros. Mas eu não seria pessoa para adiantar as fotografias dos meus netos para meu próprio reclame.

11

**Álvaro Cunhal** – Você está em minha casa para eu lhe dar uma entrevista e eu não lhe dou uma entrevista para que esteja em minha casa.

**Ulisses**

## Síntese semanal da IMPRENSA

### À procura da Paz

Assumi grande relevo nos últimos dias a nova proposta da URSS sobre os mísseis de médio alcance na Europa. A proposta, apresentada por Mikhail Gorbachov no passado sábado, separa pela primeira vez a possibilidade de um acordo sobre os euromísseis das outras questões do desarmamento e visa acabar com o impasse existente nas conversações de Genebra.

### URSS: novas propostas sobre os euromísseis

«O dirigente soviético Mikhail Gorbachov anunciou ontem que a União Soviética está disposta a assinar um acordo sobre a questão dos mísseis de médio alcance na Europa, à margem dos dois grandes *dossiers* sobre o desarmamento.

Gorbachov, que falava em nome da direcção soviética, afirmou que a proposta será apresentada nas negociações com os Estados Unidos, em Genebra.

A proposta prevê a eliminação total em cinco anos de todos os mísseis já instalados na Europa (SS-20, Pershing-2 e mísseis de cruzeiro) e a redução para cem ogivas nucleares dos mísseis de médio alcance do dispositivo instalado na parte asiática do território soviético. Da parte dos Estados Unidos, a URSS exigiria também a redução do dispositivo ins-

talado em território nacional para igual número.

(...)

A proposta soviética apresentada ontem rompe a ligação entre os *dossiers* dos mísseis estratégicos, dos mísseis de médio alcance e das armas espaciais, retomando os elementos do acordo pontual sobre os mísseis de médio alcance que foi abordado em Reykjavik mas não avançou devido ao desacordo entre a URSS e os Estados Unidos sobre as armas espaciais e o projecto norte-americano da chamada "guerra das estrelas".

A posição agora assumida pela União Soviética de abandonar a discussão global das propostas sobre o desarmamento é motivada, segundo Gorbachov, pelo desejo de acabar com o impasse nas conversações de Genebra.

O dirigente soviético advertiu, contudo, que qualquer acordo sobre mísseis estratégicos ou outras armas nucleares de longo alcance "deverá ser condicionado" a uma proibição negociada sobre o de-

envolvimento de armas espaciais.»

(«o diário», 1 Março)

### As reacções europeias e norte-americanas

«A proposta soviética para um acordo imediato sobre mísseis nucleares de médio alcance na Europa foi recebida favoravelmente em Washington e nas capitais europeias. Embora a Casa Branca e o Departamento de Estado não tenham feito comentários, escusando-se com a necessidade de estudar em pormenor a proposta feita no sábado pelo líder soviético Mikhail Gorbachov, o chefe da delegação norte-americana às conversações sobre Desarmamento que estão a decorrer em Genebra, Max Kampelman, exprimiou a sua "satisfação".

A proposta "satisfaz-nos porque significa que podemos chegar a um acordo sem que seja necessário negociar globalmente", disse Kampelman, à cadeia americana de Televisão ABC, numa entrevista telefónica.

(...)

O secretário-geral da NATO, Lord Carrington, e o governo alemão-federal acolheram positivamente a proposta do líder soviético para uma negociação separada, com os Estados Unidos, sobre os mísseis de médio alcance instalados na Europa.

O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão-federal, Hans Dietrich Genscher, disse que "Gorbachov levantou o principal obstáculo a um acordo sobre o desmantelamento total dos euromísseis soviéticos e americanos". Considerou a proposta como "prova de que o diálogo intenso e a negociação perseverante com a União Soviética são produtivos, do mesmo modo que a política de pegar nas palavras de Gorbachov". A oposição e os "Verdes" também apoiam a proposta soviética.»

(«Diário de Notícias», 2 Março)

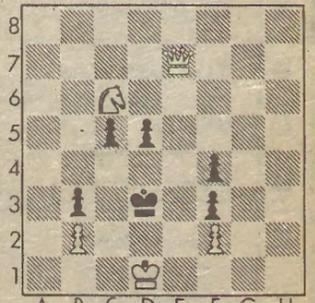
## Xadrez

XCII – 5 de Março de 1987

Proposição N.º 92

ÉMILE-L. PRADIGNAT  
Por Émile Pradignat  
«La Stratégie», 1897

Pr.: (6): P5, b3, ç5, d5, f3, f4 – Rd3



Br.: (5): P5, b2; f2-Cç6-Dç7-Rd1  
Mate em 2 lances

Jogo N.º 92

Wijk aan Zee, 1987

Br.: Hulak – Pr.: Short

1. d4, ç6; 2. Cç4, Cç6; 3. Cç3, Bb4; 4. Dç2, O-O; 5. Cf3; d6; 6. ç4, ç5; 7. d5, Bç3+; 8. b: ç3, Ca6; 9. Cd2, Ch5; 10. Cb3, f5; 11. Bd3, f4; 12. g3, Dç8; 13. Tg1; Dg6; 14. Ba3; b6; 15. O-O-O; Bg4; 16. Td6, fç3; 17. fç3, Tf3; 18. Tg2, Tç8; 19. Td2, Cb8; 20. Rb1, a5; 21. Cç1, Cç6; 22. ç5, bç5; 23. Da4, Cbd7; 24. Dç6, T:d3; 25. T:d3, Cç4; 26. Ra1, Cb6; 27. D:7, Cç4; 28. Bb2, Cf2; 29. Td6ç, Cd1; 30. T:d1, Cç6; 31. Td2, Cç2+; 32. T:ç2, D:ç2; 33. D:d6 e abandonam.

Solução do N.º 92

Chave: 1. Db7!

1. ..., Rç4; 2. Dh7 mate  
1. ..., d5d4; 2. Cç5 mate  
1. ..., Rç4; 2. Da6 mate  
1. ..., ç5 ç4; 2. Dh7 mate

A. de M.M.

## Damas

DAMAS

XCII – 5 de Março de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 92

Por: Jacinto Joaquim

«Cidade de Tomar», 1951

(Problema n.º 131)

Pr.: (1)-10-15-17-22-25-32

